



*Eu te amo
Amapá*

PLANO DE GOVERNO

ADMINISTRAÇÃO 24 HORAS



MACAPÁ



SANTANA



LARANJAL DO JARI



AMAPÁ



PORTO GRANDE



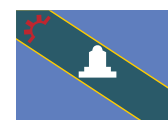
MAZAGÃO



SERRA DO NAVIO



CALÇOENE



OIAPOQUE



PEDRA BRANCA
DO AMAPARI



FERREIRA GOMES



VITÓRIA DO JARI



TARTARUGALZINHO



ITAUBAL



CUTIAS DO ARAGUARI



PRACUÚBA





“A civilização é a longa e fascinante história da libertação do homem. A liberdade é o roteiro da civilização. Toda invenção é triunfo da libertação humana. Com a roda o homem começou a libertar-se do espaço e do tempo; com a agricultura, do nomadismo e da fome; com a medicina, da doença; com a casa, a roupa e o fogo, das intempéries, do frio e das feras; com a escola, da ignorância; com a sociedade, da solidão; com a Imprensa, o rádio e a televisão; da informação; com a democracia, dos tiranos.”

(Ulysses Guimarães)



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	09
2. INTRODUÇÃO.....	11
3. EIXOS NORTEADORES E PROPOSTAS SETORIAIS.....	15
3.1 Política de Gestão Pública da Saúde.....	
3.2 Política de Gestão Pública da Educação.....	27
3.3 Política de Gestão Pública Assistência Social.....	38
3.4 Política de Gestão Pública da Segurança.....	45
4. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL	55
4.1 Desenvolvimento Econômico.....	
4.2 Geração de Emprego e Renda.....	57
4.3 Ciência, Tecnologia e Inovação.....	58
4.4 Comércio, Indústria e Serviços.....	62
4.5 Cultura, Esportes e Lazer.....	67
4.6 Propostas para o Desenvolvimento do Turismo.....	76
4.7 Ações Complementares.....	83
5. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E AMBIENTAL ...	87
5.1 Agricultura.....	
5.2 Meio Ambiente.....	94
5.3 Habitação.....	98
5.4 Saneamento Básico.....	101
5.5 Transporte.....	104
5.6 Energia.....	106
6. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	111
6.1 Funcionalismo Público Estadual.....	
6.2 Juventude.....	112
6.3 Terceira Idade.....	114
6.4 Mulher.....	116
6.5 Grupos de Minorias.....	120
6.6 Da Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável.....	127
6.7 Do Capital Social.....	128
7. TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR	129
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131



1 – APRESENTAÇÃO

A presente Proposta de Plano de **Governo** denominado de: **“Administração 24 horas, Eu Te Amo, Amapá!”**, constitui um termo de compromisso que foi discutido, analisado e compartilhado com toda a população do Estado do Amapá, a fim de nortear as ações efetivadas por integrantes do governo, visando responder dignamente aos anseios e necessidades dos amapaenses. Na perspectiva de contribuir diretamente para as mudanças sociais, econômicas e políticas, as quais tanto necessita o nosso Estado, este documento, após a nossa vitória, será convertido no Plano de Governo e terá como eixos norteadores: A Constituição Federal de 1988 (CF), a Constituição Estadual do Amapá, e o Plano Plurianual (PPA).

Ao longo deste documento, será verificado que as propostas, políticas e ações, ao serem executadas, cumprirão os chamados Eixos norteadores com as respectivas Propostas Setoriais, permitindo, assim, que diversos segmentos da sociedade agreguem suas opiniões e contribuições, sem que o documento perca sua eficiência, pois essas propostas foram sistematizadas a partir dos encontros e reuniões com as comunidades dos 16 município que integram o Estado do Amapá.

Assim sendo, o Primeiro Eixo contempla as propostas setoriais da **Política de Gestão Pública nas áreas da Saúde, Educação Assistência Social e Segurança Pública**, consideradas áreas importantes e prioritárias para a nossa gestão. No segundo Eixo, vamos ter contempladas as propostas setoriais voltadas para a área do **Desenvolvimento Humano e Inclusão Social**, tais como: **Desenvolvimento Econômico; Geração de Emprego e Renda; Ciência, Tecnologia e Inovação; Comércio, Indústria e Serviços; Cultura, Esportes e Lazer e, Propostas para o Desenvolvimento do Turismo e as Ações Complementares para a Gestão Administrativa.**

Já no terceiro Eixo, destacamos propostas setoriais das **Políticas de Desenvolvimento da Infraestrutura e Ambiental, tais como: a Agricultura, o Meio Ambiente, a Habitação, o Saneamento Básico, o Transporte e a Energia.** No quarto Eixo vamos ter as ações de **Políticas Públicas e Afirmativas voltadas para a Juventude, Terceira Idade, Mulheres e demais Grupos de Minorias,** E no quinto

e último Eixo, vamos destacar as **propostas setoriais para uma Gestão Democrática**.

Vale ressaltar aqui que a participação democrática assegura o controle da sociedade sobre todas as propostas de governo aqui elencadas. Portanto, firmo, com toda a sociedade do Estado do Amapá, minha responsabilidade social com a dignidade das pessoas e com as transparências na gestão, sobretudo no que se refere ao uso dos recursos públicos. Enfatizo ainda que este Plano de Governo mostra que, no meu mandato como Governador do Estado do Amapá, a transformação e a inovação constituem elementos essenciais de minha administração, a partir da qual buscarei trazer, com muito trabalho, responsabilidade, ética e amor na prestação de serviços ao povo do meu estado, benefícios a todos que sonham com um Estado melhor e mais prospero.

Para tanto, dentro dessas transformações e inovações, o nosso Plano de Governo priorizará os Objetivos Sustentáveis da ONU, ou seja, os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio — ODM, onde buscaremos em todas as nossas ações de execução setoriais e estratégicas de políticas públicas e sociais, nos esforçar em inserir formas de alcançar esses objetivos à frente da administração do Governo do Estado do Amapá nos próximos 4 anos. O esforço no sentido de incluir esses Objetivos do Milênio em nossas agendas municipais-locais de Direitos Humanos, por exemplo, é uma forma criativa e inovadora de valorizar e levar adiante tal iniciativa.

Assim sendo, dentro do nosso Planejamento Estratégico da Administração Estadual haverá um monitoramento permanente dos projetos destinados a cumprir esses Objetivos (Decreto de 31 de outubro de 2003) fixados por 189 países na ONU, que são eles: Acabar com a fome e a miséria; Educação Básica de Qualidade para Todos; Igualdade entre sexos e valorização da mulher; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde das gestantes; Combater o HIV-Aids, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade Ambiental; Estabelecer uma parceria nacional e internacional para o desenvolvimento. Portanto, a elaboração do presente documento agregou conceitos técnicos e políticos, além do apelo da população, visando à elaboração de uma proposta de gestão participativa e colaborativa para o Governo do Estado do Amapá.

Gilvam Borges.

2 – INTRODUÇÃO

O Estado do Amapá faz parte de uma das 27 unidades federativas do Brasil, a segunda menos populosa do nosso País, e encontra-se localizado na Região Norte, ocupa uma área de 142.827,897 quilômetros quadrados, o que corresponde aproximadamente a 1,68% do território brasileiro, limitando-se ao sul com o Estado do Pará, a noroeste com a Guiana Francesa e a leste com o Suriname, além de ser banhado a leste pelo Oceano Atlântico. O Amapá, caracteriza-se por ser um dos Estados brasileiros e amazônico com maior cobertura florestal mais bem preservada do País, o que nos torna rico em belezas naturais.

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a sua população cresceu 1,89% em relação a 2019, ultrapassando os 861,7 mil habitantes. A sua capital Macapá, tem a maior concentração populacional, chegando a 512.902 habitantes, seguido dos municípios de Santana com uma população de 123.096 habitantes e de Laranjal do Jari, com 51.362 mil habitantes. Só para se ter uma ideia, seguindo essa sequência de crescimento apontada pelo IBGE, o Estado do Amapá teve um aumento de quase 2% no número de moradores em 2019, passando de 845.731 pessoas morando no estado, para 861.773 pessoas em 2020.

Se continuarmos nesse ritmo de crescimento populacional, em um futuro bem próximo atingiremos um milhão de habitantes. Se o nosso estado e seus governantes não se prepararem para garantir uma segurança social, econômica e ambiental a toda essa população, os problemas que hoje enfrentamos tais como: a carência, deficiência e falta de energia, da falta de água potável, a falta de saneamento básico, saúde, educação, segurança pública, emprego e renda, meio ambiente, falta de comida, tendem a piorar e a entrar em colapso, com reflexos e consequências para se manter uma boa segurança social e ambiental a sua população. Assim sendo, um dos grandes desafios que o nosso Estado encontrará nos próximos anos, será o de aliar a preservação ambiental ao crescimento econômico.

O Estado do Amapá nos últimos 4 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, vem mostrando um crescimento no seu Produto Interno Bruto per capita (PIB) e, os

dados que serviram como base para demonstrar esse crescimento foram os dos anos de 2018, que ultrapassou os 16,8 bilhões, uma alta de 2,3% em comparação ao ano anterior, 2017, que foi de 15,4 bilhões, que teve um crescimento de 1,7%, números esses que colocaram o nosso Estado entre os 15 estados da federação com desempenho acima da média nacional nesse período. Com esse resultado o Estado ocupa hoje a 25ª posição no ranking nacional e representa 0,2% do total do PIB per capita do País.

Os setores da economia que mais contribuíram positivamente para esses resultados foram, serviços com (2,4%) e indústria com (4,9%) respectivamente. Dentre os 16 municípios que mais contribuíram para o crescimento do PIB estadual, podemos destacar aqui: Macapá, capital do Estado, com: R\$ 9,2 bilhões, em seguida Santana com: R\$ 1,8 bilhão, Laranjal do Jari com: R\$ 780 milhões, Oiapoque com: R\$ 353 milhões, Ferreira Gomes com: R\$ 348 milhões e Porto Grande com: R\$ 315 milhões. No entanto, mesmo com esse resultado favorável do crescimento do nosso PIB, ainda assim, existe no nosso Estado e seus municípios, um grande número de pessoas que convivem com a precariedade de uma infraestrutura de saneamento básico, bem como, dos serviços públicos essenciais, como a saúde, a educação, a assistência social e a segurança.

Outros dados importantes sobre o nosso PIB, que o IBGE nos revelou, foi sobre os três principais setores da economia que vem impulsionando a nossa economia nos últimos anos e que impactaram diretamente no crescimento do PIB do Estado do Amapá. Foram eles, o Agronegócio, o qual representa 4,3% do PIB do Amapá, com o desenvolvimento da agricultura, com destaque para o cultivo da soja; a pecuária, com destaque para a criação de aves, em seguida a produção florestal, a pesca e aquicultura. A Indústria, que teve uma participação corresponde a 10,7% do PIB amapaense. As exportações industriais representaram 0,2% das exportações brasileiras. Cinco setores, juntos, correspondem a 94,5% da movimentação industrial no estado, são eles: serviços industriais de utilidade pública; construção; madeira; alimentos; minerais não metálicos.

E finalmente, o setor de Comércio e Serviços, por sua vez, os dois ocupam juntos a maior composição do PIB do Amapá, com 85,8% da economia. Os segmentos de maior destaque são: administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; alojamento

e alimentação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades imobiliárias; atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; educação e saúde privada; informação e comunicação; serviços domésticos; transporte, armazenagem e correios.

Partindo da premissa desses dados favoráveis, pode-se confirmar que o Estado do Amapá poderia otimizar a gestão e a aplicação – de maneira racional e eficiente – os recursos públicos. No entanto, o que se presencia é um Estado que há décadas enfrenta descontroles administrativos, levando o estado ao caos financeiro, administrativo e também social, tudo isso devido à falta de uma coerente aplicação dos recursos públicos com desmandos e “desvios”. Diante do exposto, pode-se dizer que muita coisa precisa ser feito para solucionar os inúmeros problemas que nosso estado enfrenta hoje, estradas e rodovias precárias sem pavimentação, muitos município sem saneamento básico: água potável, energia de qualidade, serviços de saúde, educação, segurança precários e deficientes, com reflexos na baixa qualidade de vida da população, principalmente para a população mais pobre e carente do Estado.

Diante dos enormes problemas que nosso estado enfrenta no momento e a busca por solucioná-los, faz-se necessário esclarecemos aqui que este Plano de Governo foi elaborado de forma democrática e participativa e muitas propostas são anseios de toda a população do nosso estado. Além disso, foram ouvidas diversas entidades, categorias e segmentos; empresários do comércio, da indústria e do setor de serviços; profissionais das diversas áreas, estudantes e universidades, além das opiniões de especialistas e servidores públicos estaduais. Desta forma, este plano de governo apresenta ações para a realização de uma gestão transformadora, possibilitando que o Estado do Amapá assuma a condição de polo propulsor do desenvolvimento da região Norte e modelo para o Brasil no crescimento econômico, social, cultural, ambiental e humano.



3 – EIXOS NORTEADORES-PROPOSTAS SETORIAIS

3.1 - Política de Gestão Pública da Saúde:

No final do ano de 2019, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou um estudo sobre os gastos per capita na área de saúde em 44 nações desenvolvidas ou emergentes, o Brasil ficou na 37ª colocação. E, segundo esse mesmo estudo, aponta que se somarmos os gastos públicos e privados em saúde nesse mesmo período no Brasil, nos mostra que nosso País ficou entre as últimas posições do ranking, ou seja, colocou o Brasil entre os países que menos gastam com saúde.

Só para se ter uma ideia, segundo os mesmos dados da OCDE, o Brasil gastou em 2018 US\$ 1.282 per capita em saúde. Comparando com os Estados Unidos, líderes da pesquisa, registraram gasto total anual de US\$ 10 mil dólares por habitante em 2018, os quais majoritariamente foram provenientes de investimento governamental. Em 2020, o Conselho Federal de Medicina (CFM) realizou um estudo com os números divulgados pelo governo, identificou que R\$ 1.398,53 saíram das contas públicas em todo o País para pagar o atendimento de saúde da população. Portanto, a União gasta diariamente R\$ 3,83 com cada habitante, valor que é proveniente das três esferas do poder público: federal, estadual e municipal.

Como sabemos, por força de lei, cada órgão federativo precisa destinar parte dos seus recursos obtidos por meio de impostos e transações constitucionais para o setor de saúde. O montante varia dependendo da esfera pública. Cabe um índice mínimo de 12% para os estados e o Distrito Federal, 15% para os municípios e 15% da receita líquida mais a correção da inflação para o governo federal. O referido estudo realizado pelo CFM, com consultoria da ONG Contas Abertas, teve como base para análise e referência as despesas registradas pelo Ministério da Saúde em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) foram declarados no Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (Siops) referente ao ano de 2020.

Assim sendo, nos perguntamos: Para onde vai e onde é investido todo esses recursos que cabe ao poder público? Como é aplicado e investido esses recursos na saúde pública, se os serviços de saúde oferecido a população e as condições de trabalho dos profissionais da saúde continuam precários e deficitários? Para respondermos essas indagações, temos que entender inicialmente de quanto é os números desses recursos a ser gasto. De acordo com o balanço realizado pelo referido estudo acima citado, foram cerca de R\$ 292,5 bilhões que saíram dos cofres públicos para o sistema de saúde em 2019. Além da construção de novas unidades de atendimento, o montante é destinado ao Sistema Único de Saúde (SUS) para aperfeiçoamento e cobertura de suas ações, como a rede de atendimento e o pagamento de salário de funcionários.

Como se percebe nos indicadores e balanços de gastos com saúde em nosso País, acima descritos, demonstram que a parcela destinada para investimento no setor ainda está consideravelmente abaixo do ideal. Embora os números totais aplicados tenham crescido cerca de R\$ 85,8 bilhões nos últimos 12 anos, segundo os estudos, a quantia segue ínfima quando comparada com padrões internacionais e tendo em vista as crescentes demandas da população brasileira. E o mesmo estudo, nos alerta, se o Brasil não der maior atenção para a área nos próximos anos, os gestores terão dificuldades para desenvolverem um sistema de saúde de maior qualidade e eficiente para a sua população. Ainda mais, se analisarmos aqui a realidade da deficiência e precariedade do nosso sistema de saúde no controle da pandemia de Covid-19 que tomou conta do nosso País em 2020 e que se prolongou com mais gravidade em 2021.

Portanto, a pandemia da Covid-19, que tomou conta de nosso país, ao atingir todos sem exceção, do rico ao pobre, produziu um consenso mínimo a respeito da necessidade urgente de mudanças na área da saúde pública e no nosso sistema de saúde. Sob o impacto dessa pandemia, faz-se necessário que o poder público federal, estadual e municipal, avancem na capacidade de agir politicamente com ética e responsabilidades na execução e gerenciamento da aplicação dos recursos destinados a saúde pública. A Constituição Federal de 1988 garante que, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Propiciar uma saúde de qualidade a todos implica uma série de gestões de ações de promoção, prevenção, de tratamento e recuperação de doenças, de forma universal, integral e equânime. Para tanto, vamos construir uma proposta pluralista, com todos os segmentos organizados dos profissionais que atuam na área, todos os prestadores de serviços e principalmente as organizações representativas da nossa comunidade, os quais definirão o compromisso público na elaboração do Plano de Governo para a Saúde que será implementado.

Mudança do modelo assistencial vigente, que continua centrado no atendimento fragmentado dos pacientes, no atendimento hospitalar e na assistência curativa, para o modelo com prioridade na promoção da saúde, de ações preventivas, do atendimento do sujeito-paciente, da família, mais humanizado, solidário e ético. Portanto, faz-se necessário executar uma gestão de ações que atendam às necessidades coletivas em saúde, e estas implicam na implantação de um programa de atendimento e internação domiciliar com a finalidade de reduzir o número de internações hospitalares e que reduza também os custos de tratamento e principalmente que tenha uma intervenção mais humanizada e com o acompanhamento de seus familiares.

Para tanto, faz-se necessário incentivar as ações das organizações governamentais e não governamentais no sentido de promover o aperfeiçoamento, a capacitação e a educação continuada para os recursos humanos, visando o seu aprimoramento, a sua atuação humanizada e ética junto à comunidade. No nosso governo iremos propor uma intervenção maior na área da saúde em todo o Estado do Amapá, que há anos encontra-se em caos sem perspectivas de melhoras devido à má vontade dos políticos do estado que não priorizam essa área extremamente importante.

Nesse sentido, faz-se necessário ainda, consolidar aqui um programa efetivo e permanente de promoção de saúde no Estado como um todo. Com esse propósito, será desenvolvida uma gestão com ações integradas e intersetoriais visando à melhoria da saúde da população amapaense. As atividades conjuntas envolverão diversas áreas da administração pública como: educação, assistência social, infraestrutura, segurança, transporte, esporte e lazer, segurança e etc. Tudo isso em parcerias com o Governos e Federal, além das organizações não governamentais tais como: (Ongs), OSCIPs e iniciativa privada.

Essa integração passa também pelo investimento político e social que permita a manutenção de políticas públicas e sociais, associado ao estímulo da participação popular como prática de controle público sobre estas mesmas políticas de saúde, é uma forma de amenizar a intensa mobilidade de investimento de capital promovido pelo governo federal e estadual. Assim sendo, iremos propor um novo modelo de gestão para a saúde do Estado, resgatando sistematicamente o atendimento humanizado e digno à população. Além do que vamos tornar o SUS realmente universal e integral, aperfeiçoando a Política Estadual de Atenção Básica para consolidar esses pressupostos constitucionais. Portanto, a organização de uma atenção básica resolutiva e organizadora do cuidado à saúde é o eixo central da política de saúde que se quer implementar em nosso Estado.

Nesse sentido e propósito, acreditamos que os meios para efetivação de uma saúde pública de qualidade e eficiente se farão por meio das seguintes propostas e ações:

- Vamos consolidar a Saúde como direito fundamental de todos, com apoio irrestrito e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), política pública na área da saúde mais inclusiva do país, para tanto, nosso governo reafirmará o compromisso de defender o SUS e continuar a luta pela implantação total do SUS, como direito social de todo o povo amapaense;

- Vamos destinar mais recursos para uma radical transformação no sistema de saúde do estado, com fortalecimento do SUS, apoiando-se nas diretrizes políticas consolidadas pela nossa Constituição de 1988, que busca os aspectos de garantir oportunidade de acesso aos serviços que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde, legitimado o direito de todos, sem qualquer discriminação, às ações de saúde em todos os níveis, assim como explicita que o dever de prover o pleno gozo desse direito é responsabilidade do Governo, isto é, do poder público;

- O nosso governo vai aprimorar a regulamentação das relações com o terceiro setor de saúde, em particular com as organizações sociais, superando o paradigma da precarização e da terceirização da gestão. Para nós, a participação social representa uma estratégia fundamental de implantação e consolidação do SUS. Bem como, serão fortalecidos os conselhos e conferências de saúde, de forma

que seu papel de formulação de políticas seja o orientador das políticas para o setor;

- Vamos Universalizar de fato o atendimento ao cidadão, fortalecendo um atendimento mais humanizado na área de saúde. Pois, a pandemia que tomou conta do nosso País em 2020, produziu um consenso mínimo em todos a respeito da necessidade urgente de mudanças na área da saúde pública estadual no sentido de sua capacidade de agir e preparar o nosso sistema de saúde para atender com dignidade e respeito todos os seus cidadãos;

- Vamos redefinir e reorganizar como prioridade os serviços de controle da Superintendência de Vigilância em Saúde do Estado com o desenvolvimento de programas e projetos de saúde pública para controle e combate eficiente de surtos de endemias, epidemias e pandemias, com ampliação de sua capacidade de diagnóstico, com investimentos na realização de treinamentos e capacitações permanentes para os especialistas em saúde pública do Estado do Amapá no uso da Go.Data, ferramenta que busca facilitar a investigação de surtos e epidemias, como a da doença causada pelo novo corona vírus: COVID-19;

- Vamos garantir uma mudança significativa na forma de gestão da saúde pública, criando-se mecanismos de participação da comunidade no processo de tomada de decisão da política pública de saúde, com a criação e fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais de saúde, com representação paritária de usuários, prestadores de serviço e agentes do poder público. Para tanto, vamos fortalecer e apoiar as medidas do respeito ao controle social como forma de assegurar a participação popular nas tomadas de decisão de aplicação dos recursos destinados a saúde;

- Vamos dinamizar e agilizar a digitalização de dados em todo o estado, com a implantação de um cadastro único de todos os usuários do SUS, com a criação de um prontuário eletrônico com o histórico médico de cada paciente, pois entendemos que essa dinamização e agilidade da digitalização de informações são os primeiros passos fundamentais para melhorar a qualidade do atendimento na saúde e combater desperdícios de recursos humanos e financeiros;

- Vamos aprimorar e fortalecer as políticas de financiamento

da saúde para combater o desperdício e as dificuldades existentes no atendimento da população, com a otimização dos recursos destinados ao investimento em saúde repassado pelo governo federal e pelos recursos próprios do tesouro estadual, em relação aos custos dos serviços e equipamentos em função da garantia de capacidade de atendimento das demandas apresentadas pela população;

- Vamos otimizar a capacidade e da qualidade do atendimento dos hospitais e das unidades de saúde pública estadual e municipal e da rede contratualizada dos serviços terceirizados de saúde, humanizando os resultados, que visem as necessárias condições de qualidade e à utilização dos recursos físicos e humanos disponíveis para oferecer serviços especializados e eficientes que atendam às demandas existentes de todo o estado;

- Vamos criar um programa de credenciamento de ambulatórios e hospitais “amigos do idoso”, que garantam meios para atendimentos e consultas domiciliares e por meio de atendimento Online de enfermeiros, médicos e fisioterapeutas no sentido de suprir as necessidades encontradas na ausência da autossuficiência daqueles que atuam diretamente nos processos de se fazer saúde nos municípios do estado, através da Rede Municipal de Atenção à Saúde;

- Vamos fomentar ações voltadas à prevenção da gravidez precoce, adotando estratégias educativas de sensibilização de adolescentes e apoio integral no caso de gestação, universalização de fato do atendimento de saúde a essa cidadã e sua família;

- Vamos revitalizar, reformar e ampliar os Hospitais, Maternidades, UPAS existentes, bem como, construir novos hospitais, maternidades e UPAS em todo o Estado. O governo Gilvam fortalecerá a municipalização dos serviços de saúde, que deve se pautar pela gestão da saúde compartilhada, ou seja, racionalizando recursos financeiros e compartilhando a responsabilidade com o cuidado em saúde com os 16 município;

- Vamos revitalizar, ampliar e reformar o Centro de Referência no Tratamento da AIDS a fim de identificar e tratar doenças sexualmente transmissíveis. Bem como, vamos desenvolver e criar campanhas de prevenção e combate a proliferação das Doenças Sexualmente Transmissíveis em todo o Estado;

- Vamos revitalizar, ampliar e reformar o Centro de Referência em Práticas Integrativas e Complementares em saúde do estado do Amapá – CERPIS, com o objetivo ampliar e oferecer à população acesso gratuito aos serviços e métodos terapêuticos alternativos de comprovação científica em todo o estado do Amapá;

- Vamos revitalizar, ampliar e reformar o Instituto de Hematologia e Hemoterapia do Amapá (Hemoap), transformando-o em centro de excelência na área da Hematologia e Hemoterapia para atuar como Centro de Referência em nível terciário e quaternário para a todo o Estado do Amapá;

- Vamos revitalizar, ampliar e reformar a Psiquiatria do Estado, para que a mesma se torne uma unidade de excelência e referência em saúde mental no aprimoramento do diagnóstico e tratamento dos chamados Transtornos Mentais e de Comportamento, atuando com a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos diferentes modos de manifestações das doenças mentais em geral. O governo Gilvam reafirmará seu compromisso com a agenda da Reforma Psiquiátrica;

- Vamos fortalecer a gestão nas ações de média e alta complexidade, promovendo atendimento integral à população, com a Implantação de políticas especiais de saúde, para crianças, mulheres, idosos e gestantes, pessoas negras, indígenas, LGBTI+, crianças, juventudes, pessoas com deficiência, população em situação de rua, população privada de liberdade e povos do campo, das águas e das florestas;

- Vamos intensificar a atuação estadual na média complexidade com uma tarefa importante e factível para os próximos períodos de 2023 a 2026, visando garantir apoio técnico, financeiro e regulatório na área da saúde. Para tanto, será implantado um eficiente sistema de regulação das filas para gerenciar o acesso a consultas, exames e procedimentos especializados, em cogestão com os municípios. Vamos garantir ainda, a estruturação de um sistema de transporte sanitário para a locomoção adequada e segura dos pacientes aos serviços especializados;

- Vamos qualificar a gestão do sistema de saúde e da Secretaria de Saúde, com ênfase no financiamento, na administração e capacitação de recursos humanos, na tecnologia da informação e da comunicação e no diálogo com servidores e população;

- Vamos implantar e apoiar de forma efetiva o Plano de Cargo Carreira e Salário aos trabalhadores da saúde como forma de garantir direitos trabalhistas e salário digno. Assim como, vamos implantar programas de formação continuada aos trabalhadores da saúde em parceria com a Universidade Federal do Amapá e a Universidade Estadual, com o objetivo de promover a capacitação técnica e o desenvolvimento humano dos profissionais da saúde;

- O governo estadual, em parceria com os municípios, vai criar a rede de Clínicas de Especialidades Médicas em todos os 16 municípios do estado. Integradas com a atenção básica, as Clínicas garantirão o acesso a cuidados especializados por equipes multiprofissionais para superar a demanda reprimida de consultas, exames e cirurgias de média complexidade;

- Vamos garantir a implantação em todo o estado as Clínicas de Especialidades Médicas, as quais contarão com médicos especialistas tais como: ortopedistas, cardiologistas, ginecologistas, oncologista, oftalmologista, endocrinologista) e profissionais das mais diversas áreas (fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, entre outras). Incluirão também, hospitais-dia que poderão realizar diversos procedimentos, como cirurgias ambulatoriais especializadas, exames ultrassonográficos, procedimentos traumato-ortopédicos. Ademais, o governo Estadual organizará e intensificará os mutirões de exames e cirurgias;

- Vamos implementar a integração dos serviços básicos e especializados de saúde onde for necessário, com a qualificação do cuidado multiprofissional e a ampliação da resolutividade serão prioridades. Para tanto, vamos investir na implantação de dispositivos de compartilhamento do cuidado, expansão do matriciamento num processo de construção compartilhada com os municípios na criação de uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica. Bem como, na teleconsulta, apoio vivo nos municípios, como agenda prioritária na construção de linhas de cuidado que ajudem a vencer a fragmentação e descontinuidade do cuidado em saúde;

- Vamos estabelecer criar, incentivar e apoiar campanhas de Educação e Combate à Dengue, malária, febre amarela e outras causadas por insetos em todo o Estado do Amapá. Ou seja, vamos estabelecer ainda forte ação de controle do *Aedes aegypti*, e

principalmente do Covid-19 que vem fragilizando a saúde no nosso estado;

- Vamos garantir por meio de programas e projetos de saúde, médicos com equipe multifuncional e laboratorial mensalmente em cada comunidade interiorana e ribeirinha de todo o estado. Bem como, vamos ampliar o acesso ao programa de saúde bucal pela população mais carente em todo o Estado do Amapá;

- Vamos expandir, ampliar e modernizar em longo prazo os serviços do SAMU em todo o Estado, com a construção, reforma e ampliação de novas unidades, com a contratação de médicos, enfermeiros, bem como, com a aquisição de máquinas e equipamentos e ambulâncias;

- Vamos fortalecer como o mínimo de infraestrutura e recursos humanos a Coordenadoria de Assistência Farmacêutica do Estado do Amapá, no sentido de aprimorar a eficiência na gestão dos medicamentos (licitação, compra, distribuição, armazenamento, fármaco-vigilância) visando garantir o fortalecimento ininterrupto dos mesmos, nos hospitais, centros de saúde, unidades de referência e farmácias da rede pública em todos os municípios. Bem como, vamos garantir o acesso a medicamentos e sua distribuição gratuita a toda a população mais carente do Estado do Amapá;

- Vamos incentivar o intercâmbio de parcerias com as Secretarias Estadual de Saúde e órgãos vinculados de assistência à saúde no Estado e de fora do estado, integrando-se ao sistema de pesquisa e produção de insumos, por órgãos governamentais e não governamentais, que possam beneficiar à saúde da população;

- Vamos implantar no estado um programa de requalificação, ampliação, reforma, melhoria e manutenção permanente da infraestrutura física dos hospitais, unidades de referência e centros de saúde já existentes, garantindo aos profissionais de saúde condições de trabalho e um espaço para melhor atender a população;

- Vamos realizar concursos públicos para médicos, dentistas, fisioterapeutas, psicólogos, enfermeiros e demais profissionais da saúde, afim de ampliar os serviços de saúde atualmente oferecidos aos cidadãos.

- Com base nestas diretrizes tem-se como ações primordiais a serem desenvolvidas no período do primeiro mandato de 2023 a 2026, sem prejuízo de outras que poderão ser agregadas futuramente:

- Vamos buscar parcerias com o Ministério da Saúde e outros Ministérios para melhorar o funcionamento dos hospitais públicos, com ênfase no atendimento nas urgências e emergências e na referência para o SAMU;

- Vamos buscar parcerias nas esferas federal para realizar e aprofundar estudos com vistas à elaboração de um plano de cargos para o SUS. Bem como, vamos estabelecer e intensificar parcerias com instituições de ensino superior para o aprimoramento da integração ensino-serviço;

- Vamos requalificar a infraestrutura dos hospitais, maternidades, UPAS com aquisição de máquinas e equipamentos, em municípios deficientes que apresentam necessidades, em parceria com o Ministério da Saúde. Bem como, serão organizadas de forma Municipal, com unidades de saúde fixas e unidades móveis e transporte aos pacientes em tratamento fora de domicílio;

- Vamos reformar e/ou ampliar e reequipar os Hospitais, Maternidades e UPAS existentes em todo o estado que necessitam de adequações, em parceria com o Ministério da Saúde. Bem como, vamos implantar o programa de valorização do parto normal, humanizado e seguro, de superação da violência obstétrica e da discriminação racial no SUS;

- Vamos implantar o Programa Saúde na Escola (PSE), ampliando as políticas intersetoriais de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos. Bem como, vamos buscar reduzir ainda mais a taxa de mortalidade infantil. Assim como, o governo vai atuar fortemente na área da promoção da saúde por meio de programas que incentivem a atividade física e alimentação adequada, saudável e segura;

- Vamos ampliar a captação de recursos financeiros para a saúde junto à União e instituições de financiamento nacional e internacional. Bem como, vamos ampliar os investimentos em saúde com receita própria-recursos do tesouro;

- Vamos buscar reduzir as taxas de morbidade e mortalidade decorrentes de causas externas, principalmente as resultantes de acidentes de trânsito e de doenças crônico-degenerativas. Além da saúde do trabalhador, o governo Gilvam vai produzir políticas intersetoriais, por exemplo, para reduzir os acidentes de trânsito e todas as formas de violência, com a participação de diversas áreas do governo, para garantir atenção especial e integrada às populações vulneráveis;

- Vamos ampliar as unidades de Pronto Atendimento (UPAS) 24 horas, com ampliação da atenção à saúde integral da pessoa com deficiência. Bem como, ampliar e Melhorar o Programa de Saúde Integral a mulher e do idoso;

- Vamos criar o Plano Diretor de Saúde, como um plano estratégico específico para a área de saúde, construído em conjunto com o conselho estadual de medicina, com os conselhos estaduais locais, conselhos municipais de saúde, ministério público e comissão de saúde da Assembleia Legislativa e câmaras municipais, visando melhorar e direcionar as ações da saúde;

- Vamos criar o Plano de Operacionalização do Plano de Gestão da Saúde, ou seja, com a implantação do Plano Diretor de Saúde, viabilizaremos os planos Operacionalização de Gestão, os quais serão instrumentos que definirão as ações, serviços, atividades, metas quantitativas e qualitativas e os indicadores que nortearão os serviços de saúde prestados pelo estado, bem com, a gestão e aplicações dos recursos destinados a saúde;

- Vamos apoiar a reestruturação das unidades de saúde, com a reorganização das unidades de saúde em três grandes redes: R1 - unidades de referência de grande porte nas maiores regiões. Essas unidades contarão com pediatra, ginecologista, ortopedista e fisioterapeuta; R2 - unidades de referência de médio porte com atendimento clínico e horário estendido; e R3 - unidades de pequeno porte na área urbana e rural;

- Vamos reformar as unidades de saúde e hospitais existentes, isto é, o governo do estado irá reformar, ampliar e equipar as atuais unidades de saúde e hospitais de todos os municípios do estado, de acordo com o estudo a ser realizado no Plano Diretor de Saúde, proporcionando à população um atendimento mais ágil e eficaz;

- Vamos ampliar os serviços e procedimentos de odontologia, conforme o estudo a ser realizado no Plano Diretor de Saúde, ampliaremos os serviços, horários e agendamento dos procedimentos, visando agilizar os atendimentos odontológicos em todos os municípios do estado. Bem como, vamos ampliar o acesso ao programa de saúde bucal pela população mais carente em todo o Estado do Amapá;

- Vamos fortalecer as ações na área de saúde mental, reestruturaremos e criaremos novas redes de atendimento à saúde mental, criaremos e fortaleceremos os Conselhos estaduais Antidrogas e ampliaremos as ações do CAPS, mediante estudo a ser realizado no Plano Diretor de Saúde. Bem como, desenvolver ou melhorar programas de atenção ao idoso; de combate ao tabagismo, alcoolismo e as drogas;

- Vamos implantar ações na área de saúde do trabalhador, onde serão intensificadas as ações voltadas para a saúde do trabalhador, tanto da área pública quanto da área privada, com o objetivo de prevenir e diminuir riscos e doenças relacionadas ao ambiente de trabalho, através de medidas como fiscalização e promoção de eventos técnicos e educativos-informativos;

- Vamos criar o Saúde On-Line, implantaremos ferramentas tecnológicas para facilitar o acesso dos usuários do SUS do Estado às informações referentes aos procedimentos disponíveis em todas as unidades de saúde do Estado. Bem como, o governo Gilvam investirá na implantação do prontuário eletrônico de forma universal e no aperfeiçoamento da governança da saúde. Estimulará ainda a inovação na saúde, ampliando a aplicação da internet e de aplicativos na promoção, prevenção, diagnóstico e educação em saúde. São essas ações articuladas e integradas que garantirão acesso a saúde e qualidade de vida;

- Vamos implantar o Cartão de Saúde para o cidadão amapaense, será implantado um cartão exclusivo para ser utilizado nas unidades estaduais de saúde e hospitais, com o objetivo de integrar cada serviço utilizado pelo cidadão, tais como consultas, exames e medicamentos. Bem como, vamos ampliar a oferta de consultas e exames especializados nos laboratórios estaduais, reduzindo o tempo para acesso a consultas e exames especializados em todo o estado;

- Vamos implantar sistema de comunicação via SMS (mensagem de celular), com o objetivo de proporcionar maior comodidade aos usuários de rede municipal de saúde, implantaremos um sistema de comunicação via SMS, possibilitando aos pacientes que possuam o Cartão de Saúde, o agendamento de consultas, verificação de resultados de exames e demais serviços;

- Vamos iniciar a construção de um hospital de referência, considerado inovador na capital do Estado, para auxiliar todos os doentes-pacientes do estado, oferecendo a todos um hospital de referência que proporcionará atendimento de qualidade, equipamentos modernos e infraestrutura adequada para os diagnósticos e tratamentos de doenças das mais variadas e diversas possíveis;

- Vamos criar o Centro de Exames e Imagens do Estado do Amapá, para proporcionar maior comodidade na realização de exames, teremos um local específico com modernos aparelhos de diagnóstico por imagem e uma equipe multidisciplinar para auxiliar na investigação e pesquisa dos casos clínicos;

- Vamos implantar em parceria com a Universidade Federal do Amapá o Núcleo de Formação em Serviços de Saúde, com a criação da Escola de Gestão Pública em Saúde, voltada à qualificação e aprimoramento profissional dos servidores da Secretaria Estadual de Saúde, por meio de cursos, workshops, oficinas e palestras;

- Vamos criar o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos funcionários da Secretaria Estado da Saúde, devido às peculiaridades existentes nas funções desempenhadas dentro de cada área da saúde. Para tanto, vamos criar um plano de cargos, carreiras e vencimentos específico para atender os servidores da Secretaria Estadual de Saúde;

3.2 - Política de Gestão Pública da Educação:

A Política Pública de Educação no Estado do Amapá, já vem apresentando um quadro desfavorável de declínio no processo educacional de ensino aprendizagem durante algumas décadas, tudo isso devido a uma falta de política eficaz que venham delinear programas e diretrizes que possibilitem a construção de caminhos

para um saber significativo, atendendo aos pilares da educação a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Por outro lado, o baixo investimento na Educação, a ausência de uma política estadual de formação de professores e a desigualdade social são alguns dos fatores que têm dificultado a atuação do gestor escolar e dos educadores em geral.

E para piorar esse quadro desfavorável de nosso Estado em relação a educação, só para se ter uma ideia, segundo dados do IBGE-AP, o nosso estado fechou o ano de 2019 com uma população de 37 mil habitantes acima dos 25 anos que nunca estudaram, ou seja, sem qualquer grau de instrução e que nunca frequentaram a escola, esse quantitativo equivale a 8,1% da população no estado nessa faixa. Nesse período a taxa de analfabetismo do estado ficou em 7,3%. A proporção da população nessa situação aumentou no ano de 2019 em relação ao anterior, 2018, quando eram 7,8%. Esses dados compõem a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Educação) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quadro esse que só se agravou em 2020, por conta da pandemia do Corona Vírus.

Essa mesma publicação também traz a causa e motivos que levou essa população acima de 25 anos a não estudarem e nem frequentarem a escola, entre os motivos apontados pelo IBGE, para o alto índice de amapaenses sem instrução foi a necessidade precoce destas pessoas de ingressarem no mercado de trabalho, principalmente nas famílias de baixa renda. Os contingentes mais desfavorecidos são os que apresentam o maior índice de evasão escolar e maior índice de analfabetismo”, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE-AP.

Segundo o IBGE-AP, a falta e deficiência de ensino escolar nessa faixa também contribui para a taxa de analfabetismo, que foi de 7,3% na população acima de 25 anos; de 11,7% entre os amapaenses acima de 40 anos; e de 22,1% nos habitantes do estado acima de 60 anos. Para tanto, o estado tem que ser capaz de prover essa educação e ser capaz de dar as condições para que o jovem, ao menos até os 17 anos, e até a conclusão do ensino médio, permaneça na escola. Portanto, nossa educação tende a piorar se nada for feito para mudar essa realidade.

Para reverter essa situação, é necessário organizar a escola e as

condições de ensino e aprendizagem. Inicialmente para superarmos esse quadro de declínio precisamos primeiramente criar um sistema de promoção dos profissionais da educação, proporcionado a todos um processo de formação continua, assim como, reestruturando o plano de cargos e salários, atendendo ao que dispõe a legislação em vigor, e que faça valer o teto salarial dos profissionais de educação do quadro estadual, além disso, temos quer ter o compromisso de modernizar as unidades escolares e informatiza-las, incentivando a compra e distribuição de merenda escolar, com produtos da agricultura familiar, valorizando e incentivando os produtores municipais e locais, bem como, toda unidade escolar desenvolva uma gestão democrática pautada no diálogo e na participação popular.

Portanto, o nosso governo dará à educação prioridade estratégica, orientando-se pelas seguintes diretrizes: Forte atuação na formação dos educadores e na gestão pedagógica ajudando e apoiando todas as administrações estaduais e municipais na educação básica, na reformulação do ensino médio e na expansão da educação integral; Concretização das metas do Plano Estadual de Educação, em articulação com os planos municipais de educação; Institucionalização do Sistema Estadual de Educação, instituindo instâncias de negociação interestadual-intermunicipal; criação de política de apoio à melhoria da qualidade da gestão em todos os níveis que permita que todas as escolas das redes estaduais e municipais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes.

Em nosso governo, vamos fortalecer e apoiar a gestão democrática em todas as escolas, retomando o diálogo com a sociedade na gestão das políticas bem como na gestão das instituições escolares de todos os níveis. Isto é, vamos promover uma gestão democrática, esta será a primeira tomada de consciência de um gestor escolar, pois é dela que decorre toda a lógica de organização do seu trabalho, que será mais fecundo se a sua noção de democracia não se limitar apenas ao direito de participação nas instâncias de decisão da escola e chegar à conclusão de que o acesso ao saber deve ser a pedra fundamental na sólida construção da democracia no espaço escolar. Pois entendemos, que é na confluência do direito à aprendizagem com o direito à participação que se desdobra um plano de gestão consistente.

Em nosso governo a educação, tal como foi colocada anteriormente para a saúde, terá prioridade absoluta, por meio de seus métodos próprios de ensino aprendizagem com o foco em uma educação conscientizadora que não busque somente o conhecer da realidade das coisas, mas busque também transformá-la, ou seja, tanto educador quanto educando possam aprofundar seus conhecimentos em torno do objeto para poder intervir sobre ele de forma livre e democrática e que assegure a formação de uma educação para o desenvolvimento das pessoas do Estado do Amapá como um todo. Para que isso venha acontecer de fato, entendemos que a Educação é um direito humano fundamental e um dos principais meios de acesso à cultura, além de um instrumento poderoso de desenvolvimento econômico e social. Por isso, o governo Gilvam, priorizará os investimentos em educação, da creche à pós-graduação, por meio da adoção de uma série de políticas públicas integradas, complementares e articuladas com todos os municípios.

Diante dos aspectos abordados acima, mencionamos ainda que sejam aprimorados projetos que possibilitem o desenvolvimento educacional do Estado do Amapá. Acreditamos que a educação é o caminho para superar desafios, proporcionando o crescimento social, econômico, político e cultural de uma sociedade, pois é através do mecanismo educacional que os homens se libertam e criam sociedades prósperas e autônomas. Para tanto, nosso governo criará meios para efetivar plenamente o Plano Estadual de Educação.

Nesse sentido, entendemos que a Educação é mola propulsora para o desenvolvimento e crescimento de qualquer País e Estado, que somente por meio dela alcançamos nossos objetivos e a capacidade de geração de emprego e renda para nosso povo. Assim sendo, as políticas e ações promovidas devem estar enquadradas no ensino formal, priorizando inicialmente o ensino fundamental e educação infantil, e posteriormente o ensino médio até a universidade, utilizando não só os livros didáticos e a metodologia tradicional, mas também o esporte, incitando a valorização da vida e os direitos humanos.

Acreditamos que o processo de desenvolvimento de uma sociedade livre passa pela educação de qualidade, focada na formação integral do ser humano, na construção de valores e na

promoção da emancipação social e de cidadania. A educação de qualidade na escola pública é o grande anseio da população, sobretudo nas classes sociais de menor poder aquisitivo, no desejo da igualdade do saber e de oportunidades na vida. Portanto, o valor da escola pública não se restringe ao ensino formal, mas também, na formação da personalidade das pessoas, a partir do que aprendem e vivem em sociedade, em sala de aula. Assim, as metas educacionais são deveres da administração e de todos os profissionais da rede estadual de ensino. É uma questão de responsabilidade social.

Para tanto, entendemos que o Governo tem o compromisso de oferecer um ensino de qualidade, valorizando os profissionais da educação, ouvindo a comunidade escolar e zelando no dever de promover a construção de uma sociedade livre, democrática e com justiça social. Entendemos ainda, que o processo de desenvolvimento de uma sociedade livre passa pela educação de qualidade, focada na formação integral do ser humano, na construção de valores e na promoção da emancipação social e de cidadania em todo o período que vivemos essa maravilhosa e fantástica experiência de ensino aprendizagem.

Assim sendo, os objetivos e as metas educacionais aqui proposto, são deveres da nossa administração e de todos os profissionais da rede estadual de ensino que devem ser perseguidos. É uma questão de responsabilidade social. Portanto, o nosso Governo tem compromisso de oferecer um ensino de qualidade, valorizando os profissionais da educação, ouvindo a comunidade escolar e zelando no dever de promover a construção de uma sociedade livre, democrática e com justiça social. Para que esses objetivos e metas possam acontecer, propomos as seguintes ações:

- Vamos acelerar a qualificação dos cidadãos amapaenses em todos os municípios do estado ampliando a permanência e anos de estudo da população, com uma forte articulação com a educação básica (Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio) e ensino superior. Vamos articular política e administrativa para indução educacional em parceria com todos os municípios do Estado;
- Vamos aumentar os investimentos na educação para 30% da receita dos impostos e transferências, em decorrência da necessária expansão da educação integral que garanta o pleno desenvolvimento

dos sujeitos em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social, cultural, pessoal e profissional. Para tanto, vamos também investir em formação e projetos pedagógicos, tecnologia (acesso à Internet wireless nas unidades da educação, computadores e tablets), acervo de livros nas bibliotecas;

- Vamos apoiar e garantir em parceria com todos os municípios que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até 2030, buscando erradicar o analfabetismo. Bem como, vamos mobilizar e efetivar uma política de educação de jovens e adultos (EJA e ENCCEJA) que gere uma taxa de alfabetização próxima a 100%. Para tanto, o nosso governo vai garantir o acesso a todos a Educação de Jovens e Adultos (EJA): vamos melhorar, cada vez mais os programas que atendem a esta população, dando suporte à profissionalização através da conclusão escolar os capacitando para o mundo do trabalho;

- Vamos apoiar e articular a participação e a integração dos pais na escola, pois entendemos que os pais dos estudantes são aliados importantes da escola porque compartilham os mesmos objetivos. Para tanto, vamos garantir a participação dos pais dos alunos no planejamento e das decisões de gestão das escolas, assim como na apreciação dos resultados obtidos pelos filhos e pela escola. Bem como, vamos investir nas reuniões de pais e mestres, nos conselhos de classe e de escola, além de ampliar as situações de diálogo entre a escola e a comunidade;

- Vamos garantir o direito a todas as pessoas com deficiência ou necessidades especiais uma educação inclusiva de qualidade em todas as escolas do estado, bem como, uma educação de inclusão social, cultural e pessoal de respeito à dignidade e diversidade humana. Assegurando o acesso à uma educação especializada aos educandos com necessidades educacionais especiais, com Investimento na capacitação dos profissionais da educação. Vamos garantir ainda, a acessibilidade em todas as Escolas do Estado, adaptando as estruturas físicas das escolas com equipamentos necessários à acessibilidade dos alunos com necessidades especiais;

- Vamos promover uma verdadeira revolução na educação básica, para tanto, vamos levar com seriedade o investimento na formação e qualificação dos professores, a partir do que preconiza

a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), estruturando em todo o estado as etapas e modalidades de ensino (a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos, o Ensino Médio e o Educação para Jovens e Adultos (EJA) e o Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Bem como, vamos transformar a carreira do professor numa das mais prestigiadas e desejadas pelos nossos jovens;

- Vamos construir novas Escolas Estaduais e ampliar-reformar as escolas já existentes para atender as demandas existentes, serão construídas novas escolas, bem como serão ampliadas e reformadas as unidades de ensino, com o intuito de melhorar o ambiente dos alunos;

- Vamos ampliar a oferta de vagas nas Escolas Estaduais e Municipais, com a construção das novas escolas e com as melhorias que serão realizadas nas escolas, bem como, com apoio a todas as Secretarias Municipais de Educação do Estado, vamos proporcionar a criação de mais vagas na educação fundamental e médio;

- Vamos priorizar a qualidade e a variedade dos alimentos da merenda escolar com a intensificação de uso de alimentos na merenda escolar mais produtos da regional e local, provenientes da agricultura familiar, proporcionando uma alimentação balanceada para atender as necessidades das nossas crianças e adolescentes;

- Vamos ampliar a educação em tempo integral de forma progressiva com as ações de contra turno: para os alunos serão ampliadas com o desenvolvimento de atividades de reforço escolar, esportivas, artísticas e culturais, utilizando a estrutura existente nas escolas estaduais;

- Vamos melhorar a estrutura e o acervo das bibliotecas nas Escolas Estaduais: a estrutura física das bibliotecas nas escolas municipais será ampliada e também serão adquiridos novos livros, com o objetivo de atualizar, diversificar o acervo bibliográfico e proporcionar um ambiente mais agradável para leitura e pesquisas;

- Vamos interligar todas as unidades de ensino do estado e modernizar os equipamentos de informática de todas as unidades de ensino que serão interligadas entre si, com sistema de rede via fibra óptica. Além disso, serão adquiridos novos computadores para

a utilização de alunos e professores, contribuindo com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem;

- Vamos realizar melhorias no Transporte Escolar, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos alunos da rede estadual de ensino que utilizam o transporte, principalmente os estudantes da área rural e os mais carentes, o Estado realizará melhorias e ampliará a frota de ônibus escolares;

- Vamos Intensificar as ações de formação continuada para os profissionais da educação:

a Secretaria Estadual de Educação promoverá diversos cursos, oficinas, palestras e fóruns, incentivando a participação dos profissionais da educação, visando a sua capacitação, qualificação e valorização do profissional de educação;

- Vamos realizar concurso público para a área da educação, para atender as necessidades e carências das unidades de ensino, o Governo do Estado realizará concurso público para a contratação de professores, educadores e pedagogos, aumentando o número de profissionais da educação em todo o Estado;

- Vamos informatizar a gestão acadêmico-pedagógica e administrativa de toda a educação,

com o objetivo é modernizar os equipamentos de informática utilizados e implantar um sistema informatizado completo que possa gerir toda a Secretaria Estadual de Educação e suas unidades, dispondo de informações completas e consistentes em tempo real. O sistema deverá ainda integrar alunos, pais e profissionais da rede educacional para melhorar a qualidade de ensino;

- Vamos manter e ampliar projetos extracurriculares nas unidades de ensino. A Secretaria Estadual de Educação incentivará-proporcionará condições para a realização de projetos como Hortas Comunitárias, Música-Fanfarras, Pedagogia Hospitalar e Educação para o Trânsito, por meio de um trabalho, intersetorial entre as secretarias estaduais.

- A partir destes eixos, são definidas as seguintes ações para composição do Plano de Governo:

- Vamos incentivar a criação e a implantação de projetos para

aumentar o vínculo dos alunos com a escola e/ou com o que está sendo ensinado e que contribuam para o ensino de excelência nas escolas. Para tanto, o nosso governo também vai incentivar a promoção a inclusão digital e tecnológica das crianças, jovens e adultos amapaenses, introduzindo, desde o primeiro ano do ensino fundamental até o ensino médio, com a infraestrutura necessária, o trabalho com as linguagens digitais;

- O nosso governo vai intensificar e garantir mais investimentos na educação do campo, indígena e quilombola, desenvolvendo políticas voltadas à formação de professores, construção e reforma de escolas, transporte e alimentação escolar para esses segmentos;

- O nosso governo vai instituir o Programa Paz e Defesa da Vida nas Escolas, com a implementação de políticas voltadas à superação da violência e para a promoção de uma cultura de convivência pacífica nas escolas. Para tanto, vamos propor uma Escola com Ciência e Cultura, transformando as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural;

- O nosso governo vai aprimorar as ações de educação para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade serão fortalecidas. Serão ainda massificadas políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTfóbica;

- O nosso governo intensificará o investimento no ensino médio e no ensino superior com a ampliação dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação. As escolas públicas e a universidade estadual serão fortalecidas, interiorizadas e expandidas com qualidade e financiamento permanente. Serão recompostos os orçamentos das escolas e da universidade estadual, e o Programa Estadual de Assistência Estudantil será fortalecido;

- Vamos construir, reformar e equipar laboratórios de aprendizagem avançada em letramento, matemática, química, física e ciências naturais e biológicas, desenvolvendo projetos inovadores no ensino destes saberes, além de outros projetos inovadores que possibilitem o ingresso das TICs na sala de aula e implantar laboratórios multimidiáticos;

- Vamos apoiar e promover a educação infantil, na perspectiva da educação integral, retomaremos e ampliaremos intensamente o apoio e a colaboração com municípios para ampliação com qualidade das vagas em creches, além de fortalecer as políticas voltadas para a pré-escola;

- Vamos também promover a inclusão digital e tecnológica das crianças amapaense, dos jovens e adultos, introduzindo, desde o primeiro ano do ensino fundamental, ensino médio/EJA e universitário, com a infraestrutura necessária, o trabalho com as linguagens digitais;

- Vamos transformar nossas escolas em ambientes de criação e desenvolvimento da curiosidade no sentido de criar melhores condições de aprendizagem. Para tanto, vamos investir na ampliação da oferta de educação de tempo integral, sobretudo nos municípios mais vulneráveis de nosso estado;

- Vamos dar um novo e aprimorado tratamento à Educação de Jovens e Adultos – EJA, retomando a centralidade das ações de redução do analfabetismo, ampliando vagas e retomando as políticas de assistência estudantil que possibilitam a conclusão dos estudos;

- Vamos garantir aos estudantes uma educação integral, por meio de projetos pedagógicos que permitam o acesso ao estudo do português e da matemática, aos fundamentos das ciências, da filosofia, da sociologia e das artes, à educação física, à tecnologia, à pesquisa, em integração e articulação com a formação técnica e profissional;

- Vamos apoiar os municípios na ampliação do acesso, garantia de permanência e melhoria da qualidade do ensino, com especial atenção ao ensino noturno. Será apoiada e induzida a expansão de novos modelos de ensino médio em tempo integral, ampliando a carga horária e tornando as ciências, a tecnologia, as humanidades e as artes uma experiência escolar mais atrativa;

- Vamos promover a formação continuada de professores em torno da educação integral, englobando as dimensões pedagógica e administrativa. Bem como, vamos qualificar os professores, melhorando a indução e os processos de acompanhamento no período de estágio probatório;

3.2.1 - Educação no trânsito:

No Brasil, os acidentes no trânsito representam a principal causa de morte de crianças entre 0 a 14 anos. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 6 mil crianças até 14 anos morrem e 140 mil são hospitalizadas anualmente no país, representando 63 milhões de reais, gastos na rede do Sistema Único de Saúde (SUS). As pesquisas realizadas demonstram a necessidade de uma tomada de atitude através de medidas urgentes, sobretudo educacionais, com o intuito de mudar essa situação, pois segundo as Diretrizes Nacionais para Educação no Trânsito, a inclusão desse tema como abordagem transversal às áreas curriculares torna-se imprescindível e necessária.

De acordo com outros dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2008), 1 milhão de crianças entre 0 e 14 anos morrem em decorrência de acidentes todos os anos ao redor do mundo e cerca de cinquenta milhões ficam com sequelas permanentes. As estatísticas mencionadas demonstram a urgência da adoção de medidas, sobretudo educacionais, com o intuito de reverter essa situação, pois a inclusão do trânsito como tema transversal às áreas curriculares torna-se imprescindível, visto que o trabalho permanente na escola possibilitará mudanças de atitudes que contribuirão para garantir a segurança das crianças no espaço público.

Nesse sentido, a educação no trânsito em nosso governo será uma prioridade, posto que a educação é um instrumento primordial para minimizar as estatísticas negativas em relação à incidência de pessoas lesionadas ou mortas diariamente nas grandes cidades, a abordagem sobre o Trânsito necessita ser amplamente difundida nas escolas, pois isso é de suma importância, diante da constante violência enfrentada nas ruas e estradas de nosso Estado, levando-se em conta que iremos formar cidadãos responsáveis e conscientes do seu papel, transformando-se assim em disciplina obrigatória em todas as escolas de nosso estado, lançando mão de metodologia de fácil acesso para toda a comunidade escolar. Para tanto, propomos seguintes ações:

- Vamos tornar o trânsito mais humano com uma motivação na perspectiva educativa que reflita na motivação da escola como um todo, da família e de todo o espaço de trânsito, estendendo-a

transversalidade a muito além da alfabetização e do Ensino Fundamental e Médio, ou seja, na dimensão do ser humano de forma totalitária, atingindo-o no que ele tem de mais importante: cidadania, ética e respeito, que são elementos organizadores de uma instituição social;

- Vamos estabelecer por meio do Departamento Estadual de Trânsito do Amapá-DETRAN-AP, anualmente, os temas e os cronogramas das campanhas de âmbito Estadual que deverão ser promovidas por todos os órgãos ou entidades do Sistema Estadual de Trânsito, em especial nos períodos referentes às férias escolares, feriados prolongados e à Semana Nacional de Trânsito;

- Vamos trabalhar para uma compreensão e a importância da Educação para o Trânsito como parte integrante do cotidiano das pessoas em relação a sua necessidade de locomoção, comunicação e, sobretudo, convívio social no espaço público;

- Vamos sensibilizar os educandos quanto à importância de agir com consciência e responsabilidade no ato de transitar tendo como respaldo a aquisição de valores, posturas e atitudes na conquista de um ambiente solidário e pacífico entre os indivíduos, uma vez que o trânsito não necessita somente de leis e normas, mas também de amor à vida, solidariedade, respeito e amor ao próximo.

3.3 - Política de Gestão Pública da Assistência Social:

No Brasil, o ordenamento legal vigente tornou relevante para a construção de um processo de desenvolvimento com equidade, a prática de ações que efetivem os direitos sociais, na educação, na saúde, no trabalho, no lazer, na segurança, na previdência social, na proteção à maternidade e à infância, na assistência aos desamparados. Assim sendo, o nosso Governo tem o compromisso de fortalecer os equipamentos de assistência social, consolidando cada vez mais programas, projetos e serviços e uma rede socioassistencial composta por unidades públicas e pela rede não governamental conveniada.

Por entendermos que a rede socioassistencial é uma política social constituída por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que compõem a responsabilidade do Estado assistir o

seu povo com serviços que são prestados diretamente ao cidadão ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos. Nesse sentido, fazer valer e se cumprir o Artigo 203 da Constituição Federal que é uma das tarefas do poder público, pois significa devolver aos jovens o seu futuro, garantir crianças na escola, incluir pessoas portadoras de deficiência na vida social, melhorar a qualidade de vida do idoso e resgatar, nos pais e mães, a dignidade de poderem prover suas famílias, qualificando para o trabalho e realizando a inclusão social, econômica, pessoal, produtiva e profissional.

Como vimos anteriormente que a norma constitucional atribuiu aos governos à responsabilidade das políticas públicas de assistência social, de saúde e a manutenção de programas de educação do ensino básico (infantil, fundamental e médio), não suprimindo as demais responsabilidades do governo, no papel de gestor da promoção do desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. Em assim sendo, o acesso as questões básicas como alimentação, moradia, ambiente saudável, cultura, esporte e lazer, educação, segurança pública e direito ao emprego devem ser assegurados a todo cidadão amapaense, pois esses são direitos essenciais que promovem e garantem o desenvolvimento do ser humano e da população em geral.

Em nosso governo vamos fazer um pacto estadual com todos os 16 municípios para a promoção dos direitos sociais de toda a população amapaense. Para tanto, vamos fortalecer com investimentos o estado e seus municípios na divisão de responsabilidades na oferta de serviços públicos para a promoção dos direitos sociais de todos. O nosso governo vai ampliar a oportunidade de novas políticas sociais em parceria com os municípios.

Portanto, o nosso governo vai recuperar a capacidade do Estado retomar e ampliar os grandes projetos sociais do governo federal tais como: o Bolsa Família, as políticas de apoio à agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis, o Minha Casa Minha Vida, a Farmácia Popular e outros programas essenciais para os direitos da população mais pobre do nosso Estado. Assim sendo, no nosso governo vamos garantir para a área social as seguintes propostas e ações:

- PROPOSTA DE NOSSO GOVERNO PARA AREA DA ASSISTENCIA SOCIAL.

- Vamos revitalizar, reestruturar e ampliar os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do Estado visando melhorar o atendimento para aqueles que utilizam os serviços oferecidos pela Secretaria de Inclusão e Mobilização Social-SIMS, os CRAS serão reestruturados com a aquisição de máquinas e equipamentos, melhorias nas instalações e demais benfeitorias, beneficiando os profissionais e as pessoas que buscam auxílio;

- Vamos aprimorar os CRAS existentes por meio de capacitação continuada das equipes nas atividades socioeducativas tais como cultura do direito, prevenção de violações, participação popular e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de crianças, adolescentes, jovens e idosos. Para tanto, vamos garantir adequado dimensionamento das equipes e equipamentos adequados, reformados e seguros;

- Vamos incrementar o programa do Governo Federal Bolsa Família, aumentando os benefícios para os mais necessitados e com a criação de valores complementares pelo estado. Bem como, vamos dar prioridade à primeira infância: Promoveremos a integração de programas sociais, de saúde e educação, do período pré-natal até os seis anos de idade, para que nossas crianças possam ter, de fato, igualdade de oportunidades;

- Vamos elaborar e implementar um programa de combate à desnutrição e mortalidade infantil, através da criação do corpo de vigilância nutricional do Estado do Amapá, que será responsável pelo levantamento e cadastramento das crianças de 0 a 5 anos, com maior risco de vida, bem como diagnóstico da condição sócio econômica e pela definição das ações mais adequadas para o caso;

- Vamos criar programas de alimentação alternativa visando ao fornecimento de complemento alimentar e nutricional e inserir as crianças em vulnerabilidade social do estado. Bem como, vamos implantar o Projeto Voluntário Social, com o objetivo de captar recursos voluntários, sem ônus para o estado, para o desenvolvimento e a ampliação de abrangência dos programas e projetos na área social do estado em parcerias com a Universidade Federal do Amapá, a Universidade Estadual, Faculdades e empresas privadas do estado;

- Vamos ampliar os cursos gratuitos para a população como os

cursos de informática, oferecidos gratuitamente, serão aprimorados, visando promover a inclusão digital em todos os municípios de atuação dos CRAS, bem como realizaremos cursos gratuitos para a população em parceria com outros órgãos e instituições governamentais e não governamentais;

- Vamos ampliar as ações dos Grupos de Convivência da 3ª Idade para a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, incentivando e apoiando as ações que todos os Município já realizam com os grupos de convivência. Neste sentido, teremos mais atividades que valorizem e fortaleçam a inserção social dos idosos;

- Vamos fortalecer as parcerias com os Centros de Acolhimento com a intensificação das parcerias entre os órgãos públicos e privados que atuam na área social, integrando às ações da Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social (SIMS), com os centros de acolhimento destinados às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Bem como, vamos capacitar permanentemente os profissionais que atuam nestes centros por meio de cursos e palestras;

- Vamos fortalecer o Programa/Projeto Guarda Mirim da Polícia Militar, o Governo do Estado fortalecerá o Programa Policial Mirim, com o intuito de continuar promovendo a formação pessoal, o desenvolvimento social, educacional e profissional dos adolescentes que são inseridos no mercado de trabalho por empresas parceiras;

- Vamos incentivar as ações de voluntariado, incentivando as pessoas a colaborarem com o seu município-comunidade-bairro, auxiliando escolas, hospitais, casas de longa permanência para idosos e outras instituições, com a orientação e acompanhamento de assistentes sociais, psicólogos e demais profissionais do Governo do Estado;

- Vamos garantir assistência social a crianças, adolescentes, adultos e idosos que necessitarem dos serviços, programas e projetos sociais. Bem como, vamos implementar e aperfeiçoar o Plano Estadual para erradicação do trabalho infantil e quaisquer formas de exploração com esse público, fortalecendo o combate ao trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes;

- Vamos estimular e apoiar a criação de conselhos municipais

e comunitários para que sejam levantadas as demandas reais dos municípios em áreas urbanas, rurais e comunidades ribeirinhas. Bem como, vamos implantar programa de requalificação e qualificação profissional para os jovens, adultos e idosos em parceria com Sistema S (SESI, SENAI e SENAC);

- Vamos implementar e aperfeiçoar o Programa social para as mulheres vítimas de violência doméstica com ampliação do número de centros de atendimentos e acolhimento. Bem como, vamos ampliar as Unidades de Fortalecimento dos vínculos familiares e Comunitários;

- Vamos fomentar a aplicação da política social nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Sociais, reformando e ampliando o número de Unidades em todo o estado. Bem como, vamos melhorar com a requalificação da infraestrutura com a reforma e ampliação do CESEIN - Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Masculina do Estado do Amapá e do CIFEM - Núcleo de Medida Socioeducativa de Internação Feminina;

- Vamos fortalecer e apoiar o Sistema Único de Assistência Social Municipais de todo o Estado. Bem como, vamos apoiar o desenvolvimento comunitário em todo o estado. Assim como, vamos manter e ampliar o programa de formação continuada para os profissionais da rede sócio assistencial do estado (governamental e não-governamental) e conselheiros de políticas públicas;

- Vamos aprimorar e apoiar as iniciativas estaduais de respeito a diversidade que acolhe, respeita e valoriza as diferenças. Para tanto, vamos aprimorar e apoiar todas as Políticas de inclusão da Diversidade, que nos orienta a promovê-la e a sermos cada dia mais inclusivos;

- Vamos fortalecer e ampliar as políticas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio de ação conjunta de todos os órgãos e instituições estaduais e municipais que defendem e integram o sistema de garantia de direitos;

- Vamos intensificar a abordagem de criança e adolescente em situação de rua garantindo o retorno assistido à convivência familiar. Bem como, vamos criar um programa de valorização do ser humano, sua integração na sociedade e ao pleno exercício da cidadania;

- Vamos desenvolver programas sociais de inclusão para atender os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) de todo o estado tais como, os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos e os pescadores artesanais;

- Vamos incentivar e apoiar o crescimento do nosso estado com a geração de empregos e renda, com a implementação de políticas de transferência e complementação de renda e aumentar a escolaridade são as principais formas de incluir a parcela da população que vive abaixo da linha nacional de pobreza em nosso estado;

- Vamos erradicar a pobreza absoluta em todo o Estado do Amapá por meio da ampliação da transferência de renda às famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família (PBF) e do acesso aos serviços públicos de assistência social, saúde, educação e moradia;

- Vamos ampliar as Redes de educação e proteção constante às crianças e jovens. Combatendo a violência e as drogas, sem crianças e jovens desprotegidos na rua. Para tanto, vamos implantar o programa Portal do Futuro, uma rede de educação integral formada por escolas integrais, contra turnos e centros integrados de educação, cultura, esporte, ciência e profissionalização;

- Vamos ampliar as parcerias com o governo federal-Ministério da Cidadania por meio da assinatura de convênios de cooperação técnica na área da assistência social. Bem como, vamos criar Programas de inserção das pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família para o mundo do trabalho e do empreendedorismo, tal como o Pronatec do Governo Federal;

- Vamos ampliar a qualificação profissional dos adolescentes na modalidade aprendiz (pós 14 anos). Bem como, vamos reordenar e ampliar o fluxo de atendimento das políticas sociais com os sistemas de justiça e segurança pública do Estado;

- Vamos implantar programa intersetorial de saúde mental, trabalho, geração de renda e assistência social para atendimento à população de rua. Bem como, vamos qualificar o atendimento às famílias com crianças sob medida de proteção em razão de violação de direitos no âmbito familiar;

- Vamos promover campanhas educacionais de educação preventiva contra as drogas. Bem como, vamos criar ou ampliar o número de unidades e centros de reabilitação para jovens em situação de dependência química;

- Vamos ampliar casas abrigos para jovens que devem cumprir medidas socioeducativas devidamente equipadas para permitir a sua reinserção social. Bem como, vamos aprimorar os serviços especializados para pessoas em situação de risco, como população de rua, mulheres vítimas de violência, crianças e adolescentes, homossexuais, lésbicas e travestis;

- Vamos implantar e reordenar os CREAS nas regionais municipais, com equipes de referências especializadas. Bem como, vamos fortalecer as parcerias com entidades não governamentais para assegurar a universalização do acesso a programas sociais exigidos pelo atendimento personalizado ao usuário;

- Vamos ampliar e aprimorar o acolhimento à mulher vítima de violência, mulheres com filhos, pessoas idosas e com deficiência, conforme legislações específicas. Bem como, vamos valorizar os servidores públicos do Estado com apoio e acolhimento psicossocial;

- Vamos reordenar e ampliar a rede prestadora de serviços mediante estabelecimento de novos padrões de relação institucional entre o governo estadual e as entidades não governamentais, tendo como fundamento a complementaridade do papel do estado e a constituição da rede de proteção sócio assistencial;

- Vamos investir fortemente na capacitação dos atores da política pública de assistência social, a fim de se assegurar a melhoria da gestão, considerando-se todas as instâncias do sistema descentralizado e participativo, bem como as realidades locais;

- Vamos fortalecer os conselhos, as conferências e os fóruns de assistência social como espaços de democratização, negociação de consensos e de gestão compartilhada. Bem como, vamos aprimorar o sistema de informações, monitoramento e avaliação da política pública de assistência social em todo o Estado;

- Vamos respeitar a diversidade humana no que se refere a gênero, cor, raça, etnia. Para tanto, vamos combater toda forma de discriminação e adotar um conjunto de ações afirmativas no âmbito do poder público estadual;

- Vamos capacitar e sensibilizar gestores, operadores de direito e agentes públicos com ênfase nas relações de raça, religião de matriz africana, etnia, gêneros, orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos;

- Vamos implantar na estrutura das instituições de defesa social ouvidorias que atuem como centros de referência contra a discriminação objetivando o acolhimento, orientação, apoio e encaminhamento de denúncias de crimes contra esta população;

- Vamos planejar ações de assistência social, tendo como centro a família, a comunidade e a igreja como parceiras na construção de uma sociedade comprometida com o bem comum. Bem como, fortalecer e ampliar o atendimento dos programas contra todas as formas de violência familiar, abuso, maus tratos, exploração sexual.

3.4 - Política de Gestão Pública da Segurança:

A segurança pública atualmente está entre as principais demandas e preocupações da sociedade brasileira e principalmente da sociedade amapaense. Pois vejamos, segundo dados do Atlas da Violência do Brasil, o qual é elaborado a partir de uma parceria entre o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e o Instituto de Econômica Aplicada (Ipea) e tem como base de dados os números apresentados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, aponta que o Estado do Amapá está entre os estados mais violentos do país e do mundo. E o que é pior, os dados nos dá um retrato cruel e trágico quando aponta que uma boa parte de uma juventude do estado é perdida para o crime e para a violência.

Só para ser ter uma ideia do tamanho e da dimensão dessa tragédia, dos 426 homicídios registrados em 2018 no Amapá 65% deles, ou 279, tiveram como vítimas jovens e adolescentes na faixa etária entre 15 e 29 anos. Fato esse, que colocou o nosso Estado com as maiores taxas de mortes de jovens do país nesse período,

onde a quantidade subiu 15,5% entre 2017 e 2018. O estado teve o 4º maior indicador, registrado 115,7 homicídios a cada grupo de 100 mil habitantes entre 15 e 29 anos. Contando apenas jovens do sexo masculino, a taxa praticamente dobra, chegando a 224,8 mortes. Na variação de mortes entre 2017 e 2018 nessa faixa, o Amapá teve alta de 18,2%, enquanto que em todo o país houve queda de 13,7%. Fatos esses que se mantem ainda hoje.

Portanto, como percebemos acima, esse fenômeno da violência e criminalidade em nosso estado é gravíssimo e o estado precisa mais do que nunca e urgente dar uma resposta para solucionar esse grave problema social. Na segurança pública os problemas relacionados à área são crescentes e complexos, ocasionados entre tantos fatores, em decorrência de um desajuste social, bem como por uma urbanização desordenada de suas cidades e muito, pela falta de emprego e renda para a esta população. Entende-se que a administração estadual tem papel relevante e primordial na busca de soluções para frear este flagelo da insegurança em que vivemos.

Para tanto, o nosso governo propõe um modelo de gestão solidária e participativa da segurança pública. Vamos propor junto à comunidade, alternativas para o enfrentamento desta que é sem dúvida uma das maiores preocupações dos cidadãos amapaenses. Uma delas, é promover junto ao governo federal parcerias para a prática de ações buscando um maior nível de segurança e um melhor atendimento, disponibilizando equipamentos e pessoal da própria administração estadual. Vamos buscar implantar uma segurança pública eficiente e cidadã, pois a atuação do Estado na segurança pública tem se revelado falha e precisa ser aprimorada. É preciso retomar a linha mestra da segurança cidadã, ou seja, de uma polícia cidadã, reconhecendo avanços obtidos em importantes experiências acumuladas de outras administrações e aprimorando a abordagem sobre os temas que mais afetam a segurança da população.

As pessoas precisam andar sem medo pelas ruas das cidades de nosso estado. Mulheres e crianças devem estar protegidas em suas casas e vizinhanças. Para tanto, vamos oferecer segurança às pessoas, de maneira enérgica e comprometida com a legalidade, é prioridade no nosso governo. Vamos combater de forma implacável à impunidade e ao crime organizado será combatido à base de inteligência e valorização da autoridade policial em nosso estado. A efetividade das políticas de segurança pública depende

fundamentalmente da capacidade do Poder Público articular os programas e ações específicos com as políticas sociais, ofertadas de forma integrada pelo estado e pelos municípios. Nesse sentido, propomos uma ampla mobilização do poder público estadual e municipal de modo a ampliar e qualificar a prestação de serviços públicos em educação, saúde, empregos, cultura, esporte e lazer, entre outras.

Vamos criar em nosso Governo o Plano Estadual de Redução de Homicídios e Combate à Impunidade. Pois, como percebemos pelos dados do Atlas da Violência, o quadro atual da segurança pública é devastador. Pois esses números que colocou o Amapá na ponta entre os estados mais violentos do país e do mundo são bastante preocupantes. São pelo menos três indicadores preocupantes em relação aos homicídios, latrocínios, mortes em decorrência de intervenção policial e lesões corporais. Segundo esses mesmos números, o Amapá é, proporcionalmente, o 6º estado mais violento do Brasil, e Macapá a 5ª capital com maior incidência de mortes violentas. O Atlas considerou ainda um ranking divulgado por uma organização internacional que colocou a capital como a 40ª cidade mais violenta do mundo. E, o que é pior, dentro desse quadro, as vidas ceifadas são, em grande medida, de pessoas jovens, negras e moradoras da periferia e áreas de ressacas.

Portanto, a prioridade da nossa política de segurança pública vai ser a redução expressiva de mortes violentas destes jovens. A criação de um Plano Estadual de Redução de Homicídios é urgente, tendo como referência os diagnósticos e o fortalecimento de sistemas de informação e inteligência das forças de segurança, a exemplo do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança Pública – SINESP e a volta do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), experiência inovadora de administrações passadas e que foi bastante exitosa. Assim sendo, serão adotadas políticas intersetoriais que deem qualidade aos serviços públicos nos municípios mais vulneráveis e que tragam atenção à situação de crianças, jovens, negros, mulheres e população LGBTI+, com prioridade para a juventude negra, que vive nas periferias e áreas ressacas de nossas cidades, que são vítimas de um verdadeiro extermínio.

Associadas a tudo isso, nosso governo vai criara e adotar novas medidas para diminuir os índices de feminicídio e conferir

proteção integral às mulheres vítimas de violência doméstica, com ações preventivas, delegacias funcionando 24 horas por dia, disponibilização de tecnologia acolhimento em casas abrigo. Além disso, nas investigações policiais e nos processos judiciais, é preciso perseguir incansavelmente a meta de aumentar o esclarecimento da autoria dos casos de homicídios e latrocínios. Hoje, a taxa de solução desses crimes é muito baixa em nosso estado, aproximadamente menos de 10% dos homicídios investigados tem a autoria descoberta. Nesse contexto, faz-se necessário uma rigorosa política de controle e monitoramento da violência e criminalidade pela inteligência policial no nosso estado deve ser aprimorada e reforçada.

Nesse sentido, em nosso governo vamos equipar melhor a polícia, para que o Estado cumpra seu dever de oferecer segurança pública eficiente e de qualidade a todos os seus cidadãos. Vamos modernizar e requalificar a infraestrutura do sistema institucional de segurança, pois entendemos que é urgente, não pode mais ser adiada. Nesse contexto, vamos fortalecer a polícia científica e valorizar o profissional da segurança, com melhores salários, capacitação adequada, seguro de vida, habitação, assistência e previdência dignas. Para dar segurança o policial precisa ter segurança. Quanto maior a confiança da população na polícia maior a eficiência.

Entendemos que o policiamento ostensivo de combate a esta violência e criminalidade deve guardar isonomia de tratamento dos cidadãos, em especial nas periferias e áreas de ressacas de nossas cidades, estruturando-se um controle externo efetivo com maior transparência. Essas mudanças devem se dar a partir de um debate em todo o Estado, estimulado pelo governo estadual e envolvendo todos os 16 municípios e o conjunto da sociedade civil organiza, visando rever a distribuição de responsabilidades entre o estado e seus municípios e o modelo policial (art. 144 da CF) e nos adaptarmos às exigências de uma sociedade complexa e democrática e , plural que enfrenta os desafios do século XXI.

Entendemos ainda, que a redução dos alarmantes índices de mortes violentas no nosso estado e de segurança nas ruas passa também pela construção de um sistema de inteligência fundado em alta tecnologia, monitoramento de nossas fronteiras, qualificação dos profissionais de segurança, bem como pelo combate implacável

à violência e criminalidade em todos os níveis. A capacidade de apuração de crimes e, portanto, de redução de impunidade, está diretamente ligada ao sucesso de uma Política Estadual de Redução de Homicídios. Assim como, vamos prevenir a violência por meio de campanhas informativas educativas anuais.

Em nosso governo vamos implantar ainda, uma nova política sobre drogas, pois entendemos que a atual política de repressão às drogas é equivocada, injusta e ineficaz em nosso estado, tal qual é em nosso País. Esse será o nosso maior desafio a ser alcançado em favor do presente e do futuro de nossas crianças e jovens de nosso estado. Hoje, o nosso país e o nosso estado não são diferentes em relação ao combate as drogas em todo o País, prendem mais pessoas não violentas, não organizadas e desarmadas, do que homicidas, traficantes de armas e lideranças do crime organizado, que já se consolidaram em nosso Estado. Como consequência disso, vamos ver o agravamento da já desumana condição de nosso sistema prisional, que funciona como recrutamento em massa de mão-de-obra para facções criminosas.

Para tanto, faz-se a urgência em alterar a lógica da política de drogas, para combater o que de fato é prioritário: o poder do crime local armado exercido sobre os municípios e comunidades mais vulneráveis. É preciso enfrentar a rede que o tráfico local-estadual, nacional e internacional promove. Pois como sabemos, o dinheiro decorrente do tráfico alimenta várias esferas da economia, viabiliza o acesso a armas em grande quantidade – que favorecem a violência letal – e financia a corrupção e outras atividades criminosas. Precisamos priorizar por meio de parcerias de nossas forças de segurança e a Polícia Federal, o rastreamento do dinheiro sujo, para suprimir o financiamento do tráfico.

O nosso Estado precisa olhar atentamente para as experiências internacionais de política sobre drogas. É urgente promover medidas consistentes de prevenção da violência, evitando o recrutamento de nossos jovens vulneráveis pelo crime. Só para se ter uma ideia, segundo dados do IBGE-AP, o Amapá tem um contingente de aproximadamente mais de 600 mil jovens até 24 anos de idade, esses números são de um total de 861,7773 mil habitantes estimados para o estado em 2020, verifica-se que essa população de jovens é mais da metade de toda a população de nosso estado. Evidentemente esses jovens estão na sua grande maioria em

situação de alta vulnerabilidade social. Por isso, é fundamental que o Poder Público Estadual possa assegurar perspectivas de futuro para as juventudes, oferecendo-lhes educação, cultura, capacitação profissional, valorização e alternativas atraentes de integração à vida social, pessoal e profissional com vistas ao mercado de trabalho.

Em paralelo a todo esse quadro desfavorável de nossa segurança pública, entendemos que o governo federal deve assumir suas responsabilidades também em nos ajudar no enfrentamento dessa violência e criminalidade que, tendo origem transnacional em relação ao tráfico de drogas, afeta a segurança do estado e seus municípios. Isso permitirá uma experiência inovadora de atuação da Polícia Federal, em parcerias com o Estado e seus municípios, no ciclo completo na cadeia do crime. Como a Polícia Federal já atua na cooperação internacional, no controle de fronteiras e armas, e na repressão interestadual, o que a habilita a atuar no enfrentamento do crime organizado, do financiamento associado, em todas as modalidades criminosas de grande vulto que incidem sobre os nossos maiores centros urbanos, mas cujas dinâmicas extrapolam limites e competências de nossas forças de segurança pública.

Portanto, a nossa proposta na área de segurança pública vai estar vinculada a medidas de prevenção ao uso de drogas nas áreas de saúde e educação. No âmbito da saúde, é preciso incentivar a abordagem científica e atualizada à luz dos protocolos reconhecidos internacionalmente como mais avançados e eficazes, fortalecer a rede de atenção psicossocial, permitir políticas de redução de danos e atuar com sensibilidade para abordar de diferentes e flexíveis formas a prevenção em relação a grupos sociais distintos.

Na educação, nosso governo vai garantir que a comunicação com os adolescentes e jovens seja eficiente. Priorizará a dimensão do ensino e aprendizagem que dialogue com a vida real do estudante é fundamental, de modo que a abordagem científica deve partir dos problemas experimentados no cotidiano. Pois entendemos que a prevenção passa pelo estabelecimento de políticas voltadas à primeira infância - de modo a garantir educação, saúde e cuidados para nossas crianças - e de formação continuada, para profissionais de educação nos três níveis de ensino, além de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de drogas alinhados às diretrizes curriculares estadual e aos conhecimentos relacionados a drogas.

Vamos ter uma força de segurança pública que coíba a incidência de roubos e furtos em todo o nosso estado. Pois o roubo é um dos crimes que ocorrem em larga escala em nosso estado, sendo uma das maiores causas de prisões depois do tráfico de drogas. O número de roubos e furtos no nosso estado reclama providências urgentes para assegurar que cidadãos e cidadãs caminhem pelas ruas de nossas cidades sem medo de serem assaltados. Para tanto, o policiamento deve chegar antes, para evitar o crime; estar presente durante, para atender na emergência, diminuir os danos e proteger a vítima; e se manter atuante depois, para investigar e responsabilizar os criminosos. Bem como, é preciso dar condições para que a polícia estadual reforça o patrulhamento ostensivo e garanta a paz nas ruas e praças das cidades. Vamos garantir o aumento da presença policial, em especial com o aumento dos quadros da Polícia Militar para que ofereça um combate eficiente contra a violência e a criminalidade.

Em relação ao nosso Sistema Prisional, vamos criar um Plano Estadual de Política Criminal e Penitenciária, para que em conjunto com o sistema de justiça criminal do estado e do governo federal possamos propor ações para solucionar os problemas deste sistema. Para tanto, vamos investir na gestão penitenciária para torna-la capaz de promover reintegração social e não mais a retroalimentação de mão de obra das organizações criminosas. As nossas prisões devem, prioritariamente, tirar o criminoso violento de circulação. Mas, também é preciso investir na implantação de um Plano Estadual de Política Criminal e Penitenciária que assegure a responsabilização dos criminosos, aplicando penas proporcionais aos crimes cometidos, combatendo a impunidade. Bem como, garanta a todos os presos uma reeducação-ressocialização mais humanizada.

Para tanto, nosso Plano propõe ações concretas para o fortalecimento do nosso sistema estadual de gestão penitenciária. Vamos criar uma Escola Penitenciária Estadual para capacitação de gestores desse Sistema, de modo a qualificar a atuação estatal para um modelo que substitua o domínio das organizações criminosas, para um modelo de execução da pena mais humanizando com o intuito de trazer condições e oportunidade de o condenado se recuperar e se ressocializar plenamente. Portanto, o nosso governo enfrentará o grande problema do encarceramento em massa, sobretudo o da juventude negra e da periferia e favelas, diminuindo a pressão sobre o sistema carcerário, trazendo ganhos

reis de economia de recursos.

Com essas ações vamos abrir espaço para que as polícias civil e militar se concentrem na repressão a crimes violentos, com foco na redução de homicídios e para evitar roubos e furtos. Em complemento, o governo implementará políticas de geração de trabalho e renda para jovens de baixa renda expostos ao ciclo de violência e à exploração dos mercados ilegais. No nosso governo o trabalho do preso será uma exigência, bem como o investimento nos estudos, para evitar que seja cooptado para as organizações criminosas, que se formam dentro dos presídios. Bem como, para que se evite e diminua a reincidência no sentido de favorecer novamente ao indivíduo que errou, uma nova chance e oportunidade para recomeçar sua vida longe do crime.

E por último, vamos recriar a experiência exitosa do Sistema Único de Segurança Pública-SUSP. Para tanto, na gestão da política estadual de segurança pública, o nosso governo vai promover a integração de todas as forças de segurança estadual: Polícia Militar, Corpo de Bombeiro Militar, Polícia Civil e Polícia Técnica Científica), com foco em inteligência, priorização da vida, controle de armas, repactuação das relações entre polícias e comunidades, prevenção e valorização profissional dos policiais. Pois, é preciso ajudar as polícias em todos os municípios a ter aparato tecnológico nas delegacias de polícia, permitindo o maior acesso por parte das pessoas e o aprimoramento da investigação.

Nesse sentido, o governo estadual vai liderar o combate à criminalidade e coordenar ações de segurança pública em todo o estado, evitando o bate-cabeças entre as polícias. Para isso, é fundamental implementar plenamente o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. A legislação recém-aprovada é, ademais de problemática, meramente indicativa. Exige, portanto, correção para que seja adequada ao paradigma da segurança cidadã e de participação social. Portanto, o nosso governo se empenhará junto à Assembleia Legislativa para que, com base em um grande debate estadual-Local, e com envolvimento da sociedade e dos profissionais da área - cujas condições de trabalho merecem ser valorizadas - promovam essas alterações. Ao ser posto em prática, o SUSP precisa definir protocolos de organização e atuação, fontes de financiamento vinculadas a contrapartidas de prevenção e redução de crimes violentos e formação de gestores na área.

- Para que a segurança pública seja garantida pela administração estadual, de forma autônoma e eficaz, é preciso adotar algumas providências e ações. Entre estas, destacamos:

- Vamos desenvolver o uma política de segurança pública voltada à prevenção da ordem e repressão da criminalidade, atuando na articulação de políticas públicas de Segurança compartilhadas, através de convênios e outros instrumentos. Bem como, vamos implantar um modelo de gestão na Defesa Civil, priorizando ações preventivas, através de campanhas educativas e projetos com alunos da rede pública e privada;

- Vamos reforma do modelo policial de nosso estado. Para tanto, vamos integrar as forças de segurança para aumentar a nossa capacidade de planejamento e de eficiência das polícias no sentido de aumentar a confiança na Justiça polícia, pois para combater a violência de forma efetiva, é preciso investir em polícias integradas de ciclo completo, que atuem na prevenção e investigação de forma integrada, com controle externo forte e autônomo;

- Vamos atuar na prevenção primária e secundária ao crime nas áreas-municípios mais violentas de todo o estado, com atenção especial aos jovens, que são sua maior vítima. Bem como, vamos criar um Plano Estadual de Redução de Homicídios, priorizando a investigação destes crimes e fortalecendo o controle de armas e munições;

- Vamos reduzir o número de homicídios por meio do Plano Estadual de Homicídios, engajando todos os municípios no Plano para reduzir a taxa de homicídios com ações efetivas de combate à violência e criminalidade pelas forças de segurança pública;

- Vamos recriar-implantar o Sistema Único de Segurança Pública no Estado do Amapá, o SUSP, com objetivo de unificar as polícias civil e militar, as secretarias de Segurança, as guardas municipais e a polícia Federal, para que integrados possam atuar de forma cooperativa, sistêmica e harmônica no combate à violência e criminalidade;

- Vamos combater o crime organizado e o tráfico de armas e drogas com a integração da inteligência de todas as forças de segurança públicas, polícias civil e militar. Bem como, vamos investir

em políticas de prevenção são ações que comprovadamente ajudam a combater a dinâmica criminal em torno do tráfico de drogas de forma mais efetiva. Assim como, vamos investir em programas de prevenção, redução de danos e tratamento, para pessoas que têm problemas com drogas;

- Vamos unificar e integrar as forças de segurança pública do estado, tornando mais efetiva a atuação do contingente em todo o estado no combate à violência e criminalidade. Bem como, vamos criar um sistema padronizado e integrado de gestão de informações, que seja disponibilizado de forma transparente para a sociedade;

- Vamos promover campanhas estaduais de segurança no trânsito, visando transformar o estado em modelo nacional de trânsito seguro. Bem como, vamos criar a Companhia Independente de Policiamento Escolar, com o objetivo de ampliar as rondas escolares preventivas e patrimoniais;

- Vamos implementar estratégias de prevenção da violência contra crianças, adolescentes e jovens, nos 16 municípios do Estado. Bem como, vamos implementar estratégias de prevenção da violência praticada contra as mulheres em todo os municípios;

- Vamos reestruturar e requalificar a infraestrutura com reforma e ampliação do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá - IAPEN. Bem como, vamos fortalecer a gestão do sistema prisional para enfrentamento do crime organizado e da corrupção nos presídios. Assim como, vamos fomentar a implementação de programas de atendimentos a egressos do sistema penitenciário;

- Vamos qualificar gestores públicos da segurança e gestores das forças de segurança para colocar em prática as políticas públicas na área no sentido de tornar o sistema mais eficiente para gerir a segurança pública.

4 – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL

4.1 - Desenvolvimento Econômico:

Para atingir-se um grau de desenvolvimento econômico compatível com a necessidade do Estado é imprescindível identificar suas potencialidades, definir suas vocações e propor intervenções de modo a superar os obstáculos do crescimento. Trabalhar na formulação de políticas públicas, programas e projetos, especialmente de infraestrutura, bem como fortalecer a cooperação econômica local, articulando-se com a iniciativa privada e com o terceiro setor.

Desta forma, os nossos municípios devem ser considerados como unidade de planejamento do desenvolvimento econômico. A valorização das capacidades e potenciais de cada um deles pode gerar estratégias específicas e diferenciadas, portanto, mais adequadas às soluções dos problemas do estado como um todo. Em função disso, deve-se buscar a implantação de um programa que tenha o foco do desenvolvimento municipal e local, como forma de repensar a organização econômica do Estado como um todo.

O Estado do Amapá precisa desenvolver o seu crescimento econômico municipal-local, atrair investimento privado e gerar emprego e renda. Sem crescimento, não se resolvem os problemas econômicos e sociais, e não se combatem as desigualdades. Fazer com que o Amapá desenvolva o seu crescimento é vital para o futuro de todos os amapaenses. Para tanto, propomos as seguintes políticas e ações:

- Vamos priorizar as políticas que permitam que os 16 municípios do estado desenvolvam plenamente as suas potencialidades em áreas como energias renováveis, turismo, indústria, agricultura e economia criativa;
- Vamos abrir a economia e faremos com que o comércio exterior nos próximos 10 anos represente 50% do nosso PIB, isso é vital para alavancar o desenvolvimento de todos os municípios será uma agenda local e Estadual de competitividade dos municípios.

Bem como, vamos transformar o Estado do Amapá num atrativo para empreender e investir na Região Norte;

- Vamos dar prioridade aos investimentos em infraestrutura, em parceria com o governo federal e a iniciativa privada, como fator estratégico para aumento da competitividade da economia do estado e seus municípios como um todo;

- Vamos estimular as parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência a tecnologia e o conhecimento aplicado, em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Estado do Amapá;

- Vamos promover apoio e incentivo ao desenvolvimento da indústria, da economia criativa e da indústria do conhecimento, fomentando o empreendedorismo em áreas de inovação, da cultura, do turismo e, especialmente, em áreas promissoras aqui no estado como a agroindústria;

- Vamos reconhecer as diversas manifestações da cultura amapaense em seu valor intrínseco, como ferramenta de projeção do Estado do Amapá para o Brasil e para o Mundo, como parte da política de desenvolvimento econômico com a agregação de valor do produto cultura;

- Vamos promover e apoiar a Economia solidária e defini-la no conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas na forma de autogestão em todos os municípios do Estado;

- Vamos aproveitar a Economia Solidária em todo o Estado como uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, na forma de uma corrente do bem que integra quem produz, quem vende, quem troca e quem compra;

- Vamos apoiar a Economia Solidária em todo o Estado como princípios de autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário. Bem como, vamos fortalecer o ensino técnico e tecnológico, qualificando os jovens para atuar nessa nova proposta de desenvolvimento de nossa economia;

4.2 - Geração Trabalho, Emprego e Renda:

A organização social é fator determinante ao desenvolvimento, trabalho, distribuição de riquezas e inclusão social, portanto, uma premissa fundamental à construção de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e promotora a dignidade da pessoa humana. Assim sendo, vamos construir um modelo de desenvolvimento que seja capaz de gerar empregos, não apenas em abundância, sobretudo, em qualidade, é o grande desafio que teremos à frente da gestão pública de do Estado do Amapá. Para tanto, propomos as seguintes políticas e ações:

- Vamos promover o desenvolvimento e a diversificação das bases produtivas municipais-locais mediante a intensificação dos diferentes níveis de utilização das vocações e potencialidades de cada município do estado, sobretudo aquelas intensivas em mão-de-obra;
- Vamos incentivar a formação de cooperativas, estimular o empreendedorismo e buscar a capacitação gerencial de pequenos negócios com fortalecimento do microcrédito. Bem com o, vamos promover e estimular abertura e expansão de pequenos negócios que podem ser viabilizados através do crédito popular;
- Vamos desenvolver projetos e programas especiais para trabalhadores portadores de deficiência. Bem como, vamos garantir a ocupação profissional de pessoas com necessidades especiais, oportunizando a inserção de pessoas no mercado de trabalho, por meio da sensibilização dos empresários na disponibilidade de vagas de emprego e também com o acompanhamento a estas pessoas no seu período de adaptação;
- Vamos intensificar a formalização e a capacitação por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (Sete) dos empreendedores, incentivando a abertura de micro e pequenas empresas visando a qualificação de micro e pequenos empreendedores, além de consultoria e acompanhamento do seu negócio, serão ampliadas as capacitações para incentivar e aprimorar os futuros empresários do Estado;
- Vamos oferecer cursos de qualificação profissional, disponibilizaremos, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e

Empreendedorismo (Sete), cursos profissionalizantes gratuitos aos trabalhadores que buscam qualificação e aperfeiçoamento, para a sua inserção no mercado de trabalho;

- Vamos oportunizar a oferta de emprego das empresas situadas em todo o Estado, o Governo Estadual irá incentivar às empresas do Estado a disponibilizarem suas vagas e a contratarem pessoas que buscam uma colocação no mercado de trabalho, através do Sistema Nacional de Emprego (SINE/AP);

- Vamos expandir o Centro de Ensino Profissionalizante do Amapá Professora Josinete Oliveira Barroso (CEPAJOB). Serão ampliados os cursos profissionalizantes e de inclusão social nas áreas de alimento, estética, hotelaria, venda, entre outras, para as pessoas que desejam ingressar ou se aperfeiçoar no mercado de trabalho;

- Vamos criar um Hotsite e um Aplicativo Mobile chamado “Emprega Amapá”, o Governo do Estado irá disponibilizar um hotsite e um aplicativo para uso em celulares, onde as empresas possam cadastrar suas vagas oferecendo postos de trabalho. No mesmo hotsite ainda deverá ser permitido que os candidatos cadastrem seus currículos;

- Vamos disponibilizar acesso gratuito à internet. Para tanto, o Governo do Estado irá expandir o número de espaços públicos para a população utilizar serviços de acesso à internet gratuitamente. Assim como, vamos promover a capacitação e o treinamento da mão-de-obra estadual e municipal-local articulando com as demais esferas de governo federal um sistema estadual de emprego e renda;

4.3 - Ciência, Tecnologia e Inovação:

Ao longo de toda a história do desenvolvimento das nações, percebemos que os países do mundo que estabeleceram e, sobretudo, sustentaram avanços no seu desenvolvimento social, econômico e ambiental o fizeram a partir de uma base sólida de investimentos em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Assim sendo, entender a importância da Ciência, Tecnologia e Inovação como ferramentas básicas para transformações sociais e econômicas, a

partir de um Estado com tantas dificuldades e desigualdades sociais como o Estado do Amapá, já é mais uma quebra de paradigma estabelecida no nosso Programa de Governo.

Este entendimento ficará evidente com as nossas propostas de execução de projetos estratégicos e estruturantes que serão implantados na área. Entre esses projetos está a construção participativa de um planejamento estratégico para os investimentos em CT&I nos próximos dez anos. Este é o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amapá para 2022. Importante destacar aqui também o modelo de gestão criado para dar o rumo estratégico e a viabilidade operacional para os projetos.

Para tanto, criaremos Comitês Gestores e Câmaras Técnicas para assegurarem que os projetos sejam idealizados, estruturados, executados, ajustados e concluídos de maneira consensuada com todos os envolvidos (Governo, Universidades, Instituições de Pesquisas Governamentais e não Governamentais e Iniciativa Privada), garantindo assim que os principais objetivos dos projetos sejam alcançados, que todo o processo da experiência na Cooperação técnica científica entre os envolvidos seja participativo e relevante, e que toda a devida transparência seja dada ao processo. Ou seja, espera-se que os projetos apoiados avancem no benefício cada vez mais dos cidadãos do Estado do Amapá, e que possamos, com a força das experiências contidas nessas parcerias, contribuir para o desenvolvimento no âmbito municipal-local.

Assim sendo, o Governo do Estado do Amapá, através de sua Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, proporá a construção participativa de um Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para Amapá (PCTI-Amapá), para um horizonte de dez anos (2023 - 2032). Para orientar, integrar e fortalecer o empenho do Governo, do setor empresarial e das instituições de ensino superior (IES) para o desenvolvimento estruturado e sustentável de uma Agenda Amapaense de CT&I. Então, este Plano será um resultado claro do grau de comprometimento no investimento do nosso Governo para criar um Sistema Amapaense de CT&I e estabelecer as áreas estratégicas e estruturantes a serem priorizadas para o desenvolvimento desse sistema nos próximos 10 anos.

A construção deste Plano Estratégico, aliada a implantação de projetos estruturantes relacionados à infraestrutura, à gestão e ao

fortalecimento do Sistema de Governança de CT&I, são elementos que darão origem a uma configuração e dinâmica inéditas nas relações entre governo, empresas e academia em benefício de todos. Para que isso venha acontecer de fato, será preciso investimento na melhoria da educação básica e apoio a indução da cultura do empreendedorismo e da inovação, pois os baixos indicadores sociais apresentados pelo Estado, em particular na área de educação, impactam diretamente na dificuldade de difundir tecnologias aos produtores. Pois, o setor produtivo do estado pouco incorpora os resultados das atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas localmente.

Portanto, é de fundamental importância estabelecer como prioridade a melhoria da educação básica como vetor de transformação ao desenvolvimento, buscando com isso fortalecer a qualificação da mão de obra. Para tanto, propomos as seguintes políticas e ações:

- Vamos propor a construção de um Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Estado do Amapá, que tenha base em um processo coletivo de discussão e definição com atores locais, (representantes da comunidade acadêmica, do setor empresarial e de governo) das características e potencialidades e oportunidades do Sistema de Inovação para o desenvolvimento do Estado como um todo;
- Vamos melhorar a educação básica e a indução da cultura do empreendedorismo e da inovação, com o objetivo de difundir tecnologias aos produtores em todos os municípios do Estado, para que o setor produtivo do estado incorpore os resultados das atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas localmente;
- Vamos ampliar a capacidade de geração e difusão de conhecimento com investimento e incentivo a pesquisas, pois a produção científica no estado é ainda incipiente e concentrada de forma tímida em duas instituições de ensino superior: a Unifap e Ueap, a ideia aqui, além de investimento nas universidades federal e estadual, é também ampliar para as universidades privadas;
- Vamos expandir a oferta de infraestrutura de CT&I e aproveitamento das oportunidades em setores da economia popular e dos segmentos tradicionais e estruturantes em todos os municípios do Estado: como estímulo as atividades econômicas, de modo a

forma participativa, solidaria e democrática junto com a sociedade amapaense.

Assim sendo, o desafio de governar o Amapá, é buscar o seu pleno desenvolvimento em todos os setores da economia com equidade e justiça social. Nesse sentido, este documento é uma proposta flexível e aberta a novas sugestões que venham a contribuir para o crescimento de nosso Estado como um todo. Este instrumento legal de trabalho é para ser lido, debatido, discutido e aprofundado por todos, porque foi fruto das caminhadas por todo o Estado, de reflexões com a própria sociedade e comunidades de cada município.

torná-las mais competitivas, por meio da implantação de Programas Estruturantes, como o de APLs (Arranjos Produtivos Locais);

- Vamos fomentar os investimentos em educação, ciência e tecnologias alternativas, buscando um desenvolvimento sustentável da produção local, compatíveis e adequadas à expansão do emprego, da ocupação produtiva e a geração de renda. Assim como, vamos articular e fomentar o desenvolvimento de suporte técnico e de financiamentos diferenciados, além de inovações tecnológicas para os segmentos produtivos;

- Vamos fortalecer com investimento e recursos o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), no sentido de fomentar, gerar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos sobre o ser humano, a nossa flora, fauna e o ambiente físico do nosso Estado para contribuição com o nosso desenvolvimento econômico e social;

- Vamos fomentar o desenvolvimento das startups e spin-offs (Lançamento de um produto e modelo de um negócio) em todo o Estado do Amapá, acelerando e incentivando o crescimento e o desenvolvimento de novos negócios, produtos e serviços inovadores com agregação de valor com perspectiva da criação de novos mercados ou oportunidades no Estado como um todo;

- Vamos criar espaços coworking (compartilhamento de espaços) de parcerias público - privadas para ampliar estruturas de negócios de pequenas e médias empresas. Bem como, vamos desenvolver a economia sustentável e criativa aproveitando os recursos, as competências e os empreendedores locais de cada município do Estado;

- Vamos ampliar os arranjos produtivos locais (APLs) em todo o Estado promovendo o aumento da competitividade dos setores integrados. Bem como, vamos fortalecer as parcerias entre o setor público, empresas e instituições de ensino para atender as demandas da sociedade amapaense;

- Vamos incentivar a cultura do empreendedorismo e inovação em todo o Estado. Bem com, vamos desenvolver novas vocações econômicas em setores com potencial de crescimento. Bem como, vamos despertar e possibilitar a autossuficiência

do Estado do Amapá aumentando e diversificando o substrato industrial e empresarial;

- Vamos desenvolver políticas e ações interligadas de ciência, tecnologia e inovação objetivando a inclusão social e digital. Bem como, vamos aumentar a quantidade e a qualidade dos serviços oferecidos por meio de plataformas digitais;

- Vamos estimular que as universidades e empresas locais invistam em inovação através de incentivos criados para acelerar o desenvolvimento do setor. Bem como, vamos realizar, incentivar e estimular na educação do ensino médio oficinas de temas relativos à lógica, programação e robótica, Análise de Sistema e Design Gráfico despertando o interesse nestas áreas e oportunizando o aprendizado;

- Vamos incentivar e apoiar nas universidades a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia nos setores definidos como estratégicos para o crescimento do Estado do Amapá, tais como: educação, cultura, turismo, meio ambiente: fauna e flora, energia, agricultura e comércio exterior.

4.4 - Comércio, Indústria e Serviços:

O nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Estadual para os setores produtivos da nossa economia, os quais se caracterizam pelas atividades econômicas nele desenvolvidas e que são definidos pelos três setores: setor primário, setor secundário e setor terciário, tem como finalidade identificar e planejar eixos estratégicos que promovam e contribuam com o desenvolvimento do Estado do Amapá nos próximos 10 anos e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Assim sendo, um de seus principais objetivos é, a partir da visão da sociedade-comunidade, identificar as prioridades dos principais eixos estratégicos dos 16 município e traçar um plano de ação para que esses setores sejam fortalecidos. A expectativa é que, a partir deste plano, se possua uma visão compartilhada das prioridades desses eixos estratégicos e que as entidades de classe, governo, setor privado e demais instituições e lideranças se organizem para sua implantação, facilitando a busca de recursos

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um plano de governo eficaz deve ir além da sugestão de propostas, políticas e ações. É preciso entender a realidade do Estado que se pretende governar e como esta realidade afeta a vida das pessoas. Portanto, o passo seguinte é discutir gargalos e urgências e prioridades dos 16 municípios que compõe o Estado, analisar as contas públicas, definir prioridades e reavaliar estratégias para enfrentamento e soluções para o equacionamento de problemas advindos desta realidade. Assim sendo, a partir daí, com bom senso, sensibilidade, amor, responsabilidade e ética propor políticas públicas ajustadas, realistas, e demonstrar por que elas são eficazes para solucionarem estes problemas.

Entendemos que um bom plano de governo também deve defender posições e valores, firmar compromissos, definir metas e eixos norteadores no sentido de mostrar como fazer. Estes eixos norteadores do Plano de Governo, que apresentamos aos eleitores do Estado do Amapá, buscam responder, de forma objetiva, clara e de forma didática, todas essas questões de como governar o nosso estado. Elas são resultado de estudo, reflexão, diálogos com especialistas, gestores, representantes de entidades e comunidades, em fim, de toda a sociedade amapaense.

Nosso compromisso vai ser de repactuar a relação do poder público com a população. Abrir o governo do Estado, fazer dele transparente, próximo, parceiro do cidadão e entidades. Nosso foco é fazer da política o instrumento para humanizar o nosso estado e seus 16 municípios, com direitos assegurados e serviços dignos para todos, priorizando sempre o mais carente. Nosso objetivo, é melhorar o cotidiano das pessoas, criar um estado e sua máquina administrativa que funcione com eficiência, capaz de gerar oportunidades aos que nasceram e aos que escolheram viver e investir em nosso Amapá.

Finalmente, nosso objetivo é agir no presente e pensar o futuro, deixando às próximas gerações um estado melhor de se viver, com sustentabilidade, democracia e segura para todos. Portanto, o compromisso com o povo do Estado será o de modernizar a administração, conferindo-lhe eficácia e transparência, sempre norteados pela ética e reponsabilidade, amor, conduzidos de

controle social;

- Implementar no orçamento, programa definindo a distribuição dos recursos para o enfrentamento dos problemas da comunidade e criar mecanismos de prestação de contas para a população, de forma clara e objetiva;

- Utilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal como guia de gestão financeira;

- Modernizar a máquina pública, buscando agilidade e dinamismo na administração do Estado.

e parcerias para a construção de um Estado ainda melhor e mais competitivo.

Para o Estado do Amapá aumentar sua competitividade, gerar melhores empregos e crescer, é imperativo que reforce a capacidade de inovação do setor produtivo do Comércio, Indústria e Serviços. No Amapá, os mecanismos de suporte às atividades de inovação ainda não se mostram capazes de alavancar os resultados desejados. A área de financiamento requer o aumento do volume de recursos federais e estadual destinados a esses setores e à modificação da forma de alocação dos dispêndios, com foco na efetividade das políticas públicas, na dinamização dos negócios e na definição de áreas estratégicas.

Na busca do desenvolvimento econômico do Estado do Amapá, as definições de áreas estratégicas passam necessariamente pelo fortalecimento dos três setores da nossa economia: Setor Primário: extração de matérias-primas; Setor Secundário: indústria e o Setor Terciário: venda de serviços e bens imateriais. Para tanto, vamos aumentar a capacidade de inovação do setor produtivo, é uma de nossas propostas para os três setores. Nesse sentido, exige-se: revisar os mecanismos de incentivos fiscais a esses setores no sentido de tornar o nosso Estado mais atrativo para instalações de empresas nos três setores. Bem como, vamos aumentar a articulação e gestão para aumentar a efetividade das políticas nessa área, como o aumento do volume de recursos federais e estadual destinados a financiamento dos três setores e desenvolver políticas de suporte ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas inovadoras em todo o Estado.

Nesse sentido e propósito, entendemos que devemos dar maior atenção à economia de nosso Estado, pois ela pode ser alavancada de acordo com os produtos por ela produzidos, modos de produção e recursos utilizados. Esse setor econômico é fundamental para o desenvolvimento econômico natural e gradativo de nosso Estado e seus municípios. O setor primário está relacionado à produção através da exploração especialmente dos recursos naturais de forma sustentável, esse vai ser um de nossos maiores desafios. Podemos citar aqui como exemplos de atividades econômicas do setor primário: agricultura, mineração, pesca, pecuária e extrativismo vegetal. Portanto, é o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação.

Tal como consideramos importante o setor Primário, o setor secundário é o setor da economia que transforma essas matérias-primas, produzidas pelo setor primário, em produtos industrializados como exemplos, roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc., daí a importância também desse setor. Sabemos que sem o desenvolvimento do setor primeiro não seria suficiente para o nosso desenvolvimento, a simples produção e exportação de matérias-primas não geram muita riqueza para estados com economias baseadas simplesmente no setor Primário, pois estes produtos não possuem valor agregado como ocorre, por exemplo, com os produtos industrializados. Para tanto, vamos dar uma especial atenção ao setor secundário, pois estados com bom grau de desenvolvimento possuem uma expressiva base econômica concentrada no setor secundário.

Vamos dar também uma especial atenção ao setor Terciário, esse é o setor econômico relacionado aos serviços. Em nosso estado esse é o setor que mais emprega. Os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades como por exemplo, atividades econômicas deste setor, podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários, administrativos, transportes.

Este setor é marcante nos estados com alto grau de desenvolvimento econômico. Quanto mais rico é o estado e seus municípios, maior é a presença de atividades do setor terciário, foi o setor terciário da nossa economia que mais se desenvolveu em detrimento dos outros dois anteriormente descritos. Portanto, como percebemos que os três setores precisam se desenvolver simultaneamente para que a economia se desenvolva de forma plena.

Portanto, esses segmentos são de extrema importância para o desenvolvimento como um todo de nosso Estado. Assim sendo, o nosso Governo vai trabalhar no sentido de fortalecer o desempenho de nossa agricultura, de nossa indústria e do nosso comércio e dos serviços, por entender estratégico e criar oportunidades aos jovens que saem das universidades e aos trabalhadores, que estão em busca de colocações no mercado. Assim sendo, devemos tratar o setor de comércio, Indústria e serviços como grandes aliados do serviço público porque são fortes canais de

7 – TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

- Compromisso do Governo Estadual com a Gestão Pública:

Ter presente que a implementação de ações de responsabilização e transparência no setor público, enfrenta desafios de relevância proporcional à importância dos objetivos que aspira alcançar. Assumir não apenas o cumprimento de leis e normas, mas, sobretudo, o atendimento das expectativas do que a sociedade considera como comportamento íntegro por parte dos detentores de cargos públicos. Reforçar os elos entre governo e sociedade, radicalizando a democracia no planejamento, eficiência, transparência e controle da administração estadual, governando com austeridade.

O orçamento, baseado num planejamento técnico e solidário, contemplando as reais necessidades da comunidade norteará as ações de governo, para o qual deve dar-se ampla publicidade de sua execução. Hoje o orçamento-programa é o instrumento mais moderno de planejamento público onde se define a distribuição dos recursos não por áreas (educação, saúde, etc.), mas, sim, por programas que visam atender plenamente as necessidades da comunidade. Cada programa deve estabelecer metas e indicadores. Designa-se um gerente e o acompanhamento da execução pela sociedade será contínuo.

Modernizar estrutura e adotar um controle de eficiência nos órgãos estaduais responsáveis pela gestão das políticas públicas e pela prestação dos serviços, desburocratizando o atendimento, para que possam dar respostas eficazes às demandas da população. Nossas propostas de inovação das formas de gestão do governo estadual estão balizadas na ampliação e qualificação das instâncias de participação e controle social, principalmente a dos Conselhos Estaduais. As demais formas de participação e controle serão incentivadas e viabilizadas, pois entendemos que se constituem em instrumento fundamental de encaminhamento e solução das demandas da área.

- Para tanto, destacamos quatro ações básicas:

- Implantar um processo de planejamento com a participação da sociedade civil e ampliar e qualificar as instâncias de intervenção e

- Vamos utilizar o poder de grande comprador da administração estadual para estabelecer critérios rigorosos para todos os fornecedores de bens e serviços, exigindo comprovação de qualidade ambiental de origem dos produtos adquiridos, entre outros critérios sociais, econômicos e culturais;

- Vamos rever procedimentos na administração estadual, eliminando desperdícios em todos os setores sendo um exemplo de redução de consumo e reaproveitamento de materiais. Bem como, vamos estimular o uso de produtos orgânicos na merenda escolar e em outros programas de abastecimento, buscando os fornecedores de nosso estado.

6.7 - Do Capital Social:

Capital social é o acúmulo de recursos existentes nos modos de organização da vida social de uma população. É um bem coletivo que garante o respeito de normas de confiança mútua e de comportamento social.

- Para a gestão estamos propondo:

- Vamos estabelecer uma cultura de acompanhamento e avaliação dos resultados de todas as políticas de gestão públicas implementadas pelo Estado. Bem como, vamos criar mecanismos de transparência para que o cidadão possa acompanhar a execução das políticas públicas e opinar sobre elas;

- Vamos garantir a segurança jurídica por meio da desburocratização de processos, simplificação de regras e despolitização de agências reguladoras estaduais. Bem como, vamos descentralizar o poder e dar mais autonomia para os municípios;

- Vamos incluir a integração das definições de capital social no planejamento de políticas de desenvolvimento regional e local.

- Vamos apropriar e adequar as metodologias de construção de indicadores locais de capital social. Bem como, vamos identificar e avaliar as redes de cooperação existentes entre os atores do desenvolvimento estadual-municipal-local;

arrecadação tributária. Para que isso venha acontecer, propomos as seguintes políticas e ações:

- Vamos apoiar a criação de Centros de Pesquisas de Inovação Tecnológica voltadas ao desenvolvimento de cadeias produtivas regionais, incentivando a implantação de Incubadoras empresariais segmentadas e a instalação de indústrias no Estado;

- Vamos modernizar a tributação indireta para garantir a competitividade do Estado do Amapá no sentido de atrair a instalação de indústrias no Estado com a adoção de uma nova política fiscal e ampliar a competitividade do estado, modernizando e flexibilizando a legislação atual;

- Vamos modernizar a Tributação sobre a Importação e Exportação de Serviços: vamos mudar para uma indústria mais competitiva com o objetivo de atrair novas empresas interessadas em se instalar e investir em nosso Estado;

- Vamos apoiar com investimentos públicos e privados a ampliação e modernização do nosso Sistema Portuário do Porto de Santana. Bem como, vamos ampliar, modernizar, melhorar e requalificar a infraestrutura de nosso transporte marítimo de cargas e contêineres com a implantação de guindastes flutuantes para embarque de grãos no sentido de melhorar nossa competitividade de nossas importações e exportações;

- Vamos regularizar de forma sustentável as atividades de garimpo ilegais em todos os municípios que têm vocação para essa atividade, garantindo segurança no trabalho, melhores condições e equipamentos de proteção a todos que desenvolvem essa atividade. Bem como, explorar de forma sustentável a imensa riqueza mineral já mapeada em nosso subsolo, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos operários;

- Vamos atrair novas empresas para nosso Estado e seus municípios, oferecendo os meios necessários para novos investimentos. Bem como, vamos apoiar e valorizar o agronegócio, incentivando as oportunidades e potencialidades de nosso Estado e seus municípios;

- Vamos valorizar e apoiar a agricultura familiar-pequeno

produtor rural, incentivando as oportunidades e potencialidades de nosso Estado e seus municípios. Bem como, vamos garantir a melhoria e ampliação e implantação do sistema de abastecimento de água potável para todos os municípios, bem como garantir a proteção de fontes naturais;

- Vamos trabalhar no sentido de fortalecer o desempenho do comércio e serviços, por entender estratégico criar oportunidades aos jovens que saem das universidades e aos trabalhadores, que estão em busca de colocações no mercado de trabalho;

- Vamos tratar o setor de comércio e serviços como grandes aliados do nosso Governo-serviço público, porque entendemos serem eles importantes e fortes canais de arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS);

- Vamos apoiar com um olhar especial as iniciativas e ações voltadas para o importante segmento do turismo em todo o Estado como forma de desenvolvimento do setor dos serviços especializados e promover intensamente o nosso comércio;

- Vamos aprimorar os programas existentes e criar novos de incentivos para todos os agricultores. Bem como, dar apoio a cooperativas e associações que queiram agregar valores aos produtos produzidos nos municípios;

- Vamos requalificar a infraestrutura com a construção, ampliação, melhorias e pavimentação das nossas estradas e acessos das propriedades rurais em todo o Estado. Bem como, vamos criar alternativas para valorizar as nossas indústrias, o comércio e as empresas de prestação de serviço de todo o nosso Estado;

- Vamos desenvolver e diversificar as bases produtivas dos municipais-locais mediante a intensificação dos diferentes níveis de utilização das vocações e potencialidades, sobretudo aquelas intensivas em mão-de-obra, em especial a base produtiva extrativista com agregação de valor aos produtos das florestas;

- Vamos incentivar a formação de cooperativas, estimular o empreendedorismo e buscar a capacitação gerencial de pequenos negócios com fortalecimento do microcrédito. Bem como, vamos promover a capacitação e o treinamento da mão-de-obra municipal-

de discussão das grandes questões a respeito da promoção da igualdade com equidade social. Para tanto, vamos nos empenhar em contribuir com o debate sobre a implementação de ações afirmativas nas universidades estaduais e no serviço público do Amapá;

- Vamos zelar pelo cumprimento dos dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e promover sua ampla aplicação. Bem como, vamos estabelecer um pacto nacional para a redução de violência contra idosos, mulheres, Indígenas, Afrodescendentes e LGBTQI+ e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência racial e contra tráfico sexual e de crianças;

6.6 - Da Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável:

A importância que atribuímos a este tema relaciona-se ao fato de ser a alimentação o direito humano mais elementar, ou seja, o direito à vida. Entendemos que a política nacional e a de âmbito estadual devem estar associadas com ações locais, implementando-se uma proposta com o envolvimento de todos os setores da administração pública e das entidades da sociedade civil que tenham relação direta ou indireta com os diversos aspectos da questão alimentar, através do Conselho Estadual de Segurança Alimentar a ser instituído.

- Vamos promover uma política de educação alimentar com campanhas que incentivem práticas alimentares saudáveis; combatam o desperdício de alimentos e auxiliem na organização dos consumidores em defesa dos seus direitos;

- Vamos implantar programas alimentares com caráter suplementar ou emergencial, dirigidos a grupos populacionais específicos, buscando a organização e emancipação dos beneficiários. Bem como, vamos criar, reestruturar e ampliar os programas de abastecimento e de segurança alimentar com foco na erradicação pobreza em todo o Estado do Amapá;

- Vamos incentivar o desenvolvimento de alternativas científicas e tecnológicas em todos os municípios, de baixo impacto ambiental, social e economicamente relevantes tanto na área de produção quanto de consumo e disposição de resíduos;

- Vamos criar linha de crédito específica às comunidades negras, quilombolas e indígenas, em especial às mulheres, e assistência técnica para as diversas formas de geração de trabalho e renda, eliminando a exigência de garantias patrimoniais, fiança ou mesmo a comprovação de um ano de atividade mediante a formação de uma assessoria fiscalizadora da aplicação dos investimentos;

- Vamos incentivar a criação e o fortalecimento das cooperativas de reciclagem nas comunidades quilombolas e indígenas, objetivando o desenvolvimento local sustentável. Incentivar atividades de economia solidária com ênfase nas comunidades quilombolas urbanas e rurais;

- Vamos implementar programas gratuitos de assistência jurídica, financeira e assessoria organizacional para formalizar o registro da personalidade jurídica de grupos produtivos e culturais da população negra, quilombola e indígena, respeitando a organização social dessas etnias, garantindo a equidade de gênero e a participação da juventude;

- Vamos promover o direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+, com prioridade para as pessoas em situação de pobreza. Serão realizados todos os esforços para que o Brasil supere a violência contra a população LGBTI+ e para que possa contar com uma lei que responsabilize os crimes de ódio, entre os quais os praticados contra as pessoas LGBTI+ – criminalização da LGBTIfobia;

- Vamos instituir a Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI+, articulando com os órgãos federais e municipais para que implementem políticas de combate à discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero. Bem como, vamos investir na saúde integral LGBTI+ e implementar programas e ações de educação para a diversidade, enfrentamento ao “bullying” e reversão da evasão escolar;

- Vamos implementar políticas para enfrentar a mortalidade das pessoas travestis e transexuais e criará nacionalmente o Programa Transcidadania, que garantirá bolsa de estudos a pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade para concluírem o ensino fundamental e médio, articulado com formação profissional;

- Vamos garantir em nosso Governo um espaço democrático

local articulando com o Governo Federal, Estadual e Municípios um sistema Estadual-municipal de emprego e renda;

- Vamos buscar a simplificação tributária, em especial nas obrigações acessórias devidas pelos contribuintes, com objetivo de facilitar a vida das empresas e dos cidadãos. Bem como, vamos otimizar as receitas públicas, promovendo maior justiça fiscal;

- Vamos fomentar os investimentos em educação, ciência e tecnologias alternativas, buscando um desenvolvimento sustentável da produção municipal-local compatível e adequada à expansão do emprego, da ocupação produtiva e a geração de renda;

- Vamos fomentar o desenvolvimento de suporte técnico e de financiamentos diferenciados, além de inovações tecnológicas para os segmentos produtivos. Bem como, vamos apoiar à média e grande empresa incentivando a produção e o crescimento;

- Vamos requalificar a infraestrutura com melhora, ampliação e modernização do nosso transporte ferroviário de nossa já existente malha ferroviária, com o objetivo aumentar a nossa competitividade também por meio dos trilhos;

4.5 Cultura, Esportes e Lazer

Em nosso governo vamos valorizar a cultura como forma de garantir a democracia, a liberdade e a diversidade. Pois, como sabemos a cultura é um dos elementos constitutivos da própria democracia e da identidade nacional. Sem a realização da liberdade de expressão e da diversidade e sem o respeito a esses valores perdem-se as condições constituintes de uma sociedade democrática e plural. Nosso programa para cultura tem o foco em programas que possam atender as atuais demandas do setor e garantir o desenvolvimento cultural para toda a sociedade amapaense. No nosso governo, a cultura inscrever-se-á em um novo modelo de desenvolvimento que proporcione consolidação de mais qualidade de vida para todos os amapaenses e mais justiça social para o Amapá.

Vamos instalar um novo ciclo de políticas públicas, onde será construído por meio dos mecanismos de participação desenvolvidos

pela Secretaria Estadual de Cultura. Para esse fim, é fundamental o diálogo com toda a comunidade cultural, com todos os setores, tendo um olhar atencioso para todos os criadores, produtores, artistas e realizadores responsáveis pela criação de estéticas inovadoras e de formas originais de organização do fazer cultural em nosso Estado. Consideramos o acesso pleno aos bens e serviços culturais como uma garantia de cidadania. Para efetivar esse direito, construiremos novos mecanismos de circulação dos bens culturais, enfrentando o monopólio das empresas que atuam no setor pela lógica estrita do mercado.

Entendemos que as políticas culturais devem ser políticas prioritária do Estado e, por isso, iremos criar um Plano Estadual de Cultura no sentido de consolidar a atuação de nossa Secretaria Estadual de Cultura, garantindo investimentos para o setor em todos os 16 municípios, além da desburocratização dos mecanismos de acesso ao fomento para o setor em relação ao Fundo Estadual de Cultura. Implementaremos a Lei que garanta o apoio e incentivo à “Fazer Cultura” em todo o Estado, com um conjunto inovador de políticas nos 16 municípios. Vamos investir e garantir um aporte de recurso maior do tesouro-recursos próprios.

Para tanto, vamos reorganizar e ampliar as políticas setoriais com a criação de programas que apoiem e atendam as demandas específicas de todas as dimensões, expressões e processos culturais e artísticos, abarcando desde os agentes das culturas tradicionais, populares e locais, até os realizadores da cultura digital. Vamos reorganizar e fortalecer a Secretaria Estadual de Cultura, para que a mesma construa uma Política Estadual de ações voltadas para as artes como um todo, em articulação com 16 municípios, de apoio a produção e criação musical, teatral, dança, artes visuais e artes plásticas, etc. Bem como, reafirmaremos nosso compromisso com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, construindo um ciclo de políticas que respondam aos direitos culturais dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos.

Entendemos ainda que o ambiente digital também requer políticas inovadoras de direito autoral, já que, hoje, plataformas online e gravadoras absorvem recursos que deveriam remunerar artistas e criadores brasileiros e amapaenses. Além disso, é preciso fortalecer e ampliar o acesso da população amapaense a bens e

- Vamos garantir condições de desenvolvimento e turismo local nas comunidades indígenas e quilombolas, respeitando sua organização social e cultural. Bem como, vamos criar uma linha de financiamento específica aos povos indígenas e quilombolas;

- Vamos criar política voltada à agricultura, agro extrativismo e pecuária nas comunidades indígenas e quilombolas. Garantir recursos aos índios e quilombolas para o desenvolvimento da agricultura familiar e tradicional, bem como incrementos nas áreas da piscicultura, suinocultura, apicultura etc. Bem como, vamos criar uma linha de financiamento específica aos povos indígenas e quilombolas;

- Vamos estimular a implementação de selo de origem quilombola e indígena para a valorização e divulgação da produção local das comunidades quilombolas e indígenas a fim de potencializar a comercialização dos produtos;

- Vamos criar mecanismos para ampliar a comercialização da produção agrícola e artesanal de quilombolas e indígenas, viabilizando a compra dos produtos oriundos da organização produtiva dessas comunidades;

- Vamos estimular a criação de centrais de comercialização solidária nos estados, que recebam as produções - agrícola, pecuárias, artesanais e outras - das comunidades quilombolas e indígenas e de grupos urbanos organizados, em especial de mulheres negras e indígenas. Bem como, vamos criar política de assistência técnica, infraestrutura de produção, comercialização e difusão de produtos tradicionais de quilombolas e indígenas;

- Vamos fomentar o microcrédito nas comunidades quilombolas e indígenas, contemplando a capacitação, a qualificação profissional e o acesso a créditos especiais para pequenos empreendimentos como forma de inclusão social por meio da geração de renda e autossustentabilidade, com especial atenção às mulheres;

- Vamos criar linha de crédito e capacitação profissional e tecnológica continuada para o empreendedorismo, com respeito à diversidade municipais/regional, tendo como beneficiários(as): as populações negra, indígena e as mulheres, os pobres, as pessoas com deficiências, os idosos e os jovens e LGBTI+;

- Vamos adotar políticas macroeconômicas e sociais que invertam a matriz migratória entre a cidade e o campo, e aquela referente à erradicação urbana de populações excluídas, particularmente em relação às populações negra e indígena;

- Vamos garantir, incentivar e divulgar, nos meios de comunicação, a implementação de ações da economia popular e solidária nos grupos produtivos organizados, respeitando a equidade de gênero, raça e juventude.

- Vamos estimular programas de ações afirmativas pela diversidade e equidade racial e de gênero nas administrações centralizadas, autarquias, fundações, empresas públicas, privadas, nacionais, multinacionais e cooperativas;

- Vamos incentivar o comprometimento de empresas com a igualdade de oportunidades e de tratamento, mediante processos seletivos transparentes que explicitem os requisitos e as qualificações exigidas para o preenchimento do cargo ou função vacante;

- Vamos estimular que os testes de admissão e mobilidade ocupacional baseados em entrevistas tenham peso classificatório e não eliminatório, com extinção do critério da foto. Bem como, vamos garantir a participação dos povos indígenas em todo o processo de discussão e definição das políticas de gestão e desenvolvimento econômico sustentável;

- Vamos fortalecer a capacidade de sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica das comunidades quilombolas e indígenas, bem como ações que promovam a melhoria da qualidade de vida dessa população, com ênfase para as mulheres chefes de família.

- Vamos criar um programa Estadual de gestão territorial e proteção da biodiversidade em terras indígenas e territórios quilombolas, com participação das organizações indígenas e quilombolas em sua formulação e execução. O objetivo é viabilizar o desenvolvimento econômico e social sustentável dessas comunidades, de acordo com a realidade de cada município e povo, a partir de um levantamento e diagnóstico do potencial socioeconômico de cada localidade, com financiamento para a produção a fundo perdido;

serviços culturais online. Para tanto, o nosso governo irá afirmar também o caráter transversal da cultura como forma de ampliar a compreensão da sociedade amapaense sobre o papel da cultura e da arte tanto na construção de uma sociedade mais democrática quanto como um dispositivo para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado. Para isso, vamos assumir o compromisso em intensificar o diálogo da cultura com outros campos, como a educação, a ciência e tecnologia, a comunicação, o esporte, a saúde, a economia e o turismo. No cenário nacional e mundial, fortaleceremos e apoiaremos com investimos os mecanismos de inserção e de divulgação de nossa cultura amapaense.

O Estado do Amapá tem uma riqueza multicultural grandiosa, no entanto parte importante das manifestações e talentos estão desestimulados por falta de apoio e incentivo. Para tanto, o nosso Governo vai valorizar a cultura popular e suas manifestações tradicionais, da música, literatura, arte, folclore, artesanato e outras expressões da população. Para isso, pretende chamar manifestações tradicionais ao resgate cultural e intercultural, miscigenados no cotidiano da população sem a devida valorização e respeito.

Desta forma, este plano de governo busca valorizar as referências históricas do estado na construção de uma identidade cultural mais consistente e estimular a produção e o consumo da cultura. Assim sendo o nosso Plano de Governo, compreende e entende a cultura como um direito de todas e todos e como um campo de luta pelas liberdades individuais e contra o racismo, o machismo, a LGBTIfobia, a intolerância religiosa no nosso Estado. Portanto, a defesa do livre pensar e da nossa diversidade irá orientar todas as políticas do governo para a cultura.

Em relação ao esporte e o lazer, o nosso governo vai ter uma agenda de prioridade para esse setor como um todo, pois entendemos que o esporte e o lazer é um direito social previsto em nossa Constituição. Como instrumento de formação educacional e integração social, que contribui para a convivência em comunidade e para a vida saudável, o esporte constrói a cidadania. Como manifestação cultural é um dos pilares constituintes da identidade brasileira. É também uma potente âncora econômica, com força para gerar riquezas e empregos, sendo historicamente um importante fator de desenvolvimento social e inserção das minorias. Sua capacidade de mobilizar crianças, adolescentes e jovens permite a

implementação de ações transversais nas áreas de educação, saúde e segurança cidadã.

Nosso programa de governo entende que o desenvolvimento do esporte deve ser tratado como política de Estado. Por essa razão, proporemos ao Estado um grande debate para a criação de um Programa de Desenvolvimento do Esporte Local, definindo o papel do Estado e de seus Municípios e das entidades esportivas na oferta de políticas de esporte (programa quadripartite), com a participação do Estado, Municípios, Iniciativa Privada e Sociedade). Onde a governança desse Programa deva assegurar a participação e controle social e a otimização dos recursos públicos por todos de forma democrática e participativa.

Como o futebol expressa a própria identidade nacional, o nosso governo dará ao futebol uma atenção especial com o foco de importantes políticas públicas voltadas para a transparência, a boa gestão e o fortalecimento do mercado amapaense. Por meio da Secretaria de Estado do Desporto e Lazer-SEDEL, o nosso governo implementará o Programa de Modernização da Gestão do Futebol, além de apoiar a construção de um calendário unificado que garanta atividade anual permanente para todas as séries e campeonatos.

Apoiará também a estruturação a nível Estadual o futebol feminino. O nosso governo vai contribuir para a viabilização da reforma, ampliação e requalificação da infraestrutura do nosso Estádio Zerão, e demais arenas esportivas municipais em todo o Estado, estimulando a promoção de eventos e gerando, no curto prazo, milhares de empregos. Queremos aqui que o futebol se torne o vetor de desenvolvimento e promoção do nosso esporte como um todo.

Em nosso governo vamos investir em todas as práticas esportivas, tais como vôlei, basquete, natação e esportes radicais, tanto no esporte amador quanto no de alto rendimento. Para tanto, vamos investimentos na infraestrutura de equipamentos esportivos, sobretudo reforma e requalificação de quadras nas escolas. O foco será nos equipamentos voltados às juventudes e na acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência. Além disso, serão promovidos o esporte escolar e a integração da política de esporte com as demais políticas públicas, o que inclui o apoio a

- Vamos promover a dignidade humana, o viver bem e a produção nos territórios camponeses, e o direito à terra, ao território e à cultura dos povos do campo, das florestas e das águas. Promoveremos a reforma agrária, a titulação das terras quilombolas e a demarcação das áreas indígenas, bem como os direitos dos ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, aldeados, entre outros;

- Vamos implementar políticas públicas eficazes para garantir o acesso dos pobres, negros e índios aos espaços público de mobilidade social e de tomada de decisão. Bem como, vamos implementar no serviço público o programa de combate ao racismo institucional;

- Vamos efetivar em todo o Estado a implantação das convenções 100, 111 e 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) concernentes à discriminação em matéria de emprego, salário e profissão;

- Vamos implantar a dimensão de raça, gênero e juventude nas políticas públicas de trabalho, renda e empreendedorismo; formação profissional; programas de emprego de emergência e microcrédito. Bem como, vamos criar em todo o Estado mecanismos de fiscalização quanto à prática de discriminação racial na ocupação de vagas no mercado de trabalho;

- Vamos criar e estruturar um sistema de indicadores sociais de raça e gênero para a avaliação e monitoramento das políticas públicas de geração de emprego e renda e combate à discriminação racial e à pobreza;

- Vamos garantir a documentação básica – carteira profissional, CPF, carteira de identidade, certidão de nascimento, título de eleitor, entre outros – para pessoas de comunidades negras rurais e urbanas, quilombolas e indígenas;

- Vamos criar um fundo de apoio financeiro às comunidades negras e indígenas para a produção sustentável de bens materiais e culturais. Bem como, vamos incluir as populações negras, indígenas e remanescentes quilombolas em programas de capacitação e permanência no emprego;

ampliada a fiscalização para coibir a discriminação racial no SUS. Na ótica transversal, também o impacto racial servirá como eixo de avaliação necessária à formulação e à execução de toda e qualquer política pública, com participação direta da Secretaria de Saúde e da Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (SEAFRO). Embora as ações afirmativas tenham ampliado a presença dos negros e negras em órgãos do Estado e nas universidades, as desigualdades raciais não tiveram diminuição relevante no mercado de trabalho. Por isso, o governo estadual adotará medidas para a indução da valorização dos negros e negras, visando a equiparação salarial e maior presença nos postos de chefia e direção. Para além disso, serão desenvolvidas campanhas e ampliada a fiscalização contra discriminação racial nas relações trabalhistas.

O nosso governo vai trabalhar para aumentar significativamente a presença das mulheres e de negras/os nas instâncias de decisão do Poder Executivo, sobretudo na composição das secretarias, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e Ministério Público. Proporemos um pacto estadual para elaboração e implementação do Plano Estadual de Redução da Mortalidade da Juventude Negra e Periférica. O equivocado paradigma de “guerra às drogas” será superado com mudanças na políticas de segurança pública como já foi tratado no tópico específico de Segurança Pública, e com a abolição dos autos de resistência, além de programas e ações que compreendam o tema como uma questão de saúde pública, com forte atuação na educação, visando a prevenção do uso de drogas ilícitas.

A realidade desses fatos, nos coloca a necessidade de ações e políticas que combatam não apenas o racismo explícito, mas também as desigualdades nos diversos setores da vida social causadas pelas práticas discriminatórias. Para tanto, vamos implementar políticas públicas eficazes para garantir a inclusão social, econômica, pessoal e profissional dos pobres, negros e índios com as seguintes propostas e ações:

- Vamos adotar políticas afirmativas para as populações negra e indígena, garantindo a igualdade de oportunidades com políticas públicas focadas e voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa e que tenham como objetivo promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades;

todos os municípios para que os mesmos possam criar espaços livres para prática espontânea de esporte pela população.

A prática de esportes tem o poder de transformar as pessoas, especialmente a juventude, quanto formação moral e a aquisição de valores, como automotivação, ética, cooperação, lealdade e determinação para realizar conquistas, além de contribuir na formação de hábitos saudáveis de vida. É um investimento que tem um caráter preventivo em relação a vícios perniciosos, como drogas e comportamentos de risco. O esporte e as atividades de lazer são meios de integração comunitária e regional. Esses elementos por si justificam o destaque dado neste plano ao esporte e ao lazer.

Com esse sentido e propósito, o nosso Governo firma compromisso de apoiar e oferecer à população a oportunidade da prática do esporte e do lazer, criando e revitalizando espaços próprios ou já existentes, em diferentes espaços investindo nos desportos e outros, mediante inclusão de pessoa portadora de deficiência e de pessoa idosa em práticas adaptadas, bem como promovendo capacitando os profissionais de Educação Física da rede estadual. Pois, a prática de esportes tem o poder de transformar as pessoas, especialmente a juventude, quanto formação moral e a aquisição de valores, como automotivação, ética, cooperação, lealdade e determinação para realizar conquistas, além de contribuir na formação de hábitos saudáveis de vida.

Portanto, a cultura, esporte e lazer devem ser compreendidos de maneira integrada, entre si e com outras áreas como educação, saúde e geração de emprego e renda, sendo necessária uma articulação entre as políticas implementadas, de maneira a potencializar ações, romper com a sobreposição de projetos e superar a ausência de políticas em determinadas áreas. Para tanto propomos as seguintes políticas e ações para a cultura e esportes e lazer:

- Vamos destinar 2% do orçamento do estado para investimento direto em cultura para garantir as condições financeiras de programas e projetos consistentes e relevantes, pois a cultura é formadora de cidadania e base do desenvolvimento sustentável para todos os amapaenses;

- Vamos renovar e ampliar a lei estadual de incentivo à cultura, junto com todos os segmentos culturais do estado, num processo

democrático e participativo. Bem como, vamos valorizar a cultura popular e suas manifestações tradicionais, da música, literatura, arte, folclore e outras expressões da população. Para tanto, vamos chamar as manifestações tradicionais ao resgate cultural e intercultural;

- Vamos buscar permanentemente valorizar as referências históricas e culturais do nosso estado na construção de uma identidade cultural mais consistente e estimular a produção e o consumo da cultura brasileira e amapaense;

- Vamos gerenciar o atendimento, os serviços e os programas culturais com qualidade, revendo o papel e função dos órgãos gestores, o modo de elaboração e execução das políticas culturais, num novo cenário que englobe uma nova roupagem da Secretaria Estadual de Cultura e um novo Plano Estadual de Cultura;

- Vamos criar um sistema de informação cultural integrado e dinâmico que contemple o fazer cultural - quem faz, como faz e quando faz -, a produção cultural, espaços culturais, eventos, economia cultural, etc. Este 'mapa da cultura' vai facilitar o aperfeiçoamento das parcerias, das políticas e da Gestão públicas de cultura;

- Vamos construir com os todos os setores da cultura Estadual um Plano Estadual de Cultura para dez anos visando garantir o desenvolvimento cultural consistente e continuado, sendo este aprimorado a cada dois anos, nas conferências estaduais de cultura;

- Vamos fortalecer o Conselho Estadual de Cultura como fórum participativo, crítico e fiscalizador das políticas públicas e da execução do Plano Estadual de Cultura, zelando pela transparência, igualdade e democracia dos processos;

- Vamos articular implantar uma rede de cultura e arte com a criação de novos espaços culturais em todos municípios do estado e fomentar a produção, acesso e o consumo de bens culturais em todo o estado;

- Vamos estimular as manifestações espontâneas dos cidadãos amapaenses nos espaços públicos de todos os municípios, em parceria com a sociedade, e trabalhar para que

algum motivo, geralmente ligado ao preconceito de cor, classe social ou gênero, ficaram excluídos da sociedade, marginalizados, e não tiveram a plenitude de seus direitos básicos garantidos. Para fortalecer e dar visibilidade aos grupos de minorias, o nosso governo vai criar uma Secretaria Especial de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e para Promoção da Igualdade Racial, reconhecendo que a igualdade de gêneros e a igualdade racial são traços estruturantes de nosso projeto de democratização da sociedade brasileira e amapaense.

Negros e mulheres, as duas grandes maiorias da população, bem como os povos indígenas e quilombolas, a "minoridade esquecida", são os grupos sociais mais marginalizados por uma sociedade que se criou e se mantém racista e patriarcal. Assim, o combate ao racismo e ao machismo nas instituições e na sociedade amapaense terá papel estratégico de ações afirmativas para a construção de uma democracia que não se limite a formalidades. A busca da igualdade racial-étnica e de gênero balizará todas as nossas políticas públicas, nas áreas econômicas, sociais, políticas e culturais por meio de programas e ações afirmativas que visem eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e de tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros.

Sendo assim, vamos também promover políticas afirmativas de igualdade racial por meio da promoção e garantia de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos povos indígenas e negros, secularmente negligenciados na nossa sociedade, constituem outra prioridade estratégica e estruturante no nosso governo. Na prática, isso significa o enfrentamento ao racismo institucional e à violência genocida contra os povos originários e de matriz africana ainda perpetuados no Estado Democrático de Direito. O conjunto de políticas de todas as áreas da administração direta, autárquica, fundacional e das empresas estatais estará articulado para viabilizar essa prioridade. Serão implementadas e impulsionadas ações afirmativas nos serviços públicos para corrigir as desigualdades raciais ainda fortemente presentes no mundo do trabalho.

Ademais, será implantado o quesito cor em todas as áreas de atendimento à saúde e no desenvolvimento de campanhas, e será

- Ampliar a representação e participação das mulheres nos espaços de decisão tais como cargos de gestão e liderança do poder executivo, órgãos colegiados, comitês e conselhos. Bem como, vamos implantar o Hospital da Mulher e ampliar os programas de atendimento à saúde da mulher em todas as fases da sua vida: jovem, trabalhadora, mãe e idosa;

- Garantir o enfrentamento à violência contra as mulheres por meio da criação e ampliação de Centros de Referência e Atendimento, com assistência jurídica, psicológica e de saúde, bem como de delegacias da mulher e casas abrigo;

- A administração estadual vai respeitar a diversidade humana no que se refere a gênero, cor, raça e etnia, combater toda forma de discriminação e adotar um conjunto de ações afirmativas em todo o estado do Amapá.

6.5 - Grupos de Minorias:

Constituem objetivos fundamentais dos poderes públicos por imposição constitucional “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Nesse sentido, o nosso Plano de Governo para o Estado do Amapá, como espaço democrático de discussão das grandes questões do Estado, vai empenha-se em contribuir com o debate sobre a implementação de ações afirmativas para todos os grupos de minorias.

Sabemos que essas propostas são polêmicas e carecem de unanimidade, mas a melhor forma de avançarmos na promoção da igualdade com equidade social é estabelecermos um debate democrático e participativo sobre os mecanismos que podem combater as causas das desigualdades e das práticas discriminatórias. Esperamos que o diálogo entre os diversos segmentos sociais possibilite a formulação de ações e políticas públicas que assegurem a dignidade dos amapaenses, independentemente de suas características físicas, pois a pluralidade e a diversidade são marcas fundantes do Estado Democrático de Direito.

Historicamente, os grupos minoritários são aqueles que, por

elas se consolidam e sejam incorporadas ao patrimônio cultural do estado de seus municípios.

- Vamos preservar e promover o acesso ao nosso patrimônio material, imaterial e natural, defendendo e promovendo as diferentes formas culturais do nosso estado, pois a expressão cultural tem papel importante na formação do homem e na formação da nossa identidade regional e local;

- Vamos envolver todas as áreas do governo no desenvolvimento de políticas transversais de apoio e fomento cultural. Bem como, vamos implantar e criar a Orquestra Sinfônica Infanto-juvenil, com o objetivo de promover e a participação em eventos a nível Estadual, Nacional e Internacional;

- Vamos estabelecer parcerias do estado entre o governo federal e prefeituras municipais, centros culturais e esportivos, organizações não governamentais, clubes recreativos, com o objetivo de facilitar o acesso da população a estes espaços;

- Vamos otimizar o uso de espaços já utilizados pela comunidade tais como: (escolas, praças, centros de cultura, centros comunitários, centros de referência, casas de cultura, bibliotecas, universidades públicas, unidades moveis, igrejas, clubes) para a realização de atividades culturais, de esporte e de lazer, com gestão das próprias comunidades e com o apoio do Governo do Estado;

- O nosso governo vai contribuir para a viabilização da reforma em parceria com o governo federal e com iniciativa privada, ampliação e requalificação da infraestrutura do nosso Estádio Zerão, e demais arenas esportivas municipais em todo o Estado, estimulando com isso a promoção de eventos e geradores de empregos e renda;

- Vamos promover um grande salto na gestão do esporte amapaense, com a implantação e implementação do Curso de Gestão do Esporte em nossa Universidade Estadual, articulando ensino, pesquisa e extensão, visando à formação de profissionais de nível nacional e internacional voltados para toda a cadeia produtiva do esporte (gestão esportiva, saúde, pesquisa e políticas públicas.;

- Vamos investir no esporte com a implantação e a criação em nosso Estado da “Bolsa Atleta” para auxiliar com ajuda financeira os

nossos jovens atletas a estudarem e treinarem. Bem como, vamos apoiar em todo o estado o esporte como instrumento fundamental de inclusão social por constituir-se em atividades de apelo sadio e integrador, com linguagem universal;

- Vamos propor um grande debate para a criação de um Programa de Desenvolvimento do Esporte Local, definindo o papel do Estado e de seus Municípios e das entidades esportivas na oferta de políticas de esporte (programa quadripartite), com a participação do Estado, Municípios, Iniciativa Privada e Sociedade). Onde a governança desse Programa deva assegurar a participação e controle social e a otimização dos recursos públicos por todos de forma democrática e participativa;

- Vamos aprovar Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, com o objetivo de induzir uma maior participação das empresas no patrocínio esportivo. Bem como, vamos apoiar a recuperação da vocação esportiva das Forças de Segurança do Estado-Polícia Militar e dos Clubes Esportivos Sociais, instituições que estão na base da tradição esportiva brasileira;

- Vamos construir e requalificar os campos e as quadras esportivas, com a recuperação dos equipamentos esportivos da maioria das modalidades esportivas, com a aquisição de equipamentos que permitiram um grande salto de qualidade na preparação dos atletas estaduais-locais. Bem como, vamos construir pistas de Skate, futebol, quadras poliesportivas e de outros esportes em todos os municípios do Estado do Amapá;

- Vamos reformar o Teatro das Bacabeiras, principal palco da cultura amapaense, visando resgatar este tradicional espaço da arte cultural de nosso Estado, o governo realizará benfeitorias em todo o complexo, único teatro público do Estado e o palco mais conhecido da cultura amapaense, proporcionando dessa forma um renovado ponto de atrações culturais e turísticas para o Estado;

- Vamos fortalecer as ações de Festivais da Cultura popular regional e local, em conjunto com Centro de Educação Profissional de Música Walkíria Lima, com a realização de Festivais da Cultura Amapaense com o objetivo de promover apresentações ao público com atividades e atrações culturais diversificadas;

- Estimular a implantação, na Atenção Integral à Saúde da Mulher, de ações que atendam às necessidades específicas das mulheres nas diferentes fases de seu ciclo vital, abrangendo as mulheres negras, as com deficiência, as índias, as encarceradas, as trabalhadoras rurais e urbanas e as de diferentes orientações sexuais, contemplando questões ligadas às relações de gênero;

- Implantar e consolidar os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência em todos os municípios do Estado do Amapá, segundo diagnósticos e estatísticas disponíveis sobre a violência em cada município. Bem como, promover ações preventivas em relação à violência doméstica e sexual;

- Garantir o combate às desigualdades entre homens e mulheres como condição do desenvolvimento do município. Bem como, vamos garantir a participação, o atendimento, o respeito e o direito pleno a todas as mulheres de Curitiba, observando as diferenças étnico-raciais, geracional, ou de qualquer outra;

- Desenvolver políticas de valorização da mulher em toda sua diversidade e contribuir para o avanço da inclusão das mulheres em todos os espaços sociais, econômico e político. Bem como, vamos fortalecer o Conselho Estadual da Mulher como fórum representativo, fiscalizador, propositivo de programas e políticas para mulheres;

- Vamos implementar um programa de estímulo ao empreendedorismo feminino - 'Empreendedora Curitibaana' - que contempla a capacitação gerencial e a orientação financeira, em parceria com entidades afins e com o governo federal, com atenção especial nas linhas de crédito produtivo existentes;

- Vamos estruturar e fortalecer a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, como instrumento de fortalecimento da institucionalidade das políticas públicas, alinhada aos avanços empreendidos pelo governo federal nesta área;

- Garantir a realização das conferências municipais de políticas para mulheres com a elaboração do Plano Municipal de Políticas para Mulheres, em consonância com o Plano Nacional de Políticas para Mulheres;

e rural das populações de mulheres ribeirinhas, agricultoras, afrodescendente e indígenas;

- Promover e garantir por meio de políticas públicas de ações afirmativas a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos na busca de sua autonomia econômica e financeira. Bem como, promover a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho;

- Promover e ampliar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar, promovendo o direito à vida nas áreas rurais com qualidade e acesso a bens e serviços. Bem como, vamos ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, promovendo a sua autonomia econômica e financeira por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio;

- Promover relações de trabalho não-discriminatórias, com equidade salarial e de acesso a cargos de direção. Bem como, vamos garantir o cumprimento da legislação no âmbito do trabalho doméstico e estimular a divisão das tarefas domésticas e ampliar o exercício da cidadania das mulheres e do acesso à terra e à moradia;

- Vamos garantir e promover a todas as mulheres um sistema educacional não discriminatório, promovendo ações no processo educacional que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia e orientação sexual, promovendo o acesso à uma educação básica de qualidade as mulheres jovens e adultas. Bem como, vamos promover a atenção integral à saúde da mulher com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade;

- Promover a melhoria da saúde das mulheres amapaenses, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliar o acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde, em todo estado do Amapá;

- Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS). Bem como, implantar projetos pilotos de modelo de atenção à saúde mental das mulheres na perspectiva de gênero, em todos os 16 municípios do estado com a construção de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que promova a atenção à saúde das mulheres em situação de violência doméstica e sexual;

- Vamos promover a cultura itinerante com atrações culturais em todos os municípios do Estado,

- o Governo oportunizará apresentações culturais itinerantes nos 16 municípios, de forma descentralizada com a contratação de grupos e artistas locais, intensificando os programas realizados pela Secretaria Estadual de Cultura;

- Vamos construir um novo ginásio público de esportes e através de uma parceria público privada um ginásio multiuso de padrão internacional. Bem como, vamos promover em todo o estado os esportes e o lazer como meio de prevenção e melhoria da saúde e das condições físicas do ser humano e da integração social;

- Vamos estimular a iniciação esportiva nas escolas estaduais, municipais e privadas. Bem como, vamos apoiar a recuperação da vocação esportiva das Forças de Segurança do Estado-Polícia Militar e dos Clubes Esportivos Sociais, instituições que estão na base da tradição esportiva brasileira;

- Vamos incentivar e apoiar o patrocínio de atletas amapaense com forte articulação com o governo federal. Desenvolvimento de parcerias com empresas, clubes e organizações como o SESI e SESC. Promover uma equipe multidisciplinar de técnicos esportivos, árbitros, psicólogos, fisioterapeutas, médicos e demais profissionais;

- Vamos fomentar o trabalho articulado entre instituições de ensino e clubes formadores de atletas, com incentivo fiscal vinculado à programa de identificação, aperfeiçoamento e apoio a novos talentos do esporte;

- Vamos fomentar o desenvolvimento científico dos recursos humanos, através de materiais didáticos, cursos de extensão, especialização e mestrado, além da criação de um Observatório de Pesquisa no Esporte;

- Vamos desenvolver o esporte de rendimento através da formação de equipes desportivas em universidades e clubes esportivos. Para tanto, professores universitários e técnicos esportivos serão incentivados através de bolsas atletas e técnicos de bom desempenho entrarão nos programas de incentivo já existentes como a (Lei de incentivo ao Esporte).

- Vamos desenvolver atividades diversificadas, contribuindo,

dessa maneira, para melhorar a convivência e a valorização e compreensão dos direitos humanos, tendo como instrumento a cultura que estimulem a leitura, a expressão oral e a escrita em consonância com a realidade social;

- Vamos incentivar a afirmação e a organização dos movimentos de política cultural através de pontos de cultura e das redes públicas de ensino e de bibliotecas com objetivo de fortalecer o diálogo, aprendizado também para a circulação de informações entre os agentes culturais e artistas de todos os municípios do Estado.

4.6. - Proposta para o Desenvolvimento do Turismo:

Dentre os grandes desafios do nosso Plano de Governos a frente da administração Estadual, está o desenvolvimento do turismo estadual-municipal-local. Pois sabemos, que o turismo é uma fonte importante de recursos para o desenvolvimento de qualquer cidade-estado. Nesse cenário desponta o Estado do Amapá, com o seu grande potencial turístico de seus municípios ainda a ser explorado em toda a sua potencialidade e oportunidades, tais como o turismo ecológico-rural, esportivo, lazer e cultural. Muito pouco ou quase nada se tem feito para atrair visitantes para nosso Estado.

Diante disso, o Estado do Amapá e seus municípios devem ser preparado em todas as dimensões, começando pelo saneamento básico, organização das praças, plano diretor moderno e atual. Pois, considerando que as atividades turísticas afetam diretamente mais de 50 setores da economia, superando a indústria petrolífera, elétrica, eletrônica e de armazenamento. Só para ser ter uma ideia segundo o Ministério do Turismo, em relação ao setor, a projeção de recursos a serem movimentados, anualmente, pelo turismo em todo o mundo, na próxima década, está estimado em US\$ 7 trilhões, colocando a indústria turística como a maior empregadora do mundo.

Segundo o Ipea, o Brasil recebe bem menos turistas do que uma microrregião da França, da Itália ou da Espanha, mesmo assim emprega cerca de dois milhões de pessoas e fatura mais 1,5 bilhões de dólares anuais, somente com visita de estrangeiros. O Estado do Amapá é uma das potencialidades mais concretas para o turismo amazônico, tendo em vista o estado de conservação

priorizará a centralidade das políticas para as mulheres, afirmando o protagonismo das mulheres no novo ciclo de desenvolvimento amapaense, por meio de políticas que promovam a autonomia econômica das mulheres, a igualdade de oportunidades e isonomia salarial no mundo do trabalho, bem como o incentivo à produção de ciência e tecnologia pelas mulheres.

Assim sendo, entendemos que é preciso avançar na consolidação dos direitos das mulheres, visando ampliar a sua participação e inclusão na sociedade em todos os sentidos. Na ótica transversal, o impacto de gênero servirá como eixo de avaliação necessário à formulação e à execução de toda e qualquer política pública, com participação direta da Secretaria Extraordinária de Políticas para Mulheres (SEPM). Para tanto, para consolidação destes direitos vamos propor as seguintes ações:

- Vamos retomar e consolidar as políticas para o enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, por meio da integração e ampliação dos serviços e medidas preventivas de proteção e de atenção, como a Casa da Mulher Amapaense, e as promovidas pelo enfrentamento ao feminicídio, e com a Lei Maria da Penha;

- Vamos estabelecer um pacto estadual para a redução de violência contra as mulheres e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência doméstica com a criação de casas abrigos para acolhimento dessas vítimas em todo o estado;

- Vamos promover a saúde integral da mulher para o pleno exercício dos direitos sexuais e reprodutivos e fortalecerá uma perspectiva inclusiva, não-sexista, não-racista e sem discriminação e violência contra LGBTI+ na educação e demais políticas públicas;

- Combater às distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres. Bem como, ampliar e aperfeiçoar a Rede de Prevenção e Atendimento às mulheres em situação de violência com a ampliação o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita;

- Garantir a implementação de políticas públicas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura para todas as amapaenses e que levem em consideração a realidade urbana

- Vamos aumentar os níveis de atividades físicas da população em geral, inclusive idosos, ampliando a oferta de espaços e instalações para atividades físicas na cidade, empresas e clubes. Nas áreas públicas estabelecer um acompanhamento mais próximo, com orientação de profissionais;

- Vamos integrar a atividade física com ações de saúde da família e em grupos específicos (idosos, diabéticos e outros) e estimular o empreendedorismo nas áreas de atividade física, saúde e esporte;

- Vamos garantir e melhorar o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada;

- Vamos promover a atenção integral à saúde dos idosos com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade. Bem como, vamos garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas e estímulo ao envelhecimento ativo;

- Vamos construir um hospital de referência na região Norte da Cidade para atender especificamente esse público. Bem como, vamos promover e incentivar a participação da população idosa nos eventos oferecidos pela Fundação Cultural de Curitiba, assim como bibliotecas, serviços de turismo e parques;

- Vamos implantar centros de especialidades médicas em geriatria, para expansão das consultas e exames especializados para diminuir as longas filas e tempo de espera existente atualmente em diversas especialidades médicas;

- Vamos ampliar o horário de atendimento das Unidades Básicas de Saúde (terceiro turno) em todas as regionais para atender esse público. Bem como, vamos garantir a acessibilidade com segurança e autonomia nos espaços, nos mobiliários e nos equipamentos urbanos;

6.4 - Mulher:

Historicamente as desigualdades vividas pelas mulheres se estruturam a partir de relações patriarcais e machistas que têm negado à mulher o seu desenvolvimento pleno. O nosso governo

dos seus variados ambientes ecológicos, sua posição geográfica privilegiadíssima, sua riqueza étnica, seu patrimônio histórico e, principalmente, a desembocadura do rio Amazonas.

Como falamos anteriormente, o Estado do Amapá é o Estado brasileiro e amazônico com maior cobertura florestal mais bem preservada do País. Nele contém 17 unidades de conservação (12 federais e 5 estaduais) buscam manter intacto esse refúgio de belezas naturais temperado por tradições culturais únicas. Além de ser favorecida por belas áreas naturais em todos os seus 16 municípios. Estes aspectos fortalecem sua vocação ao ecoturismo, ao turismo de aventuras, de práticas esportivas.

O nosso estado ainda, é dotado de fortes traços culturais dos povos indígenas, dos povos negros africanos e dos portugueses que se refletem em uma cultura local marcante em aspectos arquitetônicos, folclóricos, gastronômicos, além das características de sua população orgulhosamente chamada de "Tucujus". Os indígenas, os negros e os portugueses nos trouxeram vários elementos culturais de suas culturas, entre os quais apontam-se traços da culinária presentes na nossa gastronomia, aspectos arquitetônicos que influenciaram as suas moradias e a religiosidade, que foi, sem dúvida, o aspecto cultural mais marcante trazido para o Estado do Amapá e seus municípios.

Assim sendo, podemos dizer que o turismo será uma prioridade no Estado do Amapá como um todo, um estado com todo este potencial precisa ser explorado em toda as suas oportunidades de desenvolvimento nesse setor. Potenciais e oportunidades essas visto como fator de desenvolvimento econômico, geração de empregos, renda e lazer. Para tanto, vamos buscar parceria com o governo federal e a iniciativa privada na busca desse desenvolvimento. Portanto, a partir de ampliação da estrutura hoje existente, levando-se em consideração as características e limitações regionais e locais, nosso Governo irá estabelecer um olhar especial a este importante segmento que reúne serviços especializados e promove intensamente o comércio.

Apesar de ser a capital do Estado do Amapá, Macapá carece de organização de sua Orla e do desenvolvimento da economia do Rio Amazonas, precisando implantar marinas, trapiches e outros equipamentos que permitam receber navios e embarcações de

vários tamanhos. Além disto, precisamos criar condições para o desenvolvimento tecnológico e científico e a produção de alimentos que aproveitem o potencial os recursos da proximidade com o Oceano Atlântico e principalmente como o Rio Amazonas, fortalecendo a gastronomia local pela produção de alimentos do Rio e do Mar. Esses elementos apoiam o turismo local e precisam ser organizados juntos para dar maior visibilidade nacional e internacional para o Amapá.

Da mesma forma, a economia criativa precisa ser fortalecida em todo o Estado do Amapá, no sentido de possibilita atrair pessoas-turistas à capital Macapá para participarem de festivais, festas, exposições e outros eventos que tratem de cultura, design, entretenimento, gastronomia, animação, música, dança e literatura, entre muitas atividades que são consideradas integrantes da economia criativa cultural e turísticas. Neste sentido, é necessário apoiar as ações e iniciativas culturais em todo o Estado com o objetivo de tornar Macapá, no município impulsionador da economia criativa por meio de um processo de revitalização urbana e rural e do fomento à economia criativa para os demais municípios do estado.

Portanto, o objetivo principal aqui é saber aproveitar o potencial e as oportunidades turísticas que cada município-local do Estado têm e possui com o intuito de transformá-los em pontos turísticos que possam atrair e encantar os turistas. Nesse sentido, propomos para o desenvolvimento do turismo em nosso estado as seguintes políticas e ações:

- Vamos preparar Estado do Amapá para o futuro. Bem como, vamos ter atenção especial às nossas áreas de preservação. Bem como, vamos dar mais visibilidade aos esportes praticados no Rio Amazonas, com o intuito de atrair o turista local e internacional e a nossa Orla, como o kitesurf, Stand Up Paddle e o futlamba;
- Vamos promover e divulgar as nossas riquezas históricas e culturais, como o Marabaixo e o Batuque, a Cerâmica etc, vamos promover mais eventos que promovam a dança e a música popular amapaense e sua louceiras-ceramistas;
- Vamos apoiar centros educacionais dedicados à formação de recursos humanos para o turismo, estimulando a criação de cursos de formação de mão de obra especializada. Bem como, vamos

- Vamos estabelecer um pacto estadual para a redução de violência ou maus tratos contra idosos e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas desse tipo de violência e maus tratos;

- Vamos oferecer proteção especial para o idoso, mediante programa de combate aos maus tratos, como também de acesso à moradia, educação e cursos profissionalizantes. Bem como, vamos ampliar os espaços de convivência da terceira idade com a criação e construção de Centros de Convivência em todo o estado, um em cada município;

- Vamos articular políticas do Governo do Estado na área da educação, saúde, assistência social cultura e lazer para atendimento especializado aos idosos. Bem como, vamos articular grupos de idosos que se disponham a repassar conhecimento e vivências para as gerações mais novas;

- Vamos oferecer apoio social, psicológico e jurídico aos idosos em situações de violação de direitos, como violência intrafamiliar, discriminação e situação de rua. Bem como, vamos articular políticas da prefeitura na área da educação, saúde, assistência social cultura e lazer para atendimento especializado aos idosos;

- Vamos erradicar o analfabetismo. Bem como vamos mobilizar e efetivar uma política de educação de jovens e adultos que gere uma taxa de alfabetização próxima a 100%. Assim como, vamos reunir todos os esforços para atender uma população amapaense, ainda não alfabetizada, sendo parcela significativa na faixa etária acima de 50 e 60 anos;

- Vamos articular grupos de idosos que se disponham a repassar conhecimento e vivências para as gerações mais novas. Bem como, vamos oferecer apoio social, psicológico e jurídico aos idosos em situações de violação de direitos, como violência intrafamiliar, discriminação e situação de rua;

- Vamos aumentar a participação da população em geral na prática da atividade física voltada para a saúde e qualidade de vida, observando-se todas as faixas etárias e gêneros. Estabelecer um acompanhamento mais próximo aos idosos;

- Vamos criar uma rede social de integração entre grupos culturais e segmentos de juventudes, com o objetivo de promover a cultura no público jovem, melhorando a acessibilidade e possibilitando a identificação do jovem com a produção cultural;

- Vamos criar um programa de voluntariado jovem, com o envolvimento direto de jovens em projetos e atividades nas áreas da saúde, educação, cultura, esportes, meio ambiente, sustentabilidade, cidadania e conscientização política;

- Vamos promover a semana da juventude, com apresentações culturais, seminários, e manifestações, representando as diversas identidades de juventudes, e fazendo com que o jovem paranaense tenha a oportunidade de mostrar trabalhos, projetos, iniciativas gerais de atuação e protagonismo juvenil;

6.3 - Terceira Idade:

Enfrentar com serenidade questões relacionadas ao envelhecimento da população exige atenção especial e planejamento do governo estadual com relação aos serviços públicos visando o bem-estar e as demandas de saúde, previdência, cuidados e atenção à pessoa idosa. Para tanto, serão desenvolvidas políticas específicas voltadas à proteção socioeconômica e ao envelhecimento ativo da população, especialmente em áreas de baixa renda. Entendendo que todos os serviços públicos devem ser preparados para o respeito à pessoa humana em todas as fases de sua vida, vamos implementar o Plano Estadual para o Envelhecimento Ativo e Saudável.

Vamos ainda, estabelecer programas específicos e integrados de atendimento aos idosos, fomentando parcerias da União e Estado e do estado com seus Municípios e com organizações não governamentais, incentivando o voluntariado, concedendo subsídios, tudo no intuito de transpor o desafio de bem atendê-los e inseri-los na família e na sociedade de forma e em consonância com o Estatuto do Idoso. Assim sendo a Política Estadual dos Direitos do Idoso, no âmbito do Estado do Amapá, tem por objetivo assegurar os direitos da pessoa maior de sessenta anos de idade e criar condições para sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Nesse sentido e propósito, propomos as seguintes ações:

reestruturar e fortalecer os roteiros turísticos a fim de atender as demandas regionais-municipais-loais, nacionais e internacionais – com visitas técnicas permanente;

- Vamos dar capacitação e suporte aos profissionais a todo o trade turístico do Estado. Bem como, vamos promover em todo estado os roteiros turísticos dos municípios. Bem como, vamos criar e apoiar a Rota Ciclo Turística, estruturando um percurso nos roteiros turísticos já existentes em todos os municípios do estado;

- Vamos promover passeios para as escolas e universidades - Programa Conheça o Estado do Amapá, proporcionando o conhecimento e a valorização da identidade local com seus pontos e roteiros turísticos;

- Vamos implantar a Linha Turismo por meio de parceria público-privada, facilitando o acesso dos turistas e da população em geral aos pontos turísticos do Estado. Bem como, vamos fortalecer o turismo ampliando a divulgação de nosso Estado em todo o Brasil e no exterior. Assim como, vamos unificar informações acerca das atividades e eventos locais que ocorrem em todo o estado;

- Vamos criar a Rota da Tradição, auxiliando na promoção e valorização dos Centros e áreas de Cultura Negra-Quilombolas e Indígenas. Bem como, vamos fomentar a realização de eventos nos mais diversos setores, diversificando a atratividade turística em todo o estado. Bem como, vamos Tornar o Parque de Exposições da Fazendinha num atrativo turístico durante o ano todo;

- Vamos incentivar e apoiar a Construção de Centros de Eventos em todo o estado, possibilitando uma gestão autossustentável que desonere e contribua para as Contas Públicas. Bem como, vamos manter, ampliar e consolidar o Calendário de Eventos turísticos do Estado do Amapá. Assim como, vamos atuar conjuntamente com a Associação Brasileira de Empresas de Eventos para divulgação e promoção de novos eventos no Estado do Amapá;

- Vamos trabalhar em conjunto com as Agências de Turismo e Receptivo, fomentando o turismo em todo o Estado do Amapá. Bem como, vamos divulgar as ações e os produtos turísticos, além dos anteriormente relacionados, a Semana Estadual do Turismo e o concurso fotográfico sobre turismo do Estado do Amapá;

- Vamos incentivar o turismo ecológico e rural em todo o Estado, com apoio ao desenvolvimento em todos os municípios desses dois segmentos do turismo, com base nos empreendimentos familiares com a criação de programas de consciência turística nas comunidades em parceria com outras entidades públicas e privadas;

- Vamos fortalecer, ampliar e criar novos roteiros turísticos em todos os municípios, com o objetivo de fomentar o turismo local, onde serão implantadas novas ações de incentivo para a abertura de locais voltados a gastronomia, artesanato, balneários e demais atividades geradoras de fluxo turístico e geradoras de emprego e renda;

- Vamos apoiar os grupos folclóricos existentes em todos os Municípios do nosso Estado, o Estado do Amapá foi colonizado por diversas etnias, de onde surgiram grupos folclóricos. Visando resgatar e valorizar a cultura do nosso povo, o governo continuará apoiando e fortalecendo essa tradição;

- Vamos desenvolver ações de turismo na Fortaleza de São José de Macapá, Monumento Marco Zero, Quilombo do Curiaú, Museu Sacaca, com o intuito de promover o turismo em pontos turísticos já existentes no município de Macapá, serão realizadas visitas técnicas, previamente agendadas;

- Vamos ampliar o número de Postos de Informações Turísticas (PIT's) e Centro de Atendimento ao Turista (CAT's). Com o objetivo de divulgar o turismo em todo o Estado, implantaremos novos postos de informações turísticas, com o objetivo de sanar dúvidas e repassar informações a respeito de nossos pontos turísticos em todos os Município do Estado;

- Vamos implantar novos portais-pórticos-marcos em todos os municípios, com o objetivo de valorizar o turismo e a cultura local no Estado do Amapá, serão implantados novos portais-pórticos/marcos em pontos específicos dos municípios. Bem como, vamos implantar e melhorar as placas de sinalização turísticas em todo o estado;

- Vamos criar o circuito cicloturismo em todos os municípios do estado, incentivaremos os passeios ciclísticos criando rotas de turismo rural e ecológico com pontos de informações permanentes para auxiliar os ciclistas que estarão passeando e desfrutando das

reconhecer que o jovem é sujeito de direito como todo cidadão e, portanto, vamos abrir espaços para que atue nas mais diversas áreas da administração estadual.

A juventude não será considerada apenas como público-alvo de uma política pública, mas sim tratada como sujeito dessa política, participante ativo de seu desenho e implementação, tornando-se parceira e interlocutora do governo Estadual. Para tanto, a nossa administração promoverá uma política de juventude inovadora, visando à integração social, política e econômica do jovem para que assim possam alcançar o seu pleno desenvolvimento. Para tanto, o nosso governo vai promover as seguintes políticas e ações:

- Vamos elaborar campanhas educativas direcionadas para esse público específico que enfatizem a conscientização da medicina preventiva. Bem como, vamos estimular a inclusão do jovem nas decisões e garantir sua participação nos fóruns estaduais. Assim como, vamos estimular o intercâmbio cultural entre jovens de todos os Municípios do estado e amazônicos. Bem como, vamos estimular as atividades culturais e artísticas entre os jovens;

- Vamos criar o programa Portal do Futuro, uma rede de educação integral formada por escolas integrais, contra turnos e centros integrados de educação, cultura, esporte, ciência e profissionalização. Esses centros, além de unidades de ensino e de profissionalização estarão voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Unidades criativas com forte articulação educacional, esportiva, cultural e de inovação;

- Vamos aprimorar e ampliar o programa “Amapá Jovem”, consolidando-o como um programa transversal de políticas públicas para a juventude amapaense, que possibilite o pleno desenvolvimento e a emancipação dos nossos jovens e que o mesmo se fortaleça como um importante instrumento de redução de vulnerabilidades, riscos sociais e pessoais de nossos jovens;

- Vamos implantar programas e projetos de assistência para jovens portadores de deficiência, promovendo cursos de educação profissional, conscientização da população em relação às leis de apoio às pessoas portadoras de deficiência, ampliando a acessibilidade, e promovendo atividades culturais e esportivas específicas a esta parcela da juventude;

de ligação entre o cidadão e o poder público, tendo a transparência como base para uma administração democrática e ensejando ao máximo a participação popular, inclusive de fiscalização e controle das ações administrativas;

- Modernizar a administração estadual utilizando os recursos de Tecnologia da Informação e comunicação e adotando técnicas modernas de gestão, compatíveis com o conceito de Governo Eletrônico.

6.2 – Juventude:

Em nosso governo as políticas para a promoção dos direitos das juventudes serão orientadas pela busca permanente da autonomia e emancipação dos jovens, pela valorização e promoção da participação social, pelo reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, e pelo respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva das juventudes.

A realidade do desemprego é um dos grandes problemas que afetam os jovens hoje. Para tanto, o nosso governo promoverá e ampliará o Programa Meu Primeiro Emprego, com foco na juventude, e investirá na inclusão qualificada no mercado de trabalho por meio da implementação de uma Agenda Estadual do Trabalho Decente para a juventude. Bem como, vamos incentivar a expansão de matrículas no ensino superior e nos ensinos técnico e profissional. Para tanto, o nosso governo ampliará o investimento no ensino médio, de modo a transformar as escolas estaduais em espaços de investigação e criação cultural e em polos de conhecimento, esporte e lazer, garantindo educação integral.

Em nosso governo, serão fortalecidos e ampliados os programas que valorizem e promovam os direitos das juventudes em todo o estado, sejam eles rurais ou urbanos. A nossa Política Estadual de Juventude será orientada pelos direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude, com a construção e implantação do Plano Estadual de Juventude e do Sistema Estadual de Juventude. Portanto, nossa Política se fará com a juventude e para ela, por isso, por isso vamos propor a construção dos instrumentos necessários de promoção da participação da juventude na elaboração, monitoramento e execução das políticas públicas voltadas para esse setor. Pois,

belas paisagens existentes em nossos municípios;

- Vamos implantar, revitalizar e melhorar a sinalização dos pontos turísticos, o Governo do Estado por meio de sua Secretaria Estadual de Turismo realizará melhorias na sinalização turística para facilitar o acesso aos pontos turísticos de todos os municípios do estado;

- Vamos realizar eventos gastronômicos com a gastronomia regional e local, o Governo do Estado por meio de sua Secretaria de Turismo realizará eventos gastronômicos com as diversas entidades do setor gastronômico existentes no estado, com o objetivo de fortalecer e divulgar a cultura de cada município;

- Vamos construir o Centro de Convenções Estadual para a realização de eventos de grande porte. O Governo do Estado criará um espaço específico para a realização de feiras, festas, seminários e simpósios nacionais e internacionais, exposições de produtos produzidos em todo o Estado do Amapá, shows, entre outros, pautado nos melhores empreendimentos existentes no mundo;

- Vamos criar o programa de atração de investimentos, visando gerar emprego e renda, o Governo do Estado criará um programa de atração de investimentos para atrair novas empresas para investirem no turismo de negócio em todos os municípios do estado;

- Vamos transformar o Município de Macapá, a capital do nosso Estado e destino indutor do turismo - com o aproveitamento de todo o seu potencial e oportunidades - em cidade de excelência no turismo de negócios;

- Vamos transformar a capital do Estado do Amapá, Macapá, destino indutor do turismo no estado, numa cidade turística acessível, com reformas dos pontos turísticos para a recepção adequada aos portadores de necessidades especiais;

- Vamos criar grandes eventos anuais a serem incluídos na rota nacional e internacional de turismo, tais como “Ciclo do Marabaixo”, Encontros do Tambores”, “Festival do Abacaxi”, “Equinócio da Primavera e das Águas”, “Festa de Santiago”, etc;

- Vamos inovar nos produtos e renovar os equipamentos turísticos de todo o Estado. Bem como, vamos criar um plano de

divulgação do Estado do Amapá para o Brasil e para o exterior. Assim como, vamos elaborar e executar políticas públicas integradas com as entidades do trade (ABAV, CCVB, Associações, Federações, Sindicatos, etc.);

- Vamos apoiar projetos privados que possam alavancar o turismo no Estado. Bem como, vamos desenvolver o turismo religioso e cultural. Bem como, vamos implantar o Programa/Projeto "Amapá Film Comissão" cuja missão será atrair produções audiovisuais diversas, nacionais e internacionais para o nosso estado;

- Vamos prospectar eventos esportivos nacionais e internacionais para nosso estado, tais como torneios nacionais e internacionais de Kite surf no Rio Amazonas. Bem como, vamos localizar e desenvolver locais para o turismo de aventura e de esportes radicais em todo o estado do Amapá: "Amapá Radical";

- Vamos implementar o projeto "Viva Macapá a Pé", orientado por guias com conhecimento histórico, com objetivo de desenvolver o turismo no centro da cidade de Macapá e em outros locais turísticos da cidade demais municípios do Estado;

- Vamos criar a Linha do Turismo, que será de responsabilidade da Secretaria Estadual de Turismo, sendo a sua rota ampliada e diferenciada em diferentes épocas. Bem como, vamos apoiar em todo o estado às (aos) Guias de Turismo para que exerçam sua profissão em nossos equipamentos turísticos de nosso estado, colocando em cada local turístico um profissional habilitado;

- Vamos requalificar a nossa Orla com seus espaços gastronômico da culinária local, com a sua infraestrutura turística ampliada e diversificada, numa parceria com a prefeitura e iniciativa privada, incluindo um novo complexo de Orla;

- Vamos desenvolver e apoiar as Rotas Gastronômicas de nosso estado tais como Fazendinha, Curiaú, Araxá, Orla do Perpetuo Socorro, Complexo Beira Rio e Complexo Sant Inês, entre outros, por meio de melhorias na iluminação, segurança, estacionamento e sinalização;

- Vamos colocar o nosso Estado na rota do turismo de observação de aves, uma antiga paixão humana que envolve cerca de 80 milhões de observadores no mundo, especialmente dos

6 – POLÍTICAS PÚBLICAS

6.1 Funcionalismo Público Estatal

Na gestão do nosso Governo será dada atenção especial aos preceitos legais relativos aos direitos individuais e exercício da cidadania, em qualquer instância da estrutura administrativa estadual, assegurando a transversalidade na atenção, bem como da situação da população em geral e/ou de segmentos sociais protegidos-fragilizados, pela igualdade e não ocorrência de qualquer tipo de discriminação e, para isso, criar grupo de monitoramento de ocorrências e encaminhamento de providências corretivas.

Dentro do melhor estilo de parceria, os funcionários públicos devem ser tratados como parceiros preferências para a construção de novos métodos de trabalho, fundamentados na plena solidariedade, na participação e no envolvimento com o bem-comum.

- Diretrizes básicas:

- Estimular políticas de relações democráticas de trabalho, buscando a valorização do servidor e incorporando-os às ações estratégicas de desenvolvimento do Estado e seus municípios. Bem como, incentivar todos os programas de qualificação em níveis diferenciados e voltados para a profissionalização dos servidores.

- Cumprir os mecanismos legais existentes que ofereçam o máximo de transparência nas ações públicas. Bem como, fortalecer o sistema previdenciário do estado, assegurando solidez e viabilidade financeira para garantir o pagamento dos benefícios futuros. Assim como, promover reuniões periódicas com os conselhos comunitários estaduais;

- Promover o fortalecimento da função planejamento do Governo do Estado, adequando as estruturas existentes às novas competências exigidas pelo modelo de gestão democrática em bases descentralizadas;

- Implementar e fortalecer a Ouvidoria do Estado como órgão

usuário final, destinadas a: Aumentar a competitividade do setor energético no Estado; Postergar investimentos no setor elétrico; e Reduzir a emissão de gases de efeito estufa;

- Vamos Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado amapaense em condições adequadas de qualidade e equilíbrio entre segurança e preço, de forma sustentável. Bem como, amos aumento da capacidade instalada estadual, redução de perdas, melhoria da confiabilidade dos sistemas elétricos, segurança jurídica no setor;

países desenvolvidos. Bem como, vamos negociar com empresas aéreas nacionais e internacionais, voos que venham diretamente do exterior para Macapá;

- Vamos colocar o nosso Estado na rota do turismo da Pesca Esportiva, pois o seu potencial é importante para o meio ambiente e para a economia local, ou seja, ela alia a preservação Ambiental com a geração de emprego e renda, bem como, com o crescimento econômico sustentável e a promoção do Estado para todo o mundo;

- Vamos trabalhar junto ao Governo Federal e Iniciativa privada para que o Aeroporto Internacional de Macapá receba recursos e se transforme num importante roteiro de saída e recepção de voos nacionais e internacionais diretos;

- Vamos dar um tratamento diferenciado ao Museu Sacaca, com intenção de transformá-lo num atrativo turístico de primeira linha. Bem como, vamos estabelecer convênios com o Ministério do Turismo e outros órgãos federais para o desenvolvimento de todas as ações viáveis de turismo no Estado do Amapá;

- Vamos desenvolver parcerias com todos os municípios do estado com potencial turístico e oportunidades nas áreas tais como, turismo sustentável, rural, gastronômico, náutico, pesca, esporte, aventura e religioso, visando oferecer diferentes opções turísticas ampliando assim o tempo de permanência do turista em nosso Estado;

- Vamos implementar o projeto de ciclo turismo em todo o estado “Conheça o Amapá Pedalando” com dicas de turismo histórico, sustentável e de gastronomia nos trajetos percorridos. Bem como, vamos incentivar os hotéis a divulgarem aos turistas o mapa turístico do Amapá inclusive com informações culturais, gastronômicas e comerciais;

4.7 - Ações Complementares:

Dentre os nossos principais objetivos de nossas ações complementares estará o exercício pleno da democracia, vamos buscar governar fundamentados no diálogo com a sociedade, com transparência no sentido de conhecer os anseios inerentes

e específicos de cada município, desenvolvendo ações voltadas primordialmente àqueles cidadãos que mais necessitam, numa busca constante no desenvolvimento de projetos que venham reduzir as discrepâncias sociais, sem perder o foco dos passivos existentes em relação às classes sociais menos favorecidas ou em situação de vulnerabilidade social, buscando numa constante o combate às desigualdades sociais.

Paralelamente, ao desenvolvimento de ações voltadas para os cidadãos mais necessitados, vamos trabalhar também ações voltadas para o bom andamento e eficiência do Poder Executivo, tais como: a valorização dos Servidores Estaduais em todos os níveis, por meio da criação de Programas de VALORIZAÇÃO DO Servidores - PVS, priorizando o bem estar destes colaboradores com melhoramento contínuo, com o aprimoramento e aperfeiçoamento dos sistemas informatizados utilizados para auxiliar em seu controle externo e disponibilização de informações à sociedade, oportunizando o desenvolvimento profissional, governando com responsabilidade fiscal, sempre visando o equilíbrio das contas públicas.

Estaremos comprometidos com a ética com toda sociedade amapaense, atuando de forma integrada com cada cidadão na melhoria da qualidade de vida, na redução das desigualdades sociais e econômicas, buscando soluções inteligentes dos problemas, atendendo sempre as necessidades mais urgentes da população, em cada um dos 16 (dezesesseis) municípios, sem perder de vistas a vocação de cada um especificamente nos setores: agropecuária, extrativista, pesqueira, comercial, industrial e prestadores de serviços, segundo cada uma de suas prioridades e necessidades. Dentro dessas ações vamos contemplar a busca de uma Gestão Administrativa eficiente com a melhoria da Tecnologia da Informação e da Comunicação em todo o estado. Para tanto vamos trabalhar na implantação das seguintes políticas e ações:

- Reforma administrativa, com ênfase na criação da comissão revisora do plano de cargos, salários e evolução funcional formada por servidores indicados de cada pasta em conjunto com o sindicato;
- Valorização do servidor público de carreira. Bem como, vamos integrar os órgãos governamentais por meio de rede 100% informatizada.

Plano Energético para a implementação de uma política pública desejada para o setor, levando em conta aspectos políticos, sociais, econômicos, institucionais, tecnológicos, legais e ambientais;

- Vamos adicionar em quatro anos 1.000MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs) para todo o Estado. Bem como, vamos estimular, avaliar e difundir a implementação de iniciativas de eficiência energética para o estado todo;
- Vamos viabilizar junto ao governo Federal por meio do Ministério das Minas e Energia – MME e junto as Concessionárias de Energia a implantação de infraestrutura para laboratórios e usinas de geração de energia renovável. Bem como, vamos promover parcerias e disseminar informações sobre energias renováveis e eficiência energética e sobre as ações da proposta em todo os municípios do estado;
- Vamos impulsionar a formação profissional tecnológica em energias renováveis e eficiência energética. Bem como, vamos estimular pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo em energias renováveis e eficiência energética;
- Vamos instituir no âmbito de todo o Estado do Amapá o Programa Estadual de Conservação de Energia Elétrica, para promover o uso eficiente da energia elétrica e combater o seu desperdício, que contribuam para o aumento da eficiência dos bens e serviços, para o desenvolvimento de hábitos e conhecimentos sobre o consumo eficiente da energia;
- Vamos criar o Plano Anual de Aplicação de Recursos públicos no setor de energia, que possa proporcionar transparência e credibilidade aos investimentos realizados. Bem como, criar o Comitê Gestor de Eficiência Energética no estado com o objetivo de fiscalizar e acompanhar a qualidade e eficiência dos serviços prestados a toda a população, constituído no âmbito do Governo do Estado por representantes do governo e agentes do setor energético nacional e estadual;
- Vamos criar o Programa de eficiência energética que tenha por objetivo promover ações de eficiência energética elétrica na geração, transmissão e distribuição de energia, bem como para o

nosso estado corre o risco de novamente sofrermos um apagão.

Portanto, a energia é um ingrediente essencial para o desenvolvimento de qualquer Estado, que é uma das aspirações fundamentais de nossa população para alavancar nosso desenvolvimento. Para tanto, nosso governo propõe as seguintes políticas e ações para o setor:

- Universalização do acesso à energia elétrica. Bem como, vamos investir nas fontes primárias de matriz elétrica com a Eólica e a Solar. Para tanto, vamos promover ações de investimentos em geração de energia a partir de fontes renováveis;

- Vamos aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica, de forma a ofertar grande quantidade de energia elétrica a baixos preços. Bem como, vamos adicionar 1.000MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs);

- Vamos criar o Programa Amapá+Energia, onde o governo atuará em quatro frentes principais baseadas em ações de sustentabilidade econômica e ambiental dentro do Estado. Confira: Por meio de seu programa de Eficiência Energética, destinará R\$ 30 milhões para projetos de micro ou minigeração distribuída, que utilizem fontes incentivadas e apresentem ações de eficiência energética, conforme os critérios definidos pela Aneel;

- Vamos incentivar a conexão de pequenas usinas ao sistema, o governo do Estado atuará em parceria com o Governo Federal e municipal, visando a troca de informações entre os agentes, estimulando a conexão de usinas em pontos do sistema tecnicamente mais favoráveis, além do estímulo à conexão consorciada entre acessantes, reduzindo custos de implantação e otimizando investimentos;

- Vamos favorecer iniciativas: para implantação de Usinas Hidrelétricas Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas Implantação de Centrais Geradoras Hidrelétricas. Bem como, vamos orientar taticamente a ação do Estado no intuito de garantir a entrega à sociedade dos bens e serviços necessários para o alcance das metas estipuladas;

- Vamos definir de forma participativa a escolha de um

- Gestão administrativa eficiente, honesta e transparente: Qualidade no atendimento ao cidadão Programa desenvolvido junto à equipe de servidores do Estado e coordenado pela Secretaria de Recursos Humanos, com o objetivo de aperfeiçoar, racionalizar e agilizar o atendimento ao cidadão em todos os órgãos da Administração Estadual;

- Departamento de desburocratização: Adoção de sistema inovador de organizações e métodos de forma a revisar todos os procedimentos e trâmites administrativos, eliminando exigências dispensáveis e criando soluções para desburocratizar e dar eficiência e rapidez aos serviços públicos. Serão criados índices de referência para avaliar os resultados dos programas de governo;

- Estabelecer o prazo para a liberação de qualquer documento que precise ser fornecido pelo estado, será no máximo de 15 a 30 dias, pois essa liberação se torna estratégico para o Estado no sentido que um amplo e rápido acesso às documentações e informações de governo, considera-se o fortalecimento da democracia e o pleno exercício da cidadania. Bem como, vamos estabelecer o avanço das tecnologias da informação, que venha permitir a crescente racionalização de procedimentos, operações e rotinas de trabalho nesse sentido;

- Fortalecer e consolidar a Secretaria Extraordinária de Representação do Governo do Estado do Amapá em Brasília, como um órgão governamental de articulação institucional, entre os programas do Governo Federal e suas políticas públicas, possibilitando maior eficácia na apropriação das dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União, na captação de recursos, inclusive das Emendas Parlamentares, e das parcerias com Organismos Internacionais, além de monitorar os procedimentos de interesses do Estado em todas as instâncias dos organismos federais de controle;

em qualquer sociedade funcional. Portanto, a energia é o fator determinante, e limitante, no desenvolvimento de uma sociedade. É importante entendermos que as fontes de energia elétrica são o que realmente sustentam o mundo, sem elas o mundo poderia entrar à beira de um colapso, por isso elas estão sempre sendo estudadas para que sejam ampliadas como uma forma sustentável.

A relação entre energia e desenvolvimento econômico-social é fundamental para qualquer país. O desenvolvimento tecnológico, o crescimento industrial e a melhora no padrão de vida em determinada sociedade são acompanhados pela evolução do consumo de energia através do aumento dos recursos energéticos. Daí a importância da energia elétrica para a sociedade. Nesse sentido, a energia elétrica é de fundamental importância para o desenvolvimento das sociedades atuais. Ela pode ser convertida para gerar luz, força para movimentar motores e fazer funcionar diversos produtos elétricos e eletrônicos que possuímos em casa (computador, geladeira, micro-ondas, chuveiro, etc.).

O Amapá é um caso particular em relação ao Brasil, pois, com apenas uma pequena parcela de seu potencial hidroelétrico instalado e sendo utilizado, se nada for feito para o desenvolvimento do setor energético, corre o risco de “ficar no escuro” novamente, como aconteceu em novembro de 2020, por conta de um incêndio que destruiu três transformadores que levava luz à maior parte da população do estado, com isso o estado viveu um caos.

Se nada for feito de investimento pelo estado no setor, o nosso, estado vai viver sob a ameaça constante de blecaute, com consequências extremamente danosas para o nosso desenvolvimento econômico, como vimos anteriormente que sem uma boa e sólida base energética, a energia elétrica é de fundamental importância para o desenvolvimento das sociedades atuais, sem energia não há desenvolvimento.

Assim sendo, entendemos que só com investimento no setor essa ameaça poderá ser temporariamente afastada, bem como se o desperdício for reduzido e se nossa capacidade de geração de energia for plenamente utilizada e estiverem totalmente operantes, se mais usinas hidrelétricas forem instaladas/construídas e tiverem sua capacidade de produção ampliada. Bem como, o investimento em outras fontes de energias for utilizado tais como: a eólica e a solar,

transportes para pessoas e bens necessário ao desenvolvimento econômico e social, por meio da construção de rodovias, adequação de capacidade, manutenção e recuperação da malha pavimentada e não pavimentada e construção e reforma de estradas, tanto com iniciativa própria com recursos do tesouro ou em parceria com a iniciativa privada. Com isso, objetiva-se reduzir tempos e custos de deslocamento de pessoas e bens com segurança; ampliar e diversificar a infraestrutura, proporcionando competitividade logística, maior dinamismo e integração dos diversos municípios do estado; e ampliar e modernizar a infraestrutura econômica e social;

- Vamos fomentar a realização de projetos e obras de manutenção, recuperação e construção de rodovia ou pontes de concreto, por meio da celebração de parcerias público privadas, convênios e outros instrumentos legais com governo federal, órgãos de fomento, empresas privadas;

- Vamos aumentar a segurança do transporte rodoviário de pessoas e bens e realizar a operação das rodovias da malha viária sob jurisdição do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado do Amapá;

- Vamos orientar a população e usuários da via, desenvolvimento de campanhas de conscientização e realização de cursos para capacitação de professores, educadores, agentes multiplicadores e parceiros do sistema nacional de trânsito;

- Vamos elaborar estudos e executar levantamentos de tráfego, de planos operacionais de implementação de ações de fiscalização com emprego de novos equipamentos e tecnologia, e de treinamento para atualização das ações relativas à fiscalização. Operação das praças de pesagem com vistas à melhoria da fiscalização do transporte de cargas nas rodovias e Instalação, manutenção e operação de equipamentos de fiscalização eletrônica de velocidade.

5.6 – Energia:

Ao longo da história a utilização de energia tem sido crucial para o desenvolvimento da sociedade humana ao ajudá-la a controlar e a adaptar-se ao meio ambiente. Gerir o uso da energia é inevitável

5 – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA E AMBIENTAL

5.1 Agricultura

A importância da agricultura para o desenvolvimento econômico de qualquer país ou estado, não são alternativas exclusivas, mas complementares que acontecem mutuamente e simultaneamente em consonância com os demais setores de atividade econômica tais como a indústria, o comércio e serviço, seja ao nível estadual-municipal-local seja ao nível mundial. Dentro dessa perspectiva e desse ponto de vista, como dissemos, o progresso, o desenvolvimento e riqueza social alavancados e trazidos pela produção agrícola não somente ajudam no desenvolvimento dos demais setores, mas, ainda, conduzem naturalmente a que parte da população ativa empregada atue vantajosamente nesses setores.

Em outras palavras, a agricultura colabora essencialmente das seguintes maneiras: fornecendo alimento e matéria prima para os outros setores da economia; criando demanda para bens produzidos em setores não-agricultura — fomentando um mercado financeiro destinado a atender os setores de produção agrícola ou procura por maquinário na indústria —; adicionando capacidade de poupança e investimento; ajudando na inserção no comércio internacional; estabelecendo uma oferta de emprego. Portanto, percebemos que a agricultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico de diversos países, no progresso das finanças, da indústria, do comércio e dos demais setores de serviços.

Assim sendo, o desenvolvimento da agricultura, seus ganhos em produtividade, seu papel no crescimento econômico e sua colaboração com o progresso de outros setores depende bastante da capacidade de investimento dos Estado em estruturas: estradas, estradas de ferro, energia, portos, aeroportos e instituições fortes. Bem como, a viabilidade desses processos produtivos depende bastante do ambiente de negócios, da facilidade para mobilizar recursos, explorar oportunidades de lucro, conseguir alocar investimentos e conservar os louros dos esforços produtivos para o desenvolvimento desse Estado.

Portanto, o desenvolvimento da produção agrícola no Amapá, vai depender da capacidade do estado em oferecer investimentos para incentivo ao setor agrícola como um todo. Só para se ter uma ideia da realidade do setor em nosso estado, a área usada para a produção agropecuária no Amapá cresceu 72% em 10 anos, segundo nos revela o IBGE no Censo Agropecuário 2017. Esse mesmo censo, traz informações sobre as características do produtor agropecuário e dos estabelecimentos. Isto é, a área usada para a atividade agropecuária no Amapá chegou a 1.506.294 hectares, foi um crescimento de 72% em relação ao último Censo Agro feito pelo órgão, em 2006 (632.506 hectares, o equivalente a 97% da área de Macapá).

Do total da área, 62% (930 mil hectares) são matas e florestas, 30% (449 mil hectares) é voltada para as pastagens, e 8% são usadas para a lavoura (64 mil hectares) e outros (61 mil hectares). Esse mesmo Censo traz ainda informações sobre as características do produtor agropecuário e dos estabelecimentos. Mostra ainda a condição legal das terras e do produtor, pessoal ocupado, infraestrutura dos estabelecimentos, características da pecuária e da produção vegetal. O mesmo levantamento aponta que 31.098 pessoas trabalham em 8.507 estabelecimentos agropecuários no estado. Mais da metade desses trabalhadores têm apenas o ensino fundamental, e cerca de 18,5% delas nunca chegaram a frequentar a escola.

Esse estudo apontou ainda, que esse perfil caracteriza a produção estadual-municipal-local como de subsistência-autoconsumo e, a maioria, não tem acesso a crédito, e nem a bens tecnológicos e maquinários-equipamentos. Esse mesmo censo detectou ainda, que o produtor rural tem baixa escolaridade acima de 50 anos, são trabalhadores que não têm acesso a crédito e nem capital financeiro para contratar uma máquina e comprar insumos. Trabalham para se alimentar e com o excedente compram o que não produzem. O estudo aponta ainda, que esse produtor pouco abastece ou não abastece o mercado consumidor local e estão distantes do acesso a tecnologias e a créditos.

Em relação ao que produzem nas áreas extensivas rurais, o estudo mostrou o que mais se produz é a mandioca, e a colheita é voltada para a produção de farinha, que apresentou um aumento. A produção estadual de mandioca foi de 36,2 mil toneladas, em

gargalos que restringem o nosso crescimento econômico, no sentido de reduzir custo e ampliar a produtividade estimulando o investimento privado e o desenvolvimento regional e local;

- Vamos desenvolver estudos no sentido de buscar consolidar os investimentos públicos no setor de transportes com forma de desenvolvimento da nossa economia e nas interações espaciais entre os municípios, avançando na busca de acrescentar mais um elemento, o político-administrativo que conduza a consolidação de diferenças de mobilidade e acessibilidade em todo o território Estadual;

- Vamos propagar novas inovações tecnológicas na dinâmica da política de investimentos na melhoria dos meios de transporte no estado do Amapá, que leve a mudanças territoriais no desenvolvimento dos municípios e que essa melhoria seja um agregador de valor aos produtos transportados e que propicie formas para a diminuição dos custos de transporte, constituindo mais um impulso às inovações;

- Vamos investir na melhoria da infraestrutura de transporte no sentido da circulação, com vista a estímulos à concentração espacial de empresas, ou seja, à formação de eixos de circulação econômica com fixos que permitem interações espaciais e, por conseguinte, alterem a dinâmica espacial e territorial como estratégia de desenvolvimento dos municípios do estado;

- Vamos aumentar o valor de investimentos estimulando projetos de infraestruturas no sentido de melhorar o potencial para desencadear efeitos positivos na economia amapaense, não somente de resolver gargalos ao escoamento da produção, mas de induzir uma cadeia de investimentos como um todo;

- Vamos recuperar a malha viária do Estado com recapeamento, pavimentação e recuperação de rodovias estaduais e federais com apoio do Governo Federal e Iniciativa privada. Substituir pontes de madeira por concreto;

- Vamos retomar o programa de obras com financiamento externo e recursos próprios. Pavimentação urbana com parceria com as prefeituras;

- Vamos dotar o estado do Amapá de infraestrutura viária de

sanitários e eliminar as ligações de esgotos sanitários nas redes de drenagem de águas pluviais, quando houver redes separadoras;

- Vamos garantir a continuidade e regularidade no atendimento. Bem como, vamos implantar um sistema público de esgotamento sanitário nos serviços prestados à população e implantar um programa/serviço de apoio à instalação e manutenção de sistemas individuais de tratamento de esgoto, onde não houver sistema coletivo;

5.5 – Transporte:

Para um Estado com as dimensões do Amapá, é imprescindível o investimento em uma infraestrutura de transporte que viabilize a integração econômica e social interligando de forma competente seus Municípios. Sem meios de transporte o desenvolvimento econômico e social é impossível, visto que ela supõe a movimentação de bens e pessoas. Sendo assim, o investimento em infraestrutura é uma importante condição para o desenvolvimento dos transportes e da indústria de transporte, os quais são partes constitutivas do processo de desenvolvimento econômico e social.

Assim sendo, com base nessas perspectivas podemos relacionar a importância de um sistema econômico organizado de tal forma que gere expectativas de lucros à iniciativa privada (propensão marginal a investir) e desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda, fazendo com que seus recursos ociosos sejam investidos. Esta organização passa por um planejamento estatal e investimentos, também estatais, em setores estratégicos como o dos transportes. Pela importância dos investimentos nesse setor será uma constante em nosso governo. Para tanto, propomos as seguintes políticas e ações:

- Vamos investir na Implantação de infraestruturas de transportes em todo o Estado do Amapá, de forma geral, para conduzir a reabastecimentos espaciais, com a perspectiva criação de novas funções nos espaços, de acordo com a participação no sistema produtivo dos municípios;

- Vamos investir prioritariamente na infraestrutura das malhas rodoviárias federal e estadual, no nosso Porto de Santana, e na recuperação e ampliação de nossa Ferrovia, como objetivo eliminar

4,8 mil estabelecimentos agropecuários. O pequeno produtor mesmo conseguindo uma área maior para plantio, não tem acesso à tecnologia e nem a crédito que o ajude no desenvolvimento de sua produção. Mesmo assim, esse estudo aponta que houve aumento tanto da área colhida de mandioca, como na produção de farinha, mas esse crescimento na produção foi por causa do aumento da área plantada e não pelo aumento da produtividade. Isso acontece porque o agricultor amapaense continua trabalhando de forma rudimentar, igual a 30, 40 anos atrás, simplesmente com o uso da enxada.

Esse cenário tem mudado um pouco com a introdução da soja, onde o uso de máquinas passou a ser presente. Entretanto, os especialistas do IBGE explicam que essa realidade não representa 10% dos produtores locais. Segundo o mesmo Censo Agro 2017, foram 33,5 mil toneladas de soja em grão produzidas por 16 estabelecimentos. Em relação a Pecuária, o referido estudo, nos mostra que houve uma queda na produção de bovinos e aumento na de bubalino. Isso aconteceu segundo o estudo, porque o produtor está trocando o boi pelo búfalo, por conta dos custos da criação. Nesse setor, foram identificadas 224 mil cabeças de bubalinos, chegando a ser uma população maior até que produção de aves.

Portanto, como percebemos que a agricultura no Amapá é majoritariamente oriundo dos pequenos produtores e cuja produção se dá em escala bem pequena e frequentemente voltada para o mercado local e não para a exportação, e cada vez menos daquela parte de propriedades de produção de subsistência onde o excedente produzindo vai essencialmente para os mercados locais. E mesmo levando em conta as políticas públicas aplicadas ao setor ao longo dos últimos anos têm se mostrado insuficiente para o desenvolvimento do setor como um todo, pois comparado aos demais estados do norte e do nordeste, e principalmente do sul e sudeste, o Amapá oferece na média muito menos incentivos ou crédito ao setor agrícola.

Um outro setor que vai merecer de nosso governo uma atenção especial, vai ser o extrativismo, pois entendemos que é preciso avançar em uma agenda estadual mais profunda e mais ágil no que se refere à floresta e ao meio ambiente, especialmente a nossa florestas e os trabalhadores extrativistas que vivem do produto dela e dependem dela para sua sobrevivência. Os extrativistas,

assim como os índios, têm na floresta o seu instrumento de sobrevivência, é seu meio de produção. Além disso, não podemos esquecer que muitos dos produtos da floresta são extremamente fortes pra economia do país e de nosso estado. Mas, esse povo ainda passa muita dificuldade em todos os sentidos. Para tanto, é preciso consolidar os territórios e avançar em políticas públicas mais consolidadas para o uso da floresta e para um desenvolvimento sustentável com equidade social deste povo da floresta.

Diante desse cenário, o nosso governo vai olhar com mais atenção para esse tão importante setor de nossa economia. Entendemos que o estado tem que destinar mais recursos em seu orçamento para investimento na agricultura. Para tanto, vamos promover o desenvolvimento sustentável e segurança alimentar do meio rural em benefício da agricultura familiar, do extrativismo e do agronegócio em geral, através da estruturação produtiva e social das comunidades em todos os municípios do Estado. Também, vamos oferecer a prestação de serviços técnicos especializados para a agropecuária e meio ambiente.

Pela importância que a agricultura tem para o desenvolvimento de nossa economia e consequentemente de nosso Estado, acreditamos que os meios para efetivação de uma agricultura forte e desenvolvida se farão por meio das seguintes políticas e ações:

- Vamos fortalecer em todo o estado a economia da agricultura familiar, promovendo o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade ambiental, pois entendemos que agricultura familiar é um segmento importante da economia e grande promotora do desenvolvimento, porque é o setor de maior geração de ocupações, pelo uso intensivo de mão de obra, com mais de 70% dos trabalhadores rurais dedicados nessa atividade, reinvestem e consomem nas comunidades locais;
- Vamos promover a agricultura familiar através da organização social e produtiva, com produtos agroecológicos, na produção de hortaliças, frutas, leite, artesanatos, criação de peixes e outros pequenos animais, no fim de aproveitar oportunidades de mercado nas compras governamentais do PAA e PNAE;
- Vamos promover o desenvolvimento sustentável e segurança alimentar do meio rural em benefício da agricultura familiar e do

secretaria especializada para tanto e executadas pelas operadoras compreendem as seguintes políticas e ações:

- Vamos implantar medidas e intervenções necessárias à efetiva proteção ambiental dos cursos d'água. Bem como, vamos divulgar os parâmetros de qualidade da água fornecida à população em todo o estado;
- Vamos melhorar a rede de distribuição de água pela Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa). Bem como, vamos apoiar a elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias hidrográficas que abastecem as cidades e zonas rurais em todo o estado;
- Vamos manter atualizado um cadastro da rede de água existente. Bem como, vamos promover ações para o abrandamento da água distribuída à população, com a tecnologia disponível;
- Vamos implementar nos municípios sistemas de tratamento de água, adequar os reservatórios e a rede de distribuição, como instalar hidrômetros. Bem como, vamos garantir o abastecimento de água em consonância com o programa de universalização dos serviços;
- Vamos garantir a qualidade dos produtos (atendimento ao padrão de potabilidade da água distribuída definido pela Portaria n.º 2.914/2011 do Ministério da Saúde e ou/ legislações vigentes. Bem como, vamos garantir a continuidade e regularidade nos serviços prestados à população;
- Vamos executar obras de sistemas de esgotamento sanitário que visem aumentar o percentual de população atendida. Bem como, vamos elaborar estudo de redução de maus odores e desenvolvimento de tecnologias para desodorização das estações de tratamento de esgoto;
- Vamos conscientizar a população por meio de campanhas educativas sobre a importância da regularização das ligações na rede de esgoto e consequências negativas das ligações irregulares. Bem como, vamos elaborar plano de erradicação de ligações clandestinas;
- Vamos garantir a expansão da rede de esgoto em consonância com o programa de universalização dos serviços. Bem como, vamos eliminar as ligações de águas pluviais em redes coletoras de esgotos

especializada em análise econômica com ampla vivência nos setores público e privado. As informações sobre as 100 maiores cidades do país, divulgadas posteriormente por eles, são os dados mais recentes sobre o assunto, com base no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Esse estudo gerou um ranking com o desempenho das maiores cidades brasileiras. No ranking do saneamento, Macapá esteve sempre nas últimas 10 posições da lista desde 2012. Há 7 anos, a capital amapaense ocupou a 100ª posição. Em 2016, a cidade teve menor e o pior desempenho, ocupando a 95ª colocação. Em 2017 - período analisado mais recente - a capital caiu uma posição e ficou em 96ª.

Como percebemos pelos números acima, a situação do saneamento básico no Estado do Amapá só piorou. Pois, na lista dos 10 “piores” municípios, Macapá aparece na maioria delas. Com relação ao acesso à rede de coleta de esgotos, 7 são da região Norte. Só 10% tem esse serviço na capital do Amapá; enquanto que Porto Velho (RO) aparece com 3,58% da população, Santarém (PA) com 4,27%, e Ananindeua (PA) com 0,98%. Com 47,6% dos brasileiros sem coleta de esgoto. Observando as 10 “piores” populações com acesso à rede de água, aparecem Macapá (41,5%), Ananindeua-Pará (32,42%) e Porto Velho (31,78%). Para a capital, o índice demonstra que 277,7 mil macapaenses não recebem água tratada em casa. O estudo detalha também que o índice de perda no sistema de distribuição de água em Macapá chega a 62,15%. Ou seja, mais da metade do volume de água tratada é desperdiçada quando é distribuída na capital.

Segundo o Instituto Trata Brasil, quando o assunto é investimento na rede de saneamento básico, assim como em todo o país, Macapá, investe menos de 30% do que arrecada com saneamento básico, realidade essa não é muito diferente para os demais municípios do Estado. Segundo o mesmo instituto, nos mostra que o baixo investimento no setor compromete o acesso da população aos serviços de água e esgoto. Como consequência, sem investimento, o sistema não avança para atender as pessoas que ainda não têm acesso e, sem manutenção, as redes existentes têm mais vazamentos ou falhas. Isso nos revela um cenário de uma má gestão de recursos nesse setor tão importante.

- Neste sentido, as ações programadas para o quadriênio 2022-2025, segundo o Plano de Saneamento, a serem coordenadas pela

agronegócio em geral, através da estruturação produtiva e social das comunidades. Bem como, vamos oferecer a prestação de serviços técnicos especializados na agropecuária e meio ambiente;

- Vamos tratar o agronegócio com atenção no sentido de apoiar as suas atividades, sobretudo, em duas frentes: Nas suas maiores carências, da infraestrutura rural, com destaque às estradas, comunicação, energia e logística e na articulação de investimentos ao setor;

- Vamos apoiar o desenvolvimento da nova rota de grãos, o preço e títulos de posse das terras amapaenses para o desenvolvimento do setor. Bem como, vamos priorizar a infraestrutura com a recuperação e a pavimentação de estradas estaduais e federais para facilitar o escoamento da produção. Bem como, vamos implantar o guindaste flutuantes para o embarque de grãos;

- Vamos criar por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR, o Programa Caminhos do Campo, o qual vai representar um avanço na infraestrutura rural do Estado do Amapá como um todo, pois o mesmo vai contemplar todos os 16 municípios amapaense com investimento nas estradas, ramis e rodovias mais antigas que registram deficiência na manutenção;

- Vamos priorizar a adequação dos terminais fluviais do estado e do Porto de Santana para facilitarem a exportação de produtos de alimentos oriundos do agronegócio e facilitaram a logística de transporte de grãos, a exemplo implantação do guindaste flutuantes para o embarque de grãos;

- Vamos priorizar políticas que permitam os nossos municípios desenvolvam plenamente as suas potencialidades na área da agricultura. Bem como, vamos fortalecer e incentivar a participação dos pequenos e médios produtores rurais e comunidade na Feira do Produtor, etc. Assim como, vamos incentivar e apoiar a criação da Feira Ecológica, etc;

- Vamos estimular o uso de produtos advindos de produtores municipais-loais nos supermercados e nos comércios locais. Bem como, vamos incentivar e apoiar a criação das e Cozinhas Comunitárias e incentivar a criação e o fortalecimento dos Restaurantes Populares em todo o Estado;

- Vamos desenvolver Políticas Públicas para as Reservas Extrativistas do nosso Estado, com o objetivo de apoiar a atuação do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) junto às instituições governamentais e não governamentais visando à ampliação e consolidação do protagonismo desta entidade e de seus representados na formulação e execução de políticas que beneficiem as comunidades das Reservas Extrativistas;

- Vamos desenvolver políticas públicas que atenda as proposições dos extrativistas como forma de recuperar a dívida social no desenvolvimento de políticas públicas para setor e suas populações. Bem como, vamos desenvolver políticas sociais e econômicas que garantam uma Reforma Agrária democrática e participativa para o setor, com objetivo de melhorar a produção e geração de renda, infraestrutura básica, saúde e educação para os extrativistas;

- Vamos valorizar a permanência dos agricultores e pequenos produtores rurais e suas famílias no campo garantindo trabalho e qualidade de vida. Bem como, vamos tornar a agricultura amapaense referência tecnológica e profissional, promovendo a qualidade dos alimentos saudáveis, segurança alimentar e a sustentabilidade;

- Vamos capacitar o agricultor para melhorar a infraestrutura de sua propriedade e a gestão de suas terras em todos os municípios do Estado. Bem como, vamos incentivar o empreendedorismo e o associativismo, otimizando o setor em todas as suas etapas por meio da inovação e tecnologia;

- Vamos melhorar a qualidade das vias de acesso ao interior dos municípios, facilitando o escoamento da produção e a mobilidade. Bem como, vamos promover parcerias entre os produtores e instituições de ensino e pesquisa na área, melhorando a qualidade e eficiência do plantio e da colheita;

- Vamos fortalecer os estabelecimentos comerciais que vende hortaliças, legumes e frutas em todo o Estado do Amapá. Bem como, vamos apoiar o desenvolvimento e a produção de produtos locais orgânicos para criação de um mercado específico e com certificação;

- Vamos fortalecer e ampliar as Feiras de Abastecimento dos

5.4 - Saneamento Básico:

O que é saneamento básico e qual sua importância? O saneamento básico é um conceito que está relacionado com o controle e distribuição dos recursos básicos (abastecimento, tratamento e distribuição de água, esgoto sanitário, coleta e destino adequado do lixo, limpeza pública) tendo em conta o bem-estar físico, mental ou social da população. Nesse sentido, o saneamento básico/ambiental é de extrema importância na prevenção de doenças, como a hepatite A, febre tifoide, febre amarela, diarreia, cólera, amebíase e malária, visto que essas enfermidades podem ser provocadas pelo contato com o esgoto (parasitas presentes em dejetos humanos), consumo de alimentos ou água contaminada.

A Lei Federal nº 11.445/07 e nº 12.305/10 consolidaram um novo marco regulatório para o saneamento básico, contemplando os seguintes setores: abastecimento de água; esgotamento sanitário; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Como já vimos a área de Saneamento Básico abrange as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos. A drenagem urbana é precária, não existindo cadastro adequado para o planejamento da manutenção.

Assim sendo, só para se ter uma ideia de nossa realidade sobre o tema, segundo o último estudo realizado pelo Instituto Trata Brasil realizado em 2017, aponta que quase 90% dos moradores de Macapá não tem acesso à rede de esgoto, realidade essa que não é muito diferente dos demais municípios do Estado. Esse índice representa mais de 426 mil pessoas. Cerca de 197 mil (58,5%) não têm acesso à água tratada. Dados foram divulgados pelo Instituto Trata Brasil. Cerca de 426 mil moradores de Macapá, não tinham acesso à rede de esgoto em 2017, o que representava 89,8% da população da capital do Amapá naquele ano, segundo o Instituto Trata Brasil. O número de pessoas que não tinham acesso à água tratada também não foi nada bom, detalha a pesquisa: o serviço não chegava a cerca de 197 mil macapaenses (58,5%) há 2 anos.

Esses e outros dados sobre saneamento básico serviram como base para um estudo mais abrangentes sobre o assunto no Brasil, produzido pelo mesmo Instituto agora em parceria com a GO Associados, empresa de consultoria de caráter multidisciplinar

- Vamos fortalecer e estruturar o Instituto de Terras do Estado do Amapá - AMAPÁ TERRAS, para que o mesmo possa executar de forma eficiente e transparente a política fundiária do Estado e a gestão do espaço territorial, no sentido de promover a discriminação, arrecadação e regularização das terras públicas e devolutas do Estado ou aquelas transferidas da União, por força da lei, ou incorporadas por qualquer meio legal ao Patrimônio Estadual, bem como a normatização de áreas urbanas e rurais, de domínio e posse do Estado;

- Vamos fortalecer e estruturar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, para que possa desenvolver com eficiência e transparência a condução das políticas de Gestão Ambiental no Estado do Amapá, bem como, nas áreas de formulação de políticas para o desenvolvimento dos processos de preservação e conservação do meio ambiente, que compreende todos os instrumentos estabelecidos na Política Nacional de Meio Ambiente;

- Vamos reassentar famílias que moram em área de risco e/ou preservação ambiental, garantir o reassentamento das famílias diretamente afetadas pela intervenção por parte do Poder Público em áreas de risco e/ou preservação ambiental, possibilitando o resgate da cidadania e a recuperação ambiental das áreas degradadas;

- Vamos intensificar o trabalho técnico social aos beneficiários de Programas Habitacionais, o Trabalho Técnico Social que visa promover a autonomia, o protagonismo e o desenvolvimento da população beneficiária de programas habitacionais, por meio da informação, orientação, capacitação, acompanhamento e supervisão técnica, de forma a favorecer a sustentabilidade dos projetos na área habitacional;

- Vamos viabilizar a melhoria das condições de habitabilidade de moradias, o programa consiste em possibilitar a aquisição de materiais de construção destinados à reforma, ampliação ou à conclusão de unidade habitacional, de forma a garantir as condições de habitabilidade, sustentabilidade, salubridade, segurança e dignidade da moradia, para famílias de baixa renda, proprietárias ou possuidoras de imóveis residenciais em áreas regularizadas ou passíveis de regularização.

pequenos produtores rurais da agricultura familiar, serão ampliados os locais das feiras livres e o número de feirantes, promovendo a geração de renda com a comercialização de produtos da nossa região;

- Vamos apoiar com investimentos a requalificação da infraestrutura de nossa agricultura com a renovação e ampliação a Patrulha Agrícola Mecanizada, investiremos em novos equipamentos para atender aos agricultores que não possuem máquinas agrícolas, possibilitando melhorias na sua produção;

- Vamos ampliar e equipar as unidades em todos os municípios do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, para implementar políticas de desenvolvimento rural no Estado com mais eficiência por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural aos pequenos produtores e extrativistas, assim como, da ação articulada com toda a cadeia produtiva do setor primário, visando promover as condições de sustentabilidade alimentar, social, econômica e ambiental do Amapá;

- Vamos incentivar a produção de alimentos orgânicos, serão realizadas ações de incentivo à produção e comercialização de alimentos sem a utilização de agrotóxicos, com o objetivo de oferecer à população produtos mais saudáveis;

- Vamos incentivar por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, a fruticultura no estado como um todo, proporcionaremos aos agricultores orientação, treinamento e capacitação com o objetivo de incentivar o agricultor para a produção de frutas e seus derivados (conservas, geleias e artesanato) com agregação de valor;

- Vamos incentivar a produção de leite, o governo irá estimular os pequenos produtores, por meio Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP, com capacitação e visitas técnicas, visando a melhoria da qualidade e produtividade do leite e seus derivados;

- Vamos ampliar e apoiar em todo o Estado os Programas e Projetos de Piscicultura, os Programas e Projetos de Piscicultura será ampliado em todo o estado com a abertura de novos tanques, respeitada a legislação vigente, para fins de criação de peixes. Além disso, o governo ampliará o Programa de Distribuição e

comercialização de Alevinos, bem como, os seus derivados com agregação de valor;

- Vamos incentivar a Agricultura Escolar (horta escolar) para uso dos alunos, auxiliando na aprendizagem e na alimentação saudável. Bem como, vamos incentivar a inserção do pescado na alimentação escolar e hospitalar;

- Vamos criar e desenvolver o Programa “Fontes do Rio e Mar” que possibilite o apoio necessário aos produtos produzidos pelos pescadores, marisqueiras e carpinteiros navais. Bem como, vamos adquirir um local para o “Centro Fontes do Rio e do Mar” que possibilitará o trabalho, o manuseio e o cuidado com os produtos;

- Vamos promover a capacitação dos produtores rurais do nosso estado, a Secretaria de Desenvolvimento Rural por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá – RURAP, em parceria com a EMBRAPA (Centro de Pesquisa Agroflorestal do Amapá) na forma de assinatura de convênio de cooperação técnica oportunizará aos agricultores cursos de capacitação em gestão da propriedade, processos produtivos, cooperativismo, entre outros, a fim de aprimorar suas técnicas de produção;

- Vamos investir em melhorias nas rodovias estaduais e federais, ramais e vias internas de acesso às propriedades rurais, investiremos em melhorias nos acessos às propriedades rurais em todos os municípios do estado, valorizando as localidades e possibilitando o escoamento da produção.

5.2 - Meio Ambiente:

O Estado do Amapá é um dos Estado brasileiros e amazônico com maior cobertura florestal mais bem preservada do País. Nele contém 17 unidades de conservação (12 federais e 5 estaduais) que buscam manter intacto esse refúgio de belezas naturais temperado por tradições culturais únicas, ou seja, são áreas que o Estado tem o objetivo de proteger e de conservar os seus recursos naturais, por meio de um regime especial de administração, ao que se aplicam garantias adequadas de proteção.

Essas áreas são de extrema importância para o Brasil e para

de programas e projetos e de ações estratégicas de articulação, acompanhamento e apoio à atuação dos órgãos e entidades que desempenham ações na área da habitação de interesse social, de regularização fundiária em todo o Estado, com vista a promover o desenvolvimento urbano dos municípios amapaenses, através do apoio na formulação, implementação e monitoramento de programas, projetos e ações voltadas ao fortalecimento institucional das administrações municipais, planejamento urbano, saneamento, habitação e infraestrutura urbana;

- Vamos promover e apoiar a articulação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades com as diversas esferas de governo, setor privado e organizações não-governamentais, apoia a formulação de ações em programas de habitação, transporte urbano, trânsito e desenvolvimento urbano, a fim de garantir a promoção da cidadania através do acesso aos bens e serviços públicos, além do crescimento ambiental, social e econômico do Estado do Amapá;

- Vamos implementar o Programa de Regularização Fundiária em todo o Estado, com a regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia e ao cultivo da terra, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural, o direito ao meio ambiente equilibrado e o exercício da cidadania;

- Vamos implementar e estender o Plano de Regularização Fundiária de Interesse Social, sem ônus para as famílias a serem beneficiadas, realidade de diversos amapaenses que vivem em áreas urbana, dentre eles os excluídos dos sistemas financeiros formais do governo Federal e Estadual da habitação e do acesso à terra regularizada e urbanizada, cidadãos que acabam ocupando as chamadas áreas de risco, como as áreas de ressacas/locais inundáveis;

- Vamos fortalecer e estruturar do IMAP - Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá, com objetivo de consolidar o projeto piloto de um novo site que além de atender aos requisitos da Lei de Acesso à Informação, possibilite ao público o acompanhamento online a processos de legalização fundiária e de expedição de licenças ambientais, entre outras facilidades;

- Vamos promover a identificação de fontes de recursos e atividades para a captação de recursos para investimento e financiamento de programas e projetos estaduais para o meio ambiente.

5.3 – Habitação:

Uma política habitacional para atender a demanda por moradia de baixa renda é uma tarefa a ser enfrentada permanente pelo Governo do Estado do Amapá. Números aproximados apontam um déficit habitacional de mais de 60 mil moradias em todo o Estado. A falta de moradia concorre para a insegurança pública, desorganiza a economia a partir de alugueis caros, desestímulo à construção civil e também gera um grave problema ambiental.

Moradia é uma necessidade básica e fundamental para garantir a dignidade das pessoas. Porém, nem sempre a renda familiar permite o acesso à moradia adequada. Famílias são obrigadas ao aluguel ou a dividir o mesmo teto com outras ou, ainda, morar em barracos ou casas improvisadas em áreas de ressacas. Essa dura realidade precisa ser modificada, numa ação contínua e sistematizada do governo estadual e prefeituras municipais por meio da implantação de parceria com o governo federal programas habitacionais para atender a população mais carente das áreas urbanas e rurais de todo o Estado. Nesse sentido e propósito, acreditamos que os meios para efetivação e implantação de uma política pública de habitação se darão por meio das seguintes propostas e ações:

- Considerando todos esses aspectos, enfrentaremos o problema do déficit habitacional, com aplicação de recursos próprios do estado e com a parceria com o governo federal e com a iniciativa privada através de convênios de cooperação técnica;
- Vamos construir novos conjuntos habitacionais, viabilizar a implantação de novas unidades habitacionais de interesse social, bem como possibilitar a destinação de lotes urbanizados para construção de casas, para as famílias cadastradas na Secretaria Estadual de Habitação, buscando parceria com o governo Federal;
- Vamos estruturar a Secretaria de Estado do Desenvolvimento das Cidades, com o objetivo de melhorar a eficiência na definição

o Amapá, pois possibilitam manter a diversidade biológica e os recursos genéticos no país e no estado. Além de proteger as espécies ameaçadas de extinção, também promovem a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e preservam e restauram a diversidade de ecossistemas naturais. Dentre outros benefícios que estas áreas possuem é o seu papel de prestar serviços ambientais, tais como: fixação de carbono e manutenção de seus estoques, regularização e equilíbrio do ciclo hidrológico, purificação da água e do ar, controle da erosão, conforto térmico, perpetuação de banco genético e fluxos gênicos das espécies, manutenção da paisagem e de áreas de recreação, lazer, educação e pesquisa científica.

Como percebemos, essas áreas são extremamente importantes para o meio ambiente do Estado, do Brasil e do Mundo. Assim sendo, o nosso governo propõe um desenvolvimento sustentável e equilibrado dessas áreas, ou seja: o uso sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. O desenvolvimento sustentável compreende a construção social de modelo mental comunitário, numa visão progressista e solidária de futuro e aglutina forças em torno do “desenvolvimento que queremos”, para fazer frente ao mundo competitivo e globalizado que domina as atividades econômicas e o capital de investimentos. O desenvolvimento com sustentabilidade exige compatibilizar as forças relacionadas numa interação perfeita entre crescimento econômico, justiça social, equilíbrio ambiental e respeito aos valores da cultura local.

Para tanto, o nosso governo, nesse contexto, vai estabelecer prioridades urbanas e rurais, relacionadas à conservação ambiental. No meio urbano, dentre outras ações importantes, vamos investir na educação ambiental, na recuperação de áreas de preservação permanente e executar com perfeição o serviço de saneamento básico em apoio e parcerias com as prefeituras municipais, com ênfase na gestão de resíduos sólidos, para geração de oportunidades de trabalho e renda. Já no meio rural, vamos apoiar o controle da erosão e a recuperação de áreas de preservação permanentes.

Assim sendo, a cidadania e propostas de governo estadual devem transformar as ideais generosas de preservação ambiental e de desenvolvimento autossustentável em exemplos concretos para a melhoria da qualidade de vida. No caso de nosso Estado do Amapá, é possível reconhecer que possuímos um excelente nível

de preservação ambiental. Nesse sentido e propósito, propomos as seguintes políticas e ações:

- Vamos priorizar as políticas que permitam aos nossos municípios desenvolverem plenamente as suas potencialidades econômicas aliados a preservação ambiental. Bem como, vamos ampliar e executar ações de reflorestamento em áreas já degradadas por meio da criação de projetos sustentáveis;

- Vamos criar, apoiar e incentivar programas para que possamos proteger as nascentes e monitorar os rios em todo o Estado do Amapá. Bem como, vamos ampliar os mecanismos de controle e fiscalização da poluição ambiental em todo o Estado e também vamos estabelecer prioridades urbanas e rurais, relacionadas à conservação ambiental;

- Vamos incentivar e apoiar a Criação de parques ambientais em todo o estado para promover a cultura da preservação, conservação de contemplação dos recursos naturais, aliado à prática de esportes e atividades culturais e turísticas;

- No meio urbano, dentre outras ações importantes, vamos investir na educação ambiental, na recuperação de áreas de preservação permanente e executar com perfeição o serviço de saneamento básico, com ênfase na gestão de resíduos sólidos, para geração de oportunidades de trabalho e renda;

- No meio rural, vamos apoiar o controle da erosão e a recuperação de áreas de preservação permanentes. Bem como, vamos atuar permanentemente na área da educação ambiental e propor uma nova ordem de relacionamento entre o Estado e seus Municípios com o objetivo de solucionar os problemas ambientais comuns tais como água, lixo, esgoto e drenagem;

- Vamos adotar o Licenciamento Ambiental Pleno e transparente, mais ágil e desburocratizada que consista no controle mais eficaz de atividades potencialmente geradoras de impactos ao meio ambiente ou utilizadoras de recursos naturais, envolvendo a emissão de licenças ambientais para todas as atividades potencialmente poluidoras e o monitoramento rigoroso da instalação e o funcionamento destes empreendimentos;

- Vamos implantar a gestão sistêmica de fiscalização ambiental, nos termos da Lei Complementar Nig. 140/11, assumindo a responsabilidade de controlar e fiscalizar qualquer atividade que possa causar dano ambiental;

- Vamos intensificar as ações de monitoramento e fiscalização do meio ambiente, intensificaremos as ações de fiscalização e monitoramento de pessoas e empresas que causam desmatamento, queimadas, poluição de rios, descarte irregular de lixo, entre outros agravantes ao meio ambiente;

- Vamos criar e fortalecer os Programas e projetos existente de Educação Ambiental Sustentável, os programas e projetos serão intensificados com o objetivo de implementar em todos os municípios do Estado, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e com o auxílio da população, melhorias no meio ambiente degradado em todos os aspectos ambientais;

- Vamos apoiar a instalação hortas comunitárias sustentáveis com objetivo de proporcionar geração de renda, trabalho para os desempregados, cidadania, vivência em comunidade de melhoria na qualidade de vida dada por melhor alimentação e contato com a natureza;

- Vamos incentivar os proprietários de áreas rurais na manutenção de nascentes e reservas de mata nativa criaremos mecanismos para incentivar os proprietários de áreas que possuam nascentes e/ou mata nativa, a preservar a biodiversidade, o solo, os recursos hídricos e a integridade do sistema climático, para o bem estar das gerações presentes e futuras;

- Vamos ampliar a educação ambiental para os alunos, a educação ambiental é um projeto que além de causar a redução no impacto ambiental, irá gerar um benefício imensurável para os nossos alunos a médio e longo prazo;

- Vamos desburocratizar e agilizar o licenciamento pelo IMAP e da SEMA, o Governo do Estado por meio de Sua Secretaria de Meio Ambiente, reduzirá o trâmite de documentos de licenciamentos ambientais em todo o estado, reduzindo o tempo e agilizando os licenciamentos.